



Mestrado em Urbanismo | PROURB – FAU / UFRJ

DA(R) MARGEM À COLABORAÇÃO

INTERVENÇÕES COLABORATIVAS E OS ESPAÇOS PARA A COLETIVIDADE NO RECIFE

Aluna

Inês Domingues Maia e Silva

Orientadora

Adriana Sansão Fontes

PROURB – FAU / UFRJ

INÊS DOMINGUES MAIA E SILVA

**DA(R) MARGEM À COLABORAÇÃO:
INTERVENÇÕES COLABORATIVAS E OS
ESPAÇOS PARA A COLETIVIDADE NO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Urbanismo - PROURB - da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Sansão Fontes.

**RIO DE JANEIRO - RJ
2024**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa e outros fins não comerciais, desde que citada a fonte.

Contato: inesdominguesms@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

CIP - Catalogação na Publicação

M217d Maia e Silva, Inês Domingues
Da(r) margem à colaboração: intervenções colaborativas e os espaços para coletividade no Recife / Inês Domingues Maia e Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
155 f.

Orientadora: Adriana Sansão Fontes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2024.

1. Urbanismo. 2. Cidades. 3. Espaço urbano. 4. Espaço público. 5. Intervenções urbanas. I. Sansão Fontes, Adriana, orient. II. Título.

Aos meus pais, Alice e Heraldo.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste ciclo, quero expressar minha gratidão a várias pessoas especiais. Primeiramente, à Adriana Sansão, que não foi só uma orientadora, mas uma mentora responsável por abrir caminhos e novas perspectivas em mim. Agradeço pelas oportunidades, pela amizade e por compartilhar comigo o seu conhecimento e a sua competência.

Aos meus pais, Alice e Heraldo, por todo amor e suporte nas minhas escolhas. À minha irmã, Luiza, por toda irmandade e incentivo nos desafios da vida. Essa travessia só foi possível porque vocês me inspiram e me ensinam a persistir.

Às minhas avós (Inês e Zaíra), avôs (Cylo e Heraldo), tia Kal, tio Mário e Bruna Ribeiro, que, mesmo não estando mais aqui, continuam me guiando, protegendo e vivendo em mim.

Agradeço também aos meus amigos, que não soltaram a minha mão nos últimos anos de Recife-Rio: Marcelo, Bruna, Tai, Mário, Débora, Marina, Juliana, Isabela, Mariana, Roberta, Clara, Marcela, Alice, Duda e Ló. Obrigada por caminharem ao meu lado e tornarem a minha vida mais leve.

Aos amigos prourbianos Igor, Pérola e Cássio e aos demais amigos que fiz no Rio de Janeiro. Gratidão pelos encontros e momentos vividos nessa cidade tão importante para a minha formação. Agradeço também à minha família “de coração” carioca, Karin e Gabi, pela enorme ajuda durante os anos longe de casa. Sou eternamente grata a vocês.

Aos amigos e colegas do LabIT, em especial a Maini Perpétuo, Rodrigo Rinaldi, Gabriel Pedrotti, Livia Borelli, Gabriela Brito, Renata Gomes, Paulo Henrique, Giulia Bilheri, Giovanna Scalfone, Jefferson Catanhede, Luiza Carolina, Desirée Vacques, João Pedro Pina e Larissa Martins. Aprendi muito trabalhando diretamente com cada um de vocês. Obrigada por agregarem tanta criatividade à minha vida!

Agradeço também aos colegas da Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo. Foi um prazer representar o LabIT e conhecer tantas pessoas por trás de trabalhos essenciais para as nossas cidades. Meus agradecimentos se estendem, ainda, aos colegas da Comissão Organizadora do Insurgências: Lucía Nogales, Leo Brawl, Carol Tarrío, Maria Cecília Tavares e Mariana Alegre. Obrigada pela experiência compartilhada!

À CAPES, pela bolsa de mestrado, e aos docentes e funcionários do PROURB-FAU/UFRJ, pela acolhida. Agradeço, por fim, às pessoas entrevistadas durante a pesquisa e às amigas que me auxiliaram nessa reta final: Lane, Thaís, Lara, Rafa e Regina.

RESUMO

Em meio aos desafios da urbanização capitalista contemporânea e em busca por cidades mais inclusivas, equitativas e ecológicas, as “intervenções colaborativas” representam um fenômeno emergente nos espaços públicos urbanos, destacando-se dos projetos de espaços públicos convencionais por envolverem diferentes atores sociais. A presente dissertação tem como foco o estudo destas intervenções, a definição de suas principais características e reflexões acerca de sua relação com o espaço público, em especial com os da cidade do Recife. Para ilustrar essa relação, são abordados três estudos de caso que representam diferentes abordagens da colaboração em diferentes territórios: a RioTeca da Vila Santa Luzia, o Jardim Secreto e as Praças da Infância. Por meio de uma abordagem teórica-metodológica que envolveu pesquisa de campo, entrevistas e análise documental, a dissertação apresenta a caracterização das três intervenções, explorando aspectos como situação preexistente, implantação, gestão, usos e atividades praticadas. Ao conectar esses casos com conceitos teóricos de espaços coletivos, insurgentes e comuns, o trabalho visa a contribuir para o entendimento das interferências que os processos de colaboração têm nas cidades. Ao final, por meio da análise das intervenções colaborativas do Recife, a investigação traz ponderações acerca de como essas práticas podem contribuir para a construção de espaços para a coletividade, apropriados de diversas formas por diferentes pessoas, voltados à promoção de uma convivência mais inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Urbanismo Colaborativo; intervenções colaborativas; espaços públicos; espaços coletivos; Recife.

ABSTRACT

Amid the challenges of contemporary capitalist urbanization and searching for more inclusive, equitable and ecological cities, "collaborative interventions" represent an emerging phenomenon in urban public spaces, standing out from conventional public space projects by involving different social actors. This dissertation focuses on studying these interventions, the definition of their main characteristics and reflections on their relationship with public spaces, especially those in the city of Recife. To illustrate this relationship, three case studies are discussed which represent different approaches to collaboration in different territories: RioTeca in Vila Santa Luzia, Jardim Secreto and Praças da Infância. Using a theoretical-methodological approach that involved field research, interviews and document analysis, this dissertation presents a characterization of the three interventions, exploring aspects such as the pre-existing situation, implementation, management, uses and activities practiced. By connecting these cases with theoretical concepts of collective, insurgent and common spaces, this work aims to contribute to an understanding of the impact that collaborative processes have on cities. In the end, by analyzing collaborative interventions in Recife, this research provides reflections on how these practices can contribute to the construction of spaces for collectivity, appropriated in different ways by different people, aimed at promoting a more inclusive and sustainable coexistence.

Keywords: Collaborative Urbanism; collaborative interventions; public spaces; collective spaces; Recife.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - EM BUSCA DE UM URBANISMO COLABORATIVO.....	22
1.1 INTERVENÇÕES COLABORATIVAS	24
1.1.1 Da participação à colaboração	29
1.1.2 Princípios de um urbanismo colaborativo	34
1.1.3 Formas de urbanismo colaborativo	41
1.2 ESPAÇOS PÚBLICOS?	49
1.2.1 Origens da noção de “público” e sua função política	50
1.2.2 Modernidade e as narrativas de declínio	54
1.2.3 Narrativas contemporâneas	56
CAPÍTULOS 2 - ...PARA A COCRIAÇÃO DE ESPAÇOS.....	58
2.1 ESPAÇOS COLETIVOS, INSURGENTES E COMUNS	60
2.1.1 Espaços coletivos	61
2.1.2 Espaço insurgentes	62
2.1.3 Espaços comuns	64
2.2 DUAS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL	67
2.2.1 Praça da Nascente – Coletivo Ocupe&Abrace (São Paulo, SP)	68
2.2.2 Área da Infância – Ateliê Navio, Urban95 (Jundiaí, SP)	70
2.2.3 Estrutura para caracterização e análise das IC	71
CAPÍTULO 3 - ...NO RECIFE.....	76
3.1 O RECIFE NO PASSADO E O RECIFE HOJE	78
3.1.1 Breve histórico e formação urbana	78
3.1.2 Planos, projetos e experiências nos espaços públicos	82
3.1.3 Levantamento de intervenções colaborativas nos espaços públicos	86
3.2 TRÊS INTERVENÇÕES COLABORATIVAS	97
3.2.1 RioTeca da Vila Santa Luzia	101
3.2.2 Jardim Secreto do Poço da Panela	111
3.2.3 Praças da Infância	121
3.2.4 Correlações e aproximações teóricas	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXOS	152

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01 Park(ing) Day (2005).	16
Fig. 02 Spontaneous Intervention (2012).	16
Fig. 03 Uneven Growth (2014).	16
Fig. 04 Insugências (2023).	16
Fig. 05 Primeira edição do Festival Jane's Walk no Recife (2016).	26
Fig. 06 Fase temporária e fase permanente de intervenção em Recife.	26
Fig. 07 Fase temporária e fase permanente de intervenção em Recife.	26
Fig. 08 Printscreen de plataformas online em oficina de cocriação promovida pelo LabIT- -PROURB.	27
Fig. 09 Estrutura organizacional hierárquica vs estrutura organizacional colaborativa.	35
Fig. 10 Quadro resumo I.	40
Fig. 11 Movimento Ocupe Estelita em Recife (2014).	43
Fig. 12 Urbanismo tático em Recife (2021).	44
Fig. 13 Horta realizada pelo Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste em Recife (2022).	45
Fig. 14 Horta realizada pelo Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste em Recife (2022).	45
Fig. 15 Parque Infantil criado por morador na Vila Santa Luzia em Recife (2019)	45
Fig. 16 Quadro resumo II.	47
Fig. 17 Quadro resumo III.	66
Fig. 18 Festival Praça da Nascente.	68
Fig. 19 Lago na Praça da Nascente.	68
Fig. 20 Repercussões na mídia da Praça da Nascente.	69
Fig. 21 Entorno da Praça da Nascente.	69
Fig. 22 Área da infância em Jundiáí	70
Fig. 23 Área da infância em Jundiáí	70
Fig. 24 Área da infância em Jundiáí	70
Fig. 25 Antes e depois da intervenção da zona calma em Jundiáí.	71
Fig. 26 Antes e depois da intervenção da zona calma em Jundiáí.	71
Fig. 27 Tópicos para caracterização e análise das intervenções.	73
Fig. 28 Ilustração para caracterização e análise das intervenções.	75
Fig. 29 Localização do Recife.	77
Fig. 30 Mapa do Recife (1906).	79

Fig. 31 Verticalização no Recife.	81
Fig. 32 Verticalização no Recife.	81
Fig. 33 Palafitas	81
Fig. 34 Projeto previsto para o PAC e projeto executado pelo PPC.	84
Fig. 35 Trecho do Parque das Graças.	84
Fig. 36 Antes e depois de intervenção do Projeto Centro Cidadão.	85
Fig. 37 Antes e depois de intervenção do Projeto Centro Cidadão.	85
Fig. 38 Eu quero nadar no Capibaribe. E você?	86
Fig. 39 Workshop Mobiliário das Praias do Capibaribe.	87
Fig. 40 Workshop Mobiliário das Praias do Capibaribe.	87
Fig. 41 Workshop Mobiliário das Praias do Capibaribe.	87
Fig. 42 Parklet no bairro da Jaqueira.	87
Fig. 43 A Horta de Casa Amarela em 2016.	88
Fig. 44 A Horta de Casa Amarela em 2018.	88
Fig. 45 A Horta de Casa Amarela em 2024.	88
Fig. 46 Jardim do Baobá, antes, durante ativação e depois de implantado.	89
Fig. 47 Jardim do Baobá, antes, durante ativação e depois de implantado.	89
Fig. 48 Jardim do Baobá, antes, durante ativação e depois de implantado.	89
Fig. 49 Parque das Graças.	89
Fig. 50 Parque das Graças.	89
Fig. 51 Parque das Graças.	89
Fig. 52 Mais Vida na Ilha de Deus.	90
Fig. 53 Mais Vida na Ilha de Deus.	90
Fig. 54 Parque Caranguejo, Horta de Santa Luzia e Projeto Pulsa Bairro.	91
Fig. 55 Parque Caranguejo, Horta de Santa Luzia e Projeto Pulsa Bairro.	91
Fig. 56 Parque Caranguejo, Horta de Santa Luzia e Projeto Pulsa Bairro.	91
Fig. 57 Praça Arari Ferreira na Iputinga e Praça da Árvore em Beberibe.	92
Fig. 58 Praça Arari Ferreira na Iputinga e Praça da Árvore em Beberibe.	92
Fig. 59 Praça Arari Ferreira na Iputinga e Praça da Árvore em Beberibe.	92
Fig. 60 Cais da Vila do Vintém, Cais do Caiara e Jardins Filtrantes.	93
Fig. 61 Cais da Vila do Vintém, Cais do Caiara e Jardins Filtrantes.	93
Fig. 62 Cais da Vila do Vintém, Cais do Caiara e Jardins Filtrantes.	93
Fig. 63 Urbanismo tático em Recife.	94
Fig. 64 Urbanismo tático em Recife.	94

Fig. 65 Urbanismo tático em Recife.	94
Fig. 66 Praça Professor Rui Antunes no bairro Poço da Panela, reformada pelo Programa Tá Aprumado Praças.	95
Fig. 67 Praça Professor Rui Antunes no bairro Poço da Panela, reformada pelo Programa Tá Aprumado Praças.	95
Fig. 68 Praça Professor Rui Antunes no bairro Poço da Panela, reformada pelo Programa Tá Aprumado Praças.	95
Fig. 69 Praça no bairro Joana Bezerra criada pelo Programa Tá Aprumado Praças.	96
Fig. 70 Praça no bairro Joana Bezerra criada pelo Programa Tá Aprumado Praças.	96
Fig. 71 RioTeca.	98
Fig. 72 Jardim Secreto.	99
Fig. 73 Praça da Infância Dom Miguel Valverde.	100
Fig. 74 RioTeca em 2019.	101
Fig. 75 Localização da RioTeca.	102
Fig. 76 Barracos na Vila Santa Luzia.	102
Fig. 77 Cozinha solidária MTST na Vila Santa Luzia.	103
Fig. 78 Edificação da RioTeca.	105
Fig. 79 RioTeca.	107
Fig. 80 RioTeca.	107
Fig. 81 RioTeca.	108
Fig. 82 RioTeca.	108
Fig. 83 RioTeca.	109
Fig. 84 RioTeca.	109
Fig. 85 RioTeca.	110
Fig. 86 RioTeca.	110
Fig. 87 Terreno antes da intervenção.	111
Fig. 88 Localização do Jardim Secreto.	112
Fig. 89 Travessia fluvial antes do píer.	113
Fig. 90 Transplante urbano.	114
Fig. 91 Cineclube secreto.	115
Fig. 92 Ensaio de maracatu no Jardim.	116
Fig. 93 Banner na sementeira do Jardim.	116
Fig. 94 Jardim Secreto.	117
Fig. 95 Jardim Secreto.	117
Fig. 96 Jardim Secreto.	118

Fig. 97	Jardim Secreto.	118
Fig. 98	Jardim Secreto.	119
Fig. 99	Jardim Secreto.	119
Fig. 100	Jardim Secreto.	120
Fig. 101	Jardim Secreto.	120
Fig. 102	Jardim Secreto.	120
Fig. 103	Centro de Referência da Primeira Infância (CRIAR).	121
Fig. 104	Localização das Praças na Encruzilhada e Madalena.	123
Fig. 105	Localização das Praças na Encruzilhada e Madalena.	123
Fig. 106	Praça Dom Miguel Valverde antes da intervenção.	124
Fig. 107	Projeto da Praça da Infância Dom Miguel Valverde.	125
Fig. 108	Redesenho viário com delimitadores na Praça Dom Miguel Valverde antes da intervenção.	127
Fig. 109	Praça Dom Miguel Valverde.	128
Fig. 110	Praça Dom Miguel Valverde.	128
Fig. 111	Praça Dom Miguel Valverde.	129
Fig. 112	Praça Dom Miguel Valverde.	129
Fig. 113	Praça Dom Miguel Valverde.	130
Fig. 114	Praça Dom Miguel Valverde.	130
Fig. 115	Praça Dom Miguel Valverde.	130
Fig. 116	Praça do Compaz Miguel Arrais.	131
Fig. 117	Praça do Compaz Miguel Arrais.	131
Fig. 118	Um dos acessos e escola municipal dentro do COMPAZ.	132
Fig. 119	Um dos acessos e escola municipal dentro do COMPAZ.	132
Fig. 120	Quadra esportiva do COMPAZ.	133
Fig. 121	Quadra esportiva do COMPAZ.	133
Fig. 122	Desenho dos sistemas de articulação das intervenções.	135

LISTA DE ABREVIações

APP - Área de Preservação Permanente

ARIES - Agência Recife para Inovação e Estratégia

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

COMPAZ - Centros Comunitários da Paz

CRIAR - Centro de Referência da Primeira Infância

CTTU - Companhia de Trânsito e Transporte Urbano

EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife

GDCI - Global Designing Cities Initiative

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo

INCITI - Pesquisa e Inovação para as Cidades

LabIT - Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático

LabVerde - Laboratório Verde da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

ONG - Organização não governamental

OS – Organização Social

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCR - Prefeitura da Cidade do Recife

PPC - Projeto Parque Capibaribe

PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio Janeiro

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco

UTC - Urban Thinkers Campus

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

ZEPAM - Zona Especial de Proteção Ambiental

ZEPH - Zona Especial de Preservação Histórica



Jardim Secreto do Poço da Panela, Recife

INTRODUÇÃO

A cidade tem sido historicamente compreendida como uma obra coletiva em permanente transformação, onde diferentes segmentos da sociedade produzem simultaneamente o espaço urbano (Lefebvre (2008 [1968])). Todas as ações humanas, individuais e coletivas, alteram os lugares, e há distintas relações de poder entre elas, sendo o capital uma inevitável expressão de força estrutural que materializa segregações, violências e assimetrias historicamente presentes nas cidades. À medida que a urbanização capitalista se expande, ela se afasta da satisfação das necessidades das pessoas e se relaciona com a acumulação do lucro, aumentando as desigualdades sociais e catástrofes ambientais (Harvey, 2014).

Diante de um contexto de crise de governança, no qual carecem políticas públicas que deem assistência às diversas problemáticas urbanas (Brenner, 2016), associado aos avanços tecnológicos, que ampliam a conexão e a mobilização das pessoas, grupos de cidadãos (organizações), junto a arquitetos e urbanistas, têm se envolvido na busca por novas abordagens que tragam uma melhor qualidade de vida nas cidades.

Visando a tornar as cidades mais inclusivas, equitativas e ecológicas, **intervenções nos espaços públicos** vêm sendo desenvolvidas a partir de colaborações entre diversos atores que intervêm no território, como moradores dos bairros, técnicos do poder público, instituições e demais organizações (Paisaje Transversal, 2017; Sobral, 2022; Alarcón *et al*, 2022).

Nas últimas décadas, a discussão a respeito de novas abordagens do urbanismo e da sua atuação nos espaços públicos protagonizou uma série de eventos, exposições e simpósios da área. Isso ampliou tanto a diversidade de conceitos e definições referentes ao tema, quanto a popularidade da sua ação propositiva, aplicadas em diferentes contextos, a partir de distintos lugares de atuação. Alguns exemplos são:

O **Park(ing) Day**, o movimento iniciado em São Francisco (2005), que transformou uma vaga de estacionamento em área verde temporária (Fig. 1);

O pavilhão norte-americano na Bienal de Veneza, **Spontaneous Intervention: Design Actions for the Common Good** (2012), que documentou diversas “intervenções espontâneas” nos espaços públicos (Fig. 2);

O movimento global conhecido como **Placemaking**, que reúne pessoas dedicadas à “criação de lugares”, a partir de redes e encontros em diferentes regiões do mundo a partir de 2013¹;

1 Existem redes regionais e locais, como o Placemaking América Latina e o Placemaking Brasil, respectivamente. No caso dos encontros da Rede Placemaking América Latina já foram realizados: no ano de 2017 em Valparaíso (Chile), em 2018 na Cidade do México (México), 2019 em Lima (Peru), em 2020 [virtual-pandêmico] realizado a partir de Buenos Aires (Argentina) e a 5ª edição em 2023 na cidade do Rio de Janeiro (Brasil).

Atualmente, membros de 85 países integram a rede global intitulada de “PlacemakingX”. Disponível em: <https://www.placemakingx.org/about>. Acesso em: 10 dez. 2023

A exposição **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities** (2014), realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), que apresentou exemplos de “urbanismos táticos” em diferentes cidades do mundo, em busca de tornar as cidades mais habitáveis e participativas (Fig. 3);

O **Festival Internacional de Intervenciones Urbanas**, realizado anualmente no Peru desde 2016, focado em “intervenções urbanas” que promovem transformações nos espaços públicos e outras ações.



Fig. 01, 02 e 03 - Park(ing) Day (2005); Spontaneous Intervention (2012); Uneven Growth (2014)
Fontes: Rebar Group; Arch Daily, Nico Saieh; MoMA, Thomas Griesel.

Além das iniciativas, o evento **Insurgências - Experiências em espaços públicos**, realizado na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2023, uniu o 8º Festival Internacional de Intervencões Urbanas (FIIU) e o 5º Encontro Placemaking América Latina, reunindo acadêmicos, profissionais e ativistas com o objetivo de promover trocas de experiências e dar luz a casos de intervenções nos espaços públicos. O Insurgências contou com a participação de 468 pessoas e 83 organizações, além da apresentação de 45 trabalhos de 13 países: Brasil, Peru, Colômbia, Chile, Argentina, México, Uruguai, Equador, Paraguai, Cuba, Argentina, El Salvador e Espanha. (Fig. 4).



Fig. 04 - Insurgências (2023). Foto de Monique Cabral.

A convocatória “experiências insurgentes” resultou na seleção de ações nos espaços que buscaram “transformar o espaço urbano de forma tática, pontual, colaborativa e de alto impacto” totalizando 144 submissões recebidas do Brasil e dos demais países da América Latina². Tais dados representam uma pluralidade de intervenções e refletem a crescente conscientização sobre a importância de novas abordagens para moldar as cidades no intuito de promover a inclusão e a participação cidadã ativa.

É nesse contexto que relacionamos essas iniciativas mencionadas ao **urbanismo colaborativo**, uma abordagem que visa a colaboração entre diferentes atores para uma melhoria da qualidade de vida nas cidades. Conforme definido nos dicionários, o termo “colaborativo” sugere contribuição e trabalho em conjunto. Nesse sentido, destaca a ideia de relações entre atores para intervir coletivamente.

² Fonte: Levantamento, realizado pela autora, que também foi Coordenadora Executiva do evento “Insurgências”.

São múltiplas suas expressões, entretanto grande parte delas é materializada nos espaços públicos, por meio do que chamaremos de **intervenções colaborativas**: pequenos projetos na escala do bairro e do cotidiano, que refletem um uma intenção de qualificação do espaço. As intervenções podem surgir dos cidadãos “de baixo para cima”, muitas vezes desafiando as estruturas estabelecidas e buscando transformar espaços de acordo com as necessidades das comunidades. Também podem ser impulsionadas “de cima para baixo”, por atores institucionais, como governos e ONGs, implementando estratégias e políticas que influenciam as comunidades.

Partimos do pressuposto que as intervenções colaborativas combinam elementos de ambas as abordagens “de baixo para cima” e “de cima para baixo”, visando criar uma articulação entre o local e as políticas mais amplas, além de incorporar o conhecimento das comunidades e os recursos das instituições públicas. Para ilustrar a diversidade dessas intervenções, propomos a seguir uma exemplificação com base no que foi apresentado no evento *Insurgências* (2023), os projetos foram agrupados em diferentes eixos temáticos³:

Mobilidade: reabilitações de ruas e calçadas, redesenhos viários, criação de ciclovias, eventos de caminhadas, entre outras intervenções que buscam promover o uso do transporte coletivo e a mobilidade ativa;

Crise Ambiental: jardins urbanos, hortas comunitárias, reflorestamentos, entre outras iniciativas para enfrentamento da crise climática;

Governança: programas de governança, plataformas digitais, oficinas e mapeamentos, entre outros instrumentos que envolvem instâncias de negociação, reconhecendo e fortalecendo as arenas heterogêneas da gestão participativa;

Cuidados e Primeira Infância: parques infantis, estruturas lúdicas, mobiliário urbano e intervenções considerando o olhar sensível às mulheres, pessoas com deficiência, terceira idade e crianças;

Bairros: criação de praças, atividades comunitárias e eventos culturais e patrimoniais, que envolvem diferentes atores sociais para a solução de problemas cotidianos, fortalecendo o tecido social da vizinhança.

Todos esses exemplos ilustram processos de experimentação da cidade por meio de ações nos espaços públicos. Tendo em mente o contexto da “urbanização capitalista que tende perpetuamente a destruir a cidade como um bem comum social, político e habitável” (Harvey, 2014, p. 156) e os espaços públicos como um lugar de conflitos e disputas que condensam os desafios da contemporaneidade, este trabalho se propõe a investigar as relações entre as **intervenções colaborativas** e os **espaços públicos**.

Para tal, as intervenções colaborativas serão apresentadas tanto como fenômenos únicos quanto como representantes de tendências gerais, através de uma caracterização

³ Essa divisão entre os eixos (mobilidade, crise ambiental, governança, cuidados e primeira infância e bairros) cumpre apenas um papel ilustrativo. Muitas intervenções se enquadram em mais de um eixo.

em cinco categorias, que foi inspirada nos trabalhos apresentados no evento *Insurgências – Experiências em espaços públicos* (2023). O primeiro atributo comum a todas as intervenções, é a (1) **pequena escala** do bairro e do cotidiano. Quanto aos atributos mais singulares, as intervenções variam entre: (2) **efêmeras, temporárias e/ou permanentes**; (3) **imateriais e materiais**; (4) **locais e regionais**; e (5) iniciadas **de baixo para cima** ou **de cima para baixo**, porém sempre a partir de processos de colaboração.

Essa caracterização se baseia em conceitos extraídos do universo da arquitetura e do urbanismo e teve como fim delimitar o escopo de análise deste trabalho: as intervenções colaborativas permanentes, materiais, locais e iniciadas de ambas as formas (de baixo para cima ou de cima para baixo). Isso significa que este trabalho se concentrou em investigar iniciativas voltadas para mudanças mais duradouras na paisagem urbana, com intervenções físicas e tangíveis, e impacto local onde foram implementadas, sem considerar se a mobilização foi da comunidade ou de instituições, mas sempre evidenciando preceitos de unir os atores de forma colaborativa.

É relevante observar que o termo "urbanismo colaborativo"⁴ carece de uma ampla bibliografia especializada e não pode ser considerado teoricamente estabelecido. Dada essa lacuna, faremos um resgate histórico em torno da "participação" no campo do urbanismo e de como essa dimensão evolui para a ideia da colaboração. Além disso, visamos contribuir com a discussão através de uma exploração de conceitos relacionados à "colaboração" em diversas ciências sociais, apresentando formas de urbanismo colaborativo, acompanhada de reflexões sobre seus rebatimentos na cidade contemporânea, como o **urbanismo de guerrilha** e o **urbanismo tático**. O primeiro se refere a iniciativas cidadãs, muitas vezes não sancionadas, que se apropriam dos espaços cotidianos trazendo novos significados e funções imprevistas. O segundo, a uma abordagem para construção e ativação de espaços, utilizando ações temporárias e políticas em fases, ambas voltadas para mudanças permanentes.

Entendendo como problemática o espaço público e a consequente perda de sua natureza "pública" nos processos de transformação das cidades contemporâneas, discutiremos tal conceito a partir de uma abordagem histórica crítica. Utilizando autores que refletem a respeito da origem da noção de "público" e da sua função política e social. Em seguida, comentaremos os desafios inerentes à qualificação dos espaços públicos no contexto da urbanização capitalista contemporânea.

No contexto em que "espaços públicos" abrangem diversas compreensões e podem estar relacionados a espaços que reproduzem padrões neoliberais, refletimos quanto à possibilidade de outros "espaços" serem produzidos através de intervenções colaborativas. Para delinear a forma com que os processos colaborativos se materializam e interferem nos ambientes urbanos, foi realizada uma busca por interpretações teóricas que qualificassem os espaços transformados pelas intervenções colaborativas. O emba-

4 O termo "urbanismo colaborativo" é escolhido pela Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo, que desde 2019 engloba distintas organizações brasileiras que se propõem a pensar novas formas de pensar e agir na cidade através da participação de diferentes atores. É válido destacar que antes da criação da Rede de Urbanismo Colaborativo, foi fundado em 2016 o Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB), uma organização sem fins lucrativos que promoveu as Mostras de Urbanismo Colaborativo, articulando iniciativas de todas as regiões do país. Como pesquisado na tese "Práticas Insurgentes em Planejamento Urbano: as experiências de Urbanismo Colaborativo" de Michelle Morais (2023). O termo "urbanismo colaborativo" também foi identificado em países como Espanha, México, Bélgica, Nova Zelândia, Itália e Romênia.

samento teórico desta pesquisa compreende espaços nos quais ocorrem a coletivização, a resistência e a comunalização: os **espaços coletivos**, **espaços insurgentes** e **espaços comuns**, respectivamente.

Os espaços coletivos são definidos por Solà-Morales (1992) como locais onde a vida coletiva ocorre, podendo ser públicos e privados ao mesmo tempo. Esses espaços coletivizam sem a intenção de moldar os comportamentos daqueles que se apropriam, carregando consigo um valor político em seu sentido íntimo. Por outro lado, os espaços insurgentes referem-se às práticas de resistência, como proposto por Hou (2010). Eles desafiam estruturas de poder, a partir de reivindicações pelo direito de construir e de se reconhecer nos espaços públicos. Por fim, os espaços comuns, segundo Stavrides (2016), são locais abertos ao uso público, criados pelas pessoas em busca de um mundo comum, ou seja promovem preceitos como a igualdade, a abertura e a colaboração.

A ocorrência das práticas colaborativas representa possibilidades de novas atuações profissionais nos espaços urbanos. Os meus primeiros contatos com o tema aconteceram durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco, e no estágio na Secretaria Executiva de Inovação Urbana da Prefeitura da Cidade do Recife, onde integrei a equipe técnica que realizava intervenções em espaços públicos em áreas de morro da cidade. A experiência no âmbito do poder público marcou o início de uma trajetória profissional, que gerou diversas inquietações em busca por práticas mais sustentáveis e justas nos espaços urbanos. Após a experiência, o caminho foi pavimentado pelo envolvimento nas pesquisas e projetos do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático – LabIT-PROURB, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio Janeiro, que proporcionou não só experiências profissionais, mas os embasamentos teórico e crítico sobre ações coletivas e colaborativas no urbanismo.

Diante dos desafios urbanos que vivenciamos, é preciso estarmos abertos a processos e a perspectivas diferentes, com menos certezas e mais trocas. Tendo em vista as potencialidades que os processos de colaboração podem oferecer em termos de experimentação de soluções e de constituição de políticas públicas, o **objetivo geral** deste trabalho é refletir sobre as expressões, limitações, papéis e interferências das intervenções colaborativas na configuração espacial das cidades contemporâneas.

Como **objetivos específicos**, o trabalho trata de: (1) compreender a emergência das práticas colaborativas nos espaços públicos; (2) contribuir para o campo de estudo do urbanismo através de conceitos relacionados à “colaboração”; (3) contribuir para o debate dos espaços públicos através das interpretações teóricas relacionadas a espaços “coletivos”, “insurgentes” e “comuns”; (4) dar luz a experiências de intervenções colaborativas no Brasil, com foco nas iniciativas realizadas na cidade do Recife; (5) descrever três casos de intervenções realizadas na cidade do Recife e analisar como eles se relacionam com o espaço público.

Para alcançar esses objetivos, realizamos uma investigação mais aprofundada das intervenções colaborativas no Recife, a capital do estado de Pernambuco, onde as iniciativas ganharam efervescência na última década, junto a debates sobre as questões urbanas. Esse período também foi marcado pela elaboração de planos e projetos para a cidade, resultado de experiências acadêmicas e profissionais que buscaram direcionar o desenvolvimento urbano através de intervenções para a qualificação dos espaços públicos da cidade.

A investigação do recorte espacial recifense resultou na escolha de três estudos de caso de intervenções colaborativas que representam diferentes abordagens de colaboração em diferentes territórios. Dois casos partem de baixo para cima: a Rioteca da Vila de Santa Luzia e o Jardim Secreto do Poço da Panela; e partindo de cima para baixo, o terceiro contempla as Praças das Infância, realizadas pela Prefeitura do Recife.

A *RioTeca*, liderada por um morador desde 2009, que transformou objetos descartados em uma biblioteca e área de lazer para a comunidade localizada às margens do Rio Capibaribe. Já o *Jardim Secreto* é uma intervenção ocupada e recuperada por voluntários desde 2017 e oferece um espaço de convívio social e educação ambiental também nas margens do Capibaribe. Por fim, as *Praças da Infância* são espaços públicos voltados para crianças de zero a seis anos, com foco em inclusão, segurança e envolvimento com a cultura local e fazem parte do projeto Primeiro a Infância, criado em parceria entre a Fundação Bernard Van Leer, a Agência Recife para Inovação e Estratégia e Prefeitura do Recife.

Tendo em mente esses processos observados no Recife a respeito das intervenções nos espaços públicos, propomos uma **ponte** entre as reflexões teóricas estudadas com os estudos de caso. Para analisar aspectos concretos das intervenções colaborativas, através das teorias que embasam as formas de urbanismo colaborativo e os espaços coletivos, insurgentes e comuns, foram necessários os seguintes procedimentos metodológicos:

Primeiramente, a partir de um levantamento de intervenções colaborativas na cidade do Recife, foram escolhidos dois casos pontuais de intervenções localizadas às margens do Rio Capibaribe: o Jardim Secreto do Poço da Panela e a Rioteca da Vila Santa Luzia. Ambos foram mobilizados por atores locais, receberam intervenções do poder público e estavam localizados em margens opostas do rio, evidenciando diferentes realidades sociais.

Após o envolvimento na organização do evento Insurgências e do recebimento de experiências do Recife na convocatória Experiências Insurgentes, outro caso foi incorporado à pesquisa por demonstrar ser uma iniciativa que se prolifera em escala mundial e conta com a perspectiva da colaboração dentro do âmbito institucional, através da articulação entre órgãos do poder público e outras instituições, como fundações, organizações sociais e a comunidade. Outro critério para a escolha deste caso, foi a quantidade de material disponibilizado sobre o projeto, o que agrega mais uma camada à investigação que, antes, estava voltada à dois casos singulares, dentro de um contexto de cidade que recebe diversas outras intervenções.

Além disso, a partir do que foi apresentado no evento Insurgências, escolhemos dois exemplos de intervenções no Estado de São Paulo, a Praça da Nascente e a Área da Infância. As informações delas foram coletadas a partir da base de dados do evento Insurgências (2023), complementadas por materiais disponíveis em periódicos acadêmicos, sites de notícias e redes sociais.

Por apresentarem semelhanças com os casos da cidade do Recife, eles serviram como auxílio para estruturar a caracterização e a análise comum dos estudos de caso. Ambas foram orientadas, aliás, pelas seguintes perguntas-chave: Onde essas intervenções foram feitas? Por quê? Para quem? Por quem? Com que financiamento? Com quais articulações? Como se consolidam os modelos de gestão das intervenções? Quais são as manutenções e os cuidados que elas requerem? Quais são os resultados materiais das

intervenções? Quais são os usos e atividades gerados nos espaços?

As perguntas acima abordam aspectos como a **caracterização do território**, a **articulação de atores**, o tipo de **gestão** e a **materialidade** das intervenções, levando a uma estrutura comum de leitura dos casos, inspirada no método do livro “Urbanismo Tático: X ações para transformar cidade” (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021), realizado no âmbito das pesquisas do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT).

Para alimentar a análise dos casos e examinar as intervenções, foi necessária a realização de uma pesquisa de campo imersiva que se baseou na observação direta, a partir de visitas aos locais com descrição e interpretação próprias do espaço, e na condução de entrevistas com pessoas envolvidas nos três casos - duas delas (a da RioTeca e a do Jardim Secreto) foram realizadas no segundo semestre de 2021 e a última (a das Praças da Infância), em março de 2024. As perspectivas dos informantes serviram para complementar, orientar e informar a caracterização das intervenções. Por fim, foram utilizados os estudos de mapas, imagens, vídeos e relatos em fontes jornalísticas.

Iniciamos com o capítulo “**Em busca de um urbanismo colaborativo...**”, no qual apresentamos as intervenções colaborativas e algumas de suas características gerais. Nele, resgatamos, a evolução da “participação” para a “colaboração” no campo do urbanismo, apresentamos alguns conceitos relacionados à colaboração em diversas ciências e descrevemos algumas formas de urbanismo colaborativo, como o urbanismo de guerrilha e o urbanismo tático, que trazem novos significados e funções aos espaços urbanos. Além disso, há uma reflexão sobre o espaço público e suas complexidades, com ponderações sobre os desafios da qualificação dos espaços públicos no contexto da urbanização capitalista.

O segundo capítulo, “**...para a cocriação de espaços...**”, apresenta as abordagens teóricas sobre espaços coletivos, insurgentes e comuns a partir do questionamento das possibilidades de produção de outros tipos de espaços por meio de intervenções colaborativas. Nesta seção, exemplificamos duas intervenções colaborativas brasileiras: a Praça da Nascente e a Área da Infância, com o propósito de estruturar uma análise comum para os estudos de caso.


No capítulo final, “**...no Recife**”, é apresentado um breve resumo sobre a formação histórica da cidade e sobre a intensificação de projetos e experiências nos espaços públicos ao longo da última década. Também registramos o levantamento de algumas intervenções colaborativas realizadas entre 2011 e 2023 e os três estudos de caso que representam formas de colaboração materializadas na cidade. Por fim, relacionamos os estudos de caso entre si, aproximando-os das interpretações teóricas dos espaços públicos, coletivos, insurgentes e comuns.

As considerações finais se atêm a um resgate das demais reflexões teóricas sobre os espaços públicos e as intervenções colaborativas analisadas. A intenção não é o de trazer respostas finais sobre esta relação, mas sim abrir uma série de questionamentos e perspectivas de debate para o futuro desta relação.



1

***Em busca de um
urbanismo colaborativo...***



As **intervenções colaborativas**, são pequenas qualificações, na escala do bairro e do cotidiano, mobilizadas por múltiplos atores em processos de colaboração. No presente capítulo, apresentaremos a contextualização desse fenômeno, refletindo acerca das suas expressões e dos papéis atribuídos a ele na configuração espacial das cidades contemporâneas.

O capítulo é dividido em dois blocos de discussão:

(1) Intervenções colaborativas, apresentaremos o fenômeno exemplificando as intervenções colaborativas, caracterizando-as e delimitando o escopo de análise deste trabalho. Em seguida, contextualizaremos como a dimensão da “participação” evoluiu para a proposta da colaboração, explorando os da “colaboração” em diversas ciências sociais. Por fim, delinearemos outros dois eixos do universo da arquitetura e urbanismo que se relacionam com o urbanismo colaborativo: o urbanismo de guerrilha e o urbanismo tático.

Devido ao fato de as intervenções colaborativas se manifestarem expressivamente nos espaços públicos, o segundo bloco de discussão aborda a problemática do e do espaço público:

(2) Espaços públicos? Refletiremos a respeito da complexidade do e de “espaço público” a partir de diferentes narrativas que o permeiam: das origens da noção de público e da diferenciação entre o privado às narrativas de declínio que surgiram na pós-modernidade. Além disso, traremos narrativas contemporâneas que abordam a “humanização” dos espaços públicos e algumas críticas que levantam contradições inerentes à qualificação dos espaços públicos no contexto da urbanização capitalista.

1.1 INTERVENÇÕES COLABORATIVAS

Chamamos de **intervenções colaborativas (IC)** as ações ou projetos urbanos de qualificação do espaço público na escala do bairro e do cotidiano que envolvem diretamente a comunidade e a participação de diversos atores, como organizações, empresas e instituições. Essas intervenções pressupõem a **cocriação**, ato de trabalhar coletivamente e criativamente (Sanders e Stappers, 2008), a **cooperação**, uma troca recíproca de benefícios entre as partes envolvidas (Sennett, 2020) e a **coprodução**, que acontece a partir do envolvimento entre técnicos e habitantes (Sennett, 2018).

Colaboração, cocriação, cooperação, coprodução, todas as palavras utilizam o “co” como prefixo. Segundo Rosa e Weiland (2017), “**co**” indica parceria ou igualdade, “refere-se a algo feito conjuntamente, junto, e com relevância mútua” (2017, p. 6). Em outras palavras, são ações e/ou projetos que buscam engajar os cidadãos e a comunidade de maneira direta na **concepção**, na **implantação** e/ou na **gestão** dos espaços cocriados.

A escolha pelo termo “**intervenções**”¹ se deu devido ao seu significado de “ato de intervir”, refletindo um desejo de mudança e uma intenção de transformação, de “interferir em algo com o intuito de influenciar o seu desenvolvimento”². Isso pode se manifestar através da reivindicação por parte dos cidadãos, que, com suas próprias mãos, realizam transformações urbanas, ou por meio de políticas e atuações técnicas que buscam impactar positivamente o ambiente urbano.

Já a escolha do termo “**colaborativas**” está associada à perspectiva da colaboração. A palavra “colaborativo”, conforme definido nos dicionários, sugere contribuição e trabalho em conjunto. O termo também é escolhido pela **Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo**, desde 2019, formada por distintas organizações brasileiras que se propõem a pensar novas formas de pensar e agir na cidade por meio da participação de diferentes atores. Nesse sentido, destaca-se a ideia de intervenções construídas coletivamente e a partir de diversas contribuições.

Com inspiração nas apresentações realizadas no evento Insurgências (2023), propomos uma caracterização em cinco pontos. Baseada em tos extraídos do universo da arquitetura e do urbanismo, elas podem caracterizar e diferenciar as intervenções umas das outras. Em primeiro lugar, um atributo comum característico de todas as intervenções, é a **pequena escala** do bairro e do cotidiano. Com relação às suas singularidades, as intervenções podem ser **efêmeras, temporárias** e/ou **permanentes; imateriais e materiais; locais e regionais**; e mobilizadas **de baixo para cima** ou **de cima para baixo, em busca da colaboração entre atores**.

1. A pequena escala do bairro e do cotidiano

A primeira característica comum entre as propostas exemplificadas é a ênfase na atuação em **pequena escala**, assemelhando-se a “**acupunturas urbanas**”, to criado pelo arquiteto, urbanista e político brasileiro Jaime Lerner (2003), baseando-se na metáfora da prática chinesa, em que uma intervenção pequena, realizada de forma rápida

1 Como o termo “intervenções temporárias” utilizado por Adriana Sansão-Fontes (2011, p. 3) para descrever uma condição intencionalmente temporária que é uma atitude que envolve o desejo de transformação.

2 Segundo o Dicionário Michaelis online da língua portuguesa (2022).

e precisa, pode revitalizar determinada área e seu entorno imediato. Segundo Lerner (2003), na acupuntura urbana, a velocidade de implementação das mudanças é crucial, uma vez que as intervenções têm o propósito de evitar obstáculos burocráticos e políticos, e de garantir a concretização de projetos demonstrativos, que ajudam a explicitar diretrizes para um planejamento de longo prazo.

Além de sua escala modesta e delimitada, as intervenções vislumbram um urbanismo centrado no **cotidiano**, priorizando a experiência comum do dia a dia e das rotinas familiares, conhecidas por todos os indivíduos. Autores como a arquiteta e urbanista Margaret Crawford (1999) focaram suas pesquisas nas atividades simples e familiares do cotidiano, definindo o termo *everyday urbanism* ou “**urbanismo cotidiano**” para descrever as práticas comuns da vida diária dos cidadãos. A esfera do cotidiano representa uma zona de transição moldada por práticas sociais, conectando os domínios da casa, do trabalho e das instituições, trazendo à tona a “vida real”, frequentemente banal e invisível, para o diálogo urbano. O urbanismo cotidiano tem sintonia com a ideia de “balés da calçada”, proposta pela jornalista e urbanista Jane Jacobs (2011 [1961]), que destaca o movimento diário das calçadas e a representação da vida urbana nas experiências cotidianas.

A convergência de acupunturas urbanas e urbanismo cotidiano revelam abordagens que valorizam intervenções precisas e versáteis contidas na escala das ruas, calçadas, praças e pequenos espaços. Sublinham, ainda, o valor simbólico e identitário significativo que pequenas intervenções detêm (ou podem deter), uma vez que afirmam o sentimento de pertencimento das pessoas aos lugares em que elas vivem. Também há a convergência de se considerar o pequeno e o transitório do cotidiano um aspecto vital para as diretrizes do planejamento urbano, seja a curto ou longo prazo. O autor Marcos Rosa (2011), por exemplo, utiliza o termo “microplanejamento” como forma de combinar as ações da microescala ao planejamento que emerge das práticas sociais e das apropriações coletivas dos meios urbanos.

2. Efêmeras, temporárias e permanentes

Dentro dos exemplos de intervenções mencionados, uma distinção clara reside na temporalidade. Há as propostas **efêmeras**, intencionalmente temporárias, como os exemplos de eventos e atividades culturais na escala do bairro focadas na ativação do espaço, que podem ter apenas um dia de duração. Já as **temporárias**, têm relação com o uso temporário, como os testes de ciclovias e redesenhos viários temporários, focados no teste do espaço (Sansão-Fontes *et al*, 2020). Por outro lado, algumas intervenções assumem uma transformação **permanente**, como as criações de praças e parques infantis.

Para explicar as propostas efêmeras, que são intencionalmente temporárias, faremos uso do termo de **intervenções temporárias** da arquiteta e urbanista Adriana Sansão (2013), que estudou três tipos de intervenções: apropriações espontâneas, intervenções de arte pública e festas locais. Ela define a intervenção temporária como “a que se move no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolve participação, ação, interação e subversão, e é motivada por situações existentes e particulares” (Sansão-Fontes, 2013, p. 61), como as festas locais que produzem impactos profundos nas relações entre pessoas. Além disso, segundo a autora, as intervenções temporárias manifestam uma amabilidade urbana - “o atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade” (Sansão-Fontes, 2013, p. 26).

Um exemplo de intervenção efêmera são as caminhadas intituladas Jane Jacobs Walk (Fig. 5), em homenagem à contribuição da urbanista que influencia gerações de arquitetos, urbanistas e ativistas. As caminhadas acontecem em todo o mundo e têm como objetivo reunir pessoas a “caminhar, observar e se conectar com sua comunidade e meio ambiente”³, propondo a aproximação entre pessoas, e entre as pessoas e os lugares da cidade.



Fig.5 - Primeira edição do Festival Jane's Walk no Recife (2016).
Fonte: Instagram @janeswalkrecife, Pamela Clericuzzi.

Com relação ao uso temporário e a transformação permanente, faremos o uso do termo *temporary city* ou “**cidade temporária**”, dos urbanistas Bishop e Williams (2012), que falam do temporário numa perspectiva de aplicação no planejamento e no projeto urbano. Os autores falam da dificuldade em tuar a temporalidade e a transitoriedade e abordam exemplos de transformações físicas que não têm o propósito de durar mais que alguns anos, que podem ser curtas ou pouco duradouras. Eles exemplificam as suas aplicações da seguinte forma:

Os usos temporários estão florescendo tanto em espaços intermediários, onde há flexibilidade nos rigores do mercado imobiliário, quanto em áreas onde o uso múltiplo é viável. Alguns usos são planejados e formais - alguns são informais, acidentais, espontâneos ou mesmo ilegais. Alguns ocorrem quando uma cidade está encolhendo, outros quando está crescendo. Alguns usos duram uma noite ou fim de semana, alguns são sazonais, enquanto outros podem durar cinco anos ou mais. Alguns são atos de desafio político, enquanto outros são intervenções do governo (Bishop e Williams, 2012, p.5, trad. nossa).

Bishop e Williams (2012) provocam uma reflexão sobre a persistência na abordagem da permanência, argumentando que usos temporários representam uma expressão de um urbanismo mais “dinâmico, flexível e adaptativo”, que reconhece a transitoriedade da vida urbana e podem ser eficazes em uma era de incertezas e instabilidades. Eles questionam o fato de os urbanistas ainda estarem focados na permanência e exemplificam projetos como estruturas arquitetônicas conhecidas como lojas *pop-ups*, agricultura urbana, protestos políticos, atividades de recreação comunitária e ocupações (como *squattings* temporários, que revitalizam edifícios vazios).

Questionando essa ênfase no uso temporário, muitas intervenções colaborativas apresentam **transformações físicas permanentes**. Porém, é importante frisar que muitas delas contam com o componente do temporário nas suas fases de concepção e implementação, incentivando a participação local a partir de atividades, como ações de recreação e eventos ou para testar projetos antes de investimentos de maior custo (Fig. 6 e 7).



Fig. 06 e 07- Fase temporária e fase permanente de intervenção em Recife. Fonte: Autora.

3 Disponível em: <https://www.janejacobswalk.org/>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

3. Imateriais e materiais

Outra distinção diz respeito à **materialidade** das intervenções, algumas concentram-se em abordagens imateriais, estando relacionadas a métodos, como oficinas e *workshops*, ou incorporando tecnologias, como mapeamentos em plataformas digitais (Fig. 8). Essas iniciativas tecnológicas e digitais são associadas ao chamado *open source urbanism* ou “**urbanismo de código aberto**”, instrumentos voltados para distribuição mais equitativa do poder, a partir do fortalecimento de práticas e iniciativas horizontais, com potenciais de mobilização diversos: em torno de questões do bairro, de ações coletivas diversas, a requisições de demandas e serviços para os governos locais (Sassen, 2011). Os modos de produção de código aberto, originalmente aplicados na tecnologia, envolvem o compartilhamento de bens e serviços digitais, permitindo que sejam copiados, usados, desenvolvidos colaborativamente entre pares e utilizados de forma aberta e acessível por todos (Bradley, 2015).



Fig. 08 - Printscreen de plataformas online em oficina de cocriação promovida pelo LabIT-PROURB.
Fonte: Acervo LabIT-PROURB

Em contrapartida, muitas intervenções colaborativas têm caráter **material** e tangível que se traduzem em projetos físicos que modificam a paisagem urbana em busca de melhorias. Provocando transformações concretas, essas intervenções materiais buscam responder a questões específicas do contexto e reconfigurar a situação pré-existente em termos de funcionalidade, estética e sustentabilidade. Esse contraste entre abordagens imateriais e materiais reflete a diversidade das intervenções colaborativas, que podem empregar ambas as abordagens na busca por soluções urbanas.

4. Locais e regionais

As intervenções podem apresentar variações significativas em termos de natureza local ou regional. Dentro da categoria **local**, algumas intervenções foram concebidas de forma isolada, em áreas específicas. Outras foram implementadas em diversos pontos da mesma cidade ou planejadas como parte de uma rede mais ampla, utilizando projetos-piloto e estratégias de replicação para ampliar seu impacto (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021). Por outro lado, algumas propostas assumiram uma natureza **regional**, sendo replicadas em mais de uma cidade, estado ou país.

5. De baixo para cima e de cima para baixo

Além das considerações sobre temporalidade, materialidade e natureza local e regional das intervenções, outra característica de suma importância para este trabalho, é a distinção entre as origens de atuação mobilizadas nas intervenções. Elas apresentam uma diversidade significativa, algumas são mobilizadas **de baixo para cima**, e surgem como resultado de uma abordagem à parte e independente dos processos tradicionais de planejamento, visando transformar espaços de acordo com as necessidades de grupos ou comunidades específicas. Essa abordagem, também conhecida pelo termo em inglês *bottom-up*, é caracterizada pelas iniciativas provenientes das bases da sociedade, com a comunidade desempenhando um papel central na concepção e na implementação da intervenção. Algumas expressam sentimentos de insurgência e oposição às forças institucionalizadas, evidenciando a autonomia da comunidade envolvida em resolver problemas (Hou, 2010).

Em contrapartida, algumas intervenções são impulsionadas **de cima para baixo** e surgem graças aos atores institucionais, como governos, empresas, ONGs e agências internacionais. Também conhecidas como *top-down*, envolvem a implementação de estratégias e políticas por parte das autoridades e organizações centrais, influenciando as comunidades.

Quando observadas separadamente, as ações “de baixo para cima” possuem caráter subversivo e descentralizador, de ocorrência fora do controle institucional, enquanto as “de cima para baixo” têm caráter mais formal e centralizador (Sansão-Fontes; Pina; Piva, 2021). No entanto, as intervenções colaborativas, quando mobilizadas de cima para baixo, pressupõem uma abordagem híbrida (Barata, 2018)⁴, que articulam estratégias de base e de topo, e conseqüentemente saberes distintos, uma vez que envolvem a participação de autoridades, técnicos, acadêmicos com associações comunitárias e atores locais em processos de **coprodução**. Segundo Sennett, a coprodução objetiva:

tornar o envolvimento importante para ambos os lados, fazendo com que, para começo de conversa, os planos sejam gerados pelo técnico treinado e pelo habitante, com sua experiência de vida (Sennett, 2018, p. 275).

A combinação entre *bottom-up* e *top-down* materializada na coprodução busca criar uma sinergia entre as iniciativas locais e as políticas mais amplas. Aproveitando o conhecimento e a dinâmica das comunidades locais, ela incorpora o suporte e os recursos provenientes das instituições e políticas públicas mais abrangentes.

Essas características destacam a diversidade das intervenções colaborativas para a transformação de espaços públicos. Reconhecemos que todas são valiosas, mas este trabalho enfocará nas **IC permanentes, materiais, locais e mobilizadas de baixo para cima e de cima para baixo, em busca da colaboração entre atores**. Isso significa que a pesquisa se concentra em iniciativas com a intenção de criar mudanças mais duradouras na paisagem urbana, utilizando intervenções físicas e tangíveis, e que tenham impacto local onde são implementadas, independente se foram mobilizadas pela comunidade ou por organizações, mas sempre de forma colaborativa.

4 Aline Barata (2018, p. 36) utiliza “híbrido” para explicar o processo “que mescla ações advindas do poder público (*top-down*) e da sociedade (*bottom-up*), e permite uma igualdade de contribuição e de poder”.

Nesta seção, exibimos um relato plural do crescente corpo de trabalho das intervenções colaborativas, a partir de alguns adjetivos e termos específicos que as caracterizam. Na próxima, adentraremos na evolução da dimensão da participação no urbanismo, destacando o caminho que conduziu ao todo de urbanismo colaborativo para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade.

1.1.1 Da participação à colaboração

A teoria que embasa a participação no urbanismo ganhou destaque na segunda metade do século XX como uma reação à atuação centralizada dos governos. As grandes transformações urbanas eram fruto dos desejos dos poderosos, como nos exemplos históricos da transformação de Paris pelo Barão Haussmann em meados do século XIX e o projeto e a construção de Brasília em 1960 no Brasil, em meio à crescente urbanização e à efervescência do movimento moderno.

A “inflexibilidade” da prática moderna levou à emergência de diversas críticas em defesa de abordagens mais participativas no urbanismo. Um dos clássicos exemplos é o livro “Morte e Vida das Grandes Cidades” (1961), de Jane Jacobs, que critica a atuação autoritária e universalista do planejamento moderno norte-americano em defesa de cidades nas quais os cidadãos tenham oportunidade de participar dos processos de tomada de decisão. As demolições e os despejos associados à renovação urbana levaram Jacobs (2011 [1961]) a defender os espaços vividos das ruas e dos bairros que poderiam parecer caóticos para os planejadores, mas que eram, para ela, “complexos sistemas de ordem funcional”:

Sempre nos contam mentiras banais sobre a ordem nas cidades, em tom de ensinamento, certos de que a duplicação representa ordem. É a coisa mais fácil do mundo pegar algumas formas, dar-lhes uma uniformidade rígida e tentar impor o resultado em nome da ordem. No entanto, a uniformidade rígida, trivial, e os sistemas significativos de ordem funcional raramente são compatíveis na realidade. É preciso ter compreensão para ver os complexos sistemas de ordem funcional como ordem, e não como caos (Jacobs, 2011 [1961], p. 419).

Assim, era a favor da maior densidade habitacional, da escala da vizinhança, do uso misto, da diversidade, da economia local e dos quarteirões menores como componentes de cidades bem-sucedidas. Para atingir tais objetivos, a abordagem deveria ser **baseada na comunidade**. Essas críticas e inquietações também ecoaram e influenciaram a formação de diversos arquitetos e urbanistas.

Alguns outros clássicos acontecimentos foram marcantes para essa historiografia, como a contribuição do grupo de arquitetos do Team X dentro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). A crítica desse grupo tinha influência dos situacionistas⁵ que eram contra o funcionalismo e a cultura do espetáculo e a favor da participa-

5 Internacional Situacionista (IS) foi um movimento fundado em 1957 na Itália. A IS foi um grupo de teóricos, artistas e ativistas que lutou contra a espetacularização da vida cotidiana, a alienação e passividade da sociedade. Destacou-se pela crítica ao espetáculo e pela busca da participação ativa dos indivíduos a partir de ações e manifestos nas cidades contra a monotonia da vida moderna (Jacques, 2003).

ção ativa e novas propostas de apropriação da cidade. Membro do Team X, o holandês Aldo Van Eyck, criou métodos e procedimentos que incorporam a dimensão lúdica da vida humana nos processos de projeto. Outro arquiteto que incorporou aspectos do envolvimento de usuários e moradores foi o também holandês John Habraken, que propôs com a teoria dos suportes à elaboração de uma estrutura básica de habitação coletiva, projetada de modo que os moradores pudessem ocupar internamente da forma que quisessem (Jacques *et al*, 2019; Sobral, 2018).

No Brasil nos anos 1960, exemplos da participação vinculada à questão da habitação, sobretudo no contexto do crescimento das favelas e demais assentamentos populares, também tiveram destaque. Para ilustrar, temos as experiências de urbanização da favela Brás de Pina (1969), na Zona Norte do Rio de Janeiro, liderada pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos e o grupo Quadra, e do projeto e construção de Cajueiro Seco (1963), conduzido por Acácio Gil Borsoi em Jaboatão dos Guararapes na Região Metropolitana do Recife. Nessas iniciativas, diversas ideias e práticas de participação desempenharam papéis significativos e tiveram relevância no enfrentamento das questões habitacionais das camadas populares (Jacques *et al*, 2019).

A urbanização da favela Brás de Pina foi implementada devido à mobilização de resistência da própria associação de moradores às ações de remoção forçada anunciadas pelo poder público. O processo contou com a participação dos habitantes, a partir do diálogo com os arquitetos, o que influenciou diretamente as decisões sobre planejamento, projeto e execução das intervenções em moradias, espaços coletivos e serviços. Apesar das dificuldades, a experiência refletiu novos significados de participação surgidos de maneiras inesperadas, “todas inventadas e sob o controle dos interessados diretos, os moradores” (Santos, 1981, p. 64 apud Jacques *et al*, 2019, p. 95).

O conjunto habitacional Cajueiro Seco, coordenado pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi entre 1962 e 1964, também se destaca. O projeto teve apoio político do Governo do Estado de Pernambuco, na gestão de Miguel Arraes, e foi interrompido pelo golpe militar. A área, onde projetou-se o Cajueiro Seco, antes apropriada pelo governo, foi cedida para a transferência de um grupo de 500 famílias, no qual foi experimentado o que o arquiteto chamou de “autogestão dirigida”. Esse projeto contou com a participação e o trabalho dos moradores envolvidos e utilizou a combinação entre as tecnologias tradicionais e a racionalização da produção, resultando em painéis modulares pré-fabricados de taipa e coberturas de palha costurada:

Pela constatação de que estes grupos sociais possuem conhecimentos resultantes da sua própria necessidade, ou seja, da sua realidade, do seu saber artesanal e da utilização de suas próprias mãos, foi possível desenvolver o trabalho (Borsoi, 2006, p. 77).

Essas experiências de participação no âmbito da habitação nos anos 1960 evidenciaram a valorização das práticas cotidianas, dos processos empíricos de construção da cidade, das relações entre conhecimentos técnicos e populares e da autonomia dos indivíduos na construção e na gestão do espaço (Jacques *et al*, 2019). Além da ênfase na habitação, nos anos 1960, a participação em projetos e políticas públicas também foi discutida, como no conhecido artigo escrito pela pesquisadora americana Sherry Arnstein, “A Ladder of Citizen Participation” (1969).

Arnstein (1969) categoriza a participação cidadã em diferentes “degraus” de uma es-

cada, vinculando o nível da participação ao poder do cidadão. A autora entende que a redistribuição do poder de tomada de decisão é o que permite aos cidadãos com menos poder, que ela chama de *have not*⁶, a serem incluídos nos processos políticos e econômicos. Na tipologia proposta por Arnstein, os primeiros degraus da escada correspondem a menores níveis de “participação”, ou até mesmo de “não-participação” (terapia e manipulação), os quais são apenas formas propostas pelos tomadores de decisão para educar ou curar os participantes. De maneira crescente, esses degraus passam por níveis de “informação” e “consulta” até chegarem ao de “pacificação”, em que os participantes podem aconselhar os poderosos, mas ainda não possuem o direito de tomar decisões.

O nível de “consulta” também é criticado por Richard Sennett (2018, p. 274), sobre os processos tradicionais da participação no planejamento, do tipo “aceite: eu sei o que é o melhor”:

Uma “consulta” em comunidade, por exemplo, costuma envolver um departamento de planejamento explicando como e onde quer construir uma nova estrada; vêm então os protestos de membros do público, de campeões de ciclismo aos moradores das proximidades; as autoridades de planejamento levam essas objeções “a apreciação” depois de “uma produtiva troca de ideias”; e em seguida essas mesmas autoridades vêm a fazer exatamente o que queriam fazer desde o início (Sennett, 2018, p. 274).

Subindo a escada de Arnstein (1969), a autora explica os níveis de “poder cidadão” nos quais estariam os degraus crescentes: “parceria”, “delegação de poder” e “controle cidadão”. No nível mais alto, estaria o maior poder de tomada de decisão, em que a população pode ocupar cargos, gerir programas ou organizações, definir as ações e negociar condições com “externos” para introdução de mudanças. Entretanto, percebe-se que no âmbito do planejamento e das políticas públicas, os instrumentos se concentram majoritariamente até o nível da pacificação.

O Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001) determina que “a gestão democrática da cidade, bem como todo e qualquer organismo gestor das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deverão contar com a participação da população”. Conforme a legislação, os planos diretores deveriam garantir e incentivar a participação dos cidadãos durante a sua elaboração, a partir da “promoção de audiências públicas e de debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

São diversos os exemplos de estudos da participação que comprovam as suas limitações, como das validações dos planos estratégicos e das parcerias entre o poder público e o capital privado iniciadas nos anos 1990, nelas, o uso da participação foi reduzido à função de legitimar interesses maiores. No caso das parcerias público-privadas, nas quais o Estado direciona seu poder para atender demandas do setor privado, consequências como a “redução das esferas democráticas de participação popular e aprofundamento das desigualdades socioterritoriais” foram levantadas por diversos pesquisadores (Nascimento *et al*, 2018).

⁶ A autora exemplifica os “have not”, ou em tradução livre para o português “sem nada”, como: “negros, imigrantes mexicanos, porto-riquenhos, índios, esquimós e brancos pobres” (Arnstein, 1969, p. 216, trad. nossa). Na realidade brasileira, esse grupo se assemelha aos grupos mais vulneráveis, como os negros, LGBTQIA+, indígenas, refugiados, pessoas em situação de rua, entre outros.

De um lado, vemos que a participação nas políticas urbanas se dá de diversas formas, a exemplo dos conselhos municipais, das consultas e das audiências públicas, dos planos diretores, dos planos estratégicos e dos orçamentos participativos, modelos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e para a elaboração de planos e políticas que atendam às necessidades e demandas da população. Por outro, notamos outras expressões de “participação” da sociedade civil que surgiram nos **espaços públicos**, a partir dos anos 1970 e 1980.

Para demonstrá-las, podemos citar o mais recente trabalho do arquiteto e urbanista Jan Gehl, na Dinamarca, que se concentra nas “cidades para pessoas”, associando a dimensão humana ao projeto, e a do *Projects for Public Spaces*, nos Estados Unidos, que cunhou o termo *placemaking*⁷, abordagem criada a partir da influência de métodos de observação, análises de percepção e atividades dos cidadãos nos espaços públicos, dando ênfase à participação da comunidade nesses processos de transformação. Tal noção ganhou bastante popularidade e continua repercutindo nos dias de hoje em formato de encontros e redes globais de pessoas *placemakers* que se conectam em um ecossistema para trocar experiências.

A atuação surgida nos anos 1970 e 1980 propôs métodos de concepção, implementação e gestão que envolveram a participação ativa em projetos pontuais. A partir dos anos 2000, atuações similares eclodiram no Brasil e no mundo, como evidenciado no seguinte trecho do livro “Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Modos de Fazer” (Jacques *et al*, 2019), que aborda fragmentos em torno da participação na historiografia do pensamento urbanístico:

*A intensa reprodução de uma condição de crise e da falência dos projetos estatais de urbanização brindou, ainda no início dos anos 2000, no Brasil e no mundo, o engajamento dos coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e designers dispostos a representar a sociedade civil em reclames pontuais pelo direito à cidade através da organização, realização e manutenção de ações e intervenções no espaço público. Tais práticas urbanas de caráter coletivo, em colaboração com o Estado e/ou a iniciativa privada, realizadas em curto prazo e geralmente mobilizadas de “baixo para cima”, são assumidamente associadas à chancela do chamado “urbanismo tático”, celebrado como potente alternativa ao urbanismo moderno (Jacques *et al*, 2019, p. 103).*

Acreditamos que a emergência destas práticas urbanas de caráter coletivo, que correspondem aos exemplos das intervenções tratadas neste trabalho, despertam outras interfaces em busca da participação direta da comunidade nas decisões que as afetam, o que amplia as esferas convencionais da participação. Elas não se limitam mais aos espaços de participação institucionais, estando inseridas na escala do bairro e do cotidiano, no trabalho de construção de novas formas de relação com a cidade e com as decisões políticas. Logo, consideramos importante não as caracterizar a partir do termo “participação”. Acreditamos que isso tornaria limitada a compreensão da abordagem, como justifica Sobral (2022):

7 Termo cunhado na década de 1990 pelo Project for Public Space (PPS), organização não governamental americana sediada em Nova York desde 1975. Sua origem foi influenciada pelo trabalho de teóricos como Jane Jacobs e William Whyte.

o sistema político tradicional tem demonstrado que os instrumentos participativos convencionais não conseguem suprir a urgência da população em ver suas demandas “representadas” e do desejo de participação direta na política. Portanto, entendemos que é necessário analisar o assunto de perto, já que o conhecimento do campo da participação por vezes não acompanha a experimentação concreta cotidiana (Sobral, 2022, p. 13).

Além disso, as intervenções aqui tratadas como “colaborativas” apresentam a troca de saberes e complementariedade, refere-se ao trabalho feito em conjunto entre diferentes grupos: cidadãos, técnicos, arquitetos, ativistas, entre outros. Como vimos, elas combinam e articulam as atuações de base, da sociedade civil e de topo, do poder público e instituições em processos de coprodução.

Sendo assim, defendemos que essas práticas se assemelham mais à ideia da colaboração. O termo “colaborativo”, similar ao “cooperativo”, alude a uma atuação coletiva, na qual vários atores trabalham em torno de um objetivo em comum, combinando conhecimentos e recursos em todas as partes envolvidas, que se beneficiam do encontro entre si (Sobral, 2022). Chamamos de “**urbanismo colaborativo**” a abordagem que visa garantir a colaboração entre partes, o envolvimento social e a aproximação da perspectiva dos cidadãos às competências técnicas dos planejadores, para implantação e/ou gestão de projetos (Alarcón *et al*, 2022).

Apesar de se aproximar com os níveis mais altos da tipologia da Escada da Participação Cidadã de Arnstein (1969), porque vislumbra poder de tomada de decisão e de gestão, o urbanismo colaborativo não se limita a essas instâncias. Tem intrínseco a ele um aspecto de *design*, de criação e de construção coletiva: o espaço público se constrói por meio das trocas e debates. Logo, se relaciona com as ações cívicas, que buscam envolver princípios de cidadania e responsabilidades decorrentes da participação ativa junto com o comprometimento em valorizar o espaço público.

Esse é um assunto de crescente interesse entre pesquisadores e especialistas, pois são diversos os desafios da dinâmica da colaboração entre atores, tendo em vista que cada um dos entes envolvidos nos processos possui interesses e necessidades distintas, muitas vezes antagônicas. Da mesma forma, a prática dos processos participativos pode ser realizada de maneira um tanto “vazia”, limitando-se a uma simples consulta ou a uma estrutura sem qualquer compromisso de que as decisões alcançadas serão executadas. Podemos pressupor que o mesmo pode ocorrer nos processos dito “colaborativos”.

Na próxima seção, exploraremos termos relacionados ao urbanismo colaborativo, tais como **colaboração**, **cooperação**, **coprodução** e **cocriação**, conforme proposto por autores de diversas áreas de conhecimento. Essas concepções são essenciais para a compreensão e para análise das intervenções colaborativas, uma vez que o entendimento desse discurso contribuirá para a avaliação prática das intervenções e suas limitações.

1.1.2 Princípios de um urbanismo colaborativo

Diante desse mundo de abismos, em que as desigualdades se traduzem em distâncias e o convívio coletivo é marcado por indiferenças, hostilidade e individualismo, estar em busca de um urbanismo colaborativo significa pensar em uma abordagem urbana mais sensível e autocrítica. Isso se alinha à perspectiva apresentada por autores como o sociólogo Richard Sennett (2020), que destaca a importância de juntar pessoas diferentes para convivência e trabalho em conjunto.

Fisicamente, muito do atual urbanismo é homogêneo e rígido na sua forma; em termos sociais, as modernas formas construídas não raro traduzem muito debilmente a experiência pessoal e compartilhada. Infelizmente, são queixas bem conhecidas. [...] minha esperança é que o entendimento de habilidades materiais e de cooperação social gere novas ideias sobre a maneira como as cidades podem ser mais bem-feitas (Sennett, 2020, p 10).

Idealmente, o **urbanismo colaborativo** não apenas reflete a colaboração (o trabalho conjunto) entre pessoas, mas como o desafio da gestão de conflitos entre pessoas diferentes, desiguais e que não se entendem. Desse modo, pressupomos que a sua prática pode revelar possibilidades de penetrar as camadas de tensões e pretos presentes em indivíduos e territórios, desencadeando novas dinâmicas sociais para as cidades.

Nesta seção, exploraremos algumas contribuições interdisciplinares, como as das ciências sociais aplicadas, a da sociologia e a do design, que abordam os termos **colaboração**, **cooperação**, **coprodução** e **cocriação**. Ao integrar essas disciplinas, buscamos uma articulação entre esses termos para uma compreensão abrangente dos fundamentos que podem orientar um urbanismo colaborativo. As ciências sociais aplicadas abordam práticas de implementação e gestão da colaboração em ambientes estratégicos, enquanto a sociologia oferece perspectivas sobre os aspectos culturais da cooperação “embutida em nossos genes” (Sennett, 2020). Já o design adiciona conhecimento acerca da criação e da inovação dos processos, que podem se somar ao urbanismo que busca contribuir com o desenho e a manutenção das intervenções.

(1) sistemas de articulação colaborativos

Na ótica das estruturas de trabalhos organizacionais, a **colaboração** é discutida para a criação de modelos de gestão mais adaptáveis e centrados no ser humano. No livro “tejeRedes - Trabajo en Red y Sistemas de Articulación Colaborativos”, Cristian Figueroa (2016) discute o trabalho em rede surgido, em resposta a crises sociais, econômicas, ambientais e organizacionais dos sistemas tradicionais de empreendedorismo e gestão.

O livro aborda a colaboração a partir da interação entre pessoas e ações alinhadas em torno de valores e ideais específicos, em que a colaboração tem como foco central as pessoas em torno de interesses comuns, a aceitação mútua e um desejo coletivo de prosperidade. Figueroa (2016, p. 14, trad. nossa) defende modelos de concepção e gestão de comunidades colaborativas que “requerem a implementação de tos, metodologias, tecnologias sociais e práticas baseadas em trabalho em rede e sistemas de gestão colaborativos, por meio do desenvolvimento de sistemas não lineares” (Fig. 9). Elencados pelo autor, alguns benefícios desses sistemas são:

- (1) *Através da articulação de conversas e relacionamentos, emergem lideranças naturais construídas a partir das bases da comunidade.*
- (2) *Abandonam-se os esquemas piramidais e unidirecionais para horizontalizar a estrutura e distribuir as conversas.*
- (3) *Promovem conversas em código aberto e compartilhado, características fundamentais de uma cultura colaborativa.*
- (4) *Gerenciam organizações usando o instinto e a conexão humana para promover processos caóticos (gestão entre o caos e a ordem) com o objetivo de equilibrar a criatividade e os processos de monitoramento e regulação constantes.*
- (5) *Lidam naturalmente com os processos de construção de redes para gerar valor social, de conhecimento e de uso.*
- (6) *Desempenham diferentes papéis tanto a nível individual quanto na formação de equipes de trabalho: articuladores, líderes, trabalhadores ativos, estrategistas, polinizadores e astutos (Figueroa, 2016, p.14, trad. nossa).*

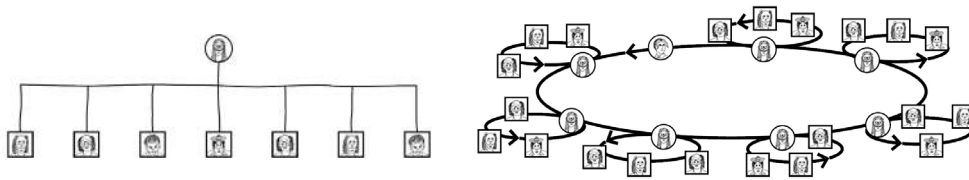


Fig. 09 - Estrutura organizacional hierárquica vs estrutura organizacional colaborativa. Fonte: Figueroa, 2016.

Ele relaciona a colaboração nas comunidades a sistemas orgânicos e únicos, semelhantes a um jardim que abriga diversas estações, ecossistemas, jardineiros, aromas e cores. Destaca, ainda, que a dinâmica da mudança organizacional pode ser iniciada tanto de cima para baixo, quanto de baixo para cima, porém a sua sustentação a longo prazo recai fundamentalmente sobre líderes e gestores, que devem promover um trabalho constante de manutenção. Essa perspectiva enfatiza a importância do comprometimento das lideranças e da abertura à horizontalidade para o direcionamento e a continuidade das mudanças.

(2) habilidade da cooperação e processos de coprodução

Em um contexto no qual o capitalismo moderno muitas vezes distancia e segmenta as pessoas, a **cooperação** é estudada no livro “Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação”, de Richard Sennett (2020), como algo intrínseco à natureza do ser humano, mas que deve ser desenvolvido e exercitado como uma habilidade. Sennett (2020) evidencia a cooperação como uma troca benéfica entre as partes envolvidas que contribui para a qualidade de vida social:

A cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam. Esse comportamento é imediatamente identificável nos chimpanzés cuidando uns dos outros, em crianças construindo um castelo de areia ou em homens e mulheres juntando sacos de areia para impedir uma inundação. Imediatamente identificável porque o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos (Sennett, 2020, p. 15).

No livro, a dinâmica da cooperação também é examinada sob a perspectiva de aplicação na política moderna. Sennett (2020) estuda a relação entre cooperação e solidariedade e destaca duas abordagens: a cooperação de cima para baixo e a cooperação de baixo para cima. A primeira revela desafios na constituição e na preservação de coalizões⁸, sendo uma versão da solidariedade com ênfase na unidade. A segunda, por sua vez, busca a coesão entre pessoas divergentes, realçando a inclusão e a importância de ações conjuntas concretas na vida cotidiana.

O autor reconhece que a cooperação de baixo para cima, embora apresente vínculos mais sólidos, possui força política fragmentária. Para ilustrar, ele cita as casas comunitárias construídas por Jane Addams e Saul Alinsky, cujo o objetivo era de "estabelecer conexões verbais pacíficas, ainda que imperfeitas, nos guetos de imigrantes" (Sennett, 2020, p. 68).

Sennett (2020) atenta para o papel do diálogo e do contato social direto como potencial transformador da consciência interna passiva em engajamento ativo. O autor explora a importância da escuta ativa, da simpatia e da empatia em uma *abordagem dialógica*, inspirada no pensamento bakhtiniano. De acordo com Bakhtin, as discussões "que não resultam na identificação de um terreno comum" também possuem relevâncias, pois, nelas há trocas divergentes e mal-entendidos que podem não resultar em um acordo, mas levar a um processo construtivo, conscientizando "seus próprios pontos de vista" e ampliando "a compreensão recíproca".

O livro também explora as *oficinas*, espaços físicos onde as pessoas colaboram, interagem e constroem relações, como os Institutos que se concentram voltados para a "formação de capacitações em uma comunidade, capacitações que podiam então ser usadas em outros lugares, outras circunstâncias" (Sennett, 2020, p. 82). O autor enfatiza a importância das relações sociais a partir de gestos informais que estabelecem vínculos emocionais entre os participantes e fortalecem os laços comunitários. Segundo Sennett (2018, p. 291), nas oficinas, as "diferenças culturais não parecem ter grande importância", não afetam a produtividade e as interações entre as pessoas.

Na obra "Construir e Habitar, ética para uma cidade aberta", Sennett (2018) aborda a técnica da **coprodução** como um meio para criar cidades abertas, diversificadas e adaptadas às experiências de vida dos habitantes, sendo uma alternativa ao processo convencional da participação, que muitas vezes é restringido à "consulta". Para o autor, a coprodução visa tornar o envolvimento mútuo entre técnicos e habitantes, uma valorização das trocas entre conhecimentos profissionais e populares, um confronto entre o que é construído e o que é vivido, a teoria com a prática.

Sennett (2018) exemplifica três técnicas que podem funcionar como ferramentas para o processo da coprodução: maquetes de isopor, displays de acrílico e catálogo de peças e materiais. As três visam a aproximar os habitantes dos projetos e quebrar o paradigma do "teatro passivo" comum nos processos participativos. As maquetes de isopor permitem manuseio, recortes e o caminhar em volta; os displays de acrílico fixados em cavalete são como quadros que permitem sobreposição de análises; o catálogo de peças e materiais permitem o toque e representação dos detalhes. As três técnicas buscam criar

8 Segundo Sennett (2020, p.63) as coalizões surgem diante da necessidade no jogo do poder "apenas porque cada partido não tem força suficiente para conseguir o que quer sozinho", ele atenta para o problema estrutural de todas as coalizões: a perda do vínculo do topo com a base.

diferentes versões do projeto, em vez de uma visão singular e rígida.

O autor explica que a coprodução almeja incorporar a linguagem plural e o valor ético do “**comum**”. A palavra *commons*, de acordo com ele, originalmente referia-se a campos compartilhados entre fazendeiros, que, devido à privatização e aos cercamentos levaram à escassez de alimentos. A coprodução é entendida como uma inversão dessa lógica, acreditando que os recursos compartilhados aumentam a produtividade, como nos movimentos de *software* de código aberto e nos recursos de *digital commons*. O idealismo intrínseco a movimentos de compartilhamento é uma questão Sennett (2018), que, em última análise atenta para a necessidade de um certo distanciamento:

Resumindo, a coprodução vai diretamente de encontro à crença de que existe apenas uma maneira certa de fazer algo, rechaçando a ideia não menos fechada de que devemos imitar as melhores práticas determinadas pelos especialistas, sejam humanos ou digitais. Mas a máquina também sinaliza algo menos direto: num ambiente complexo, a cooperação requer manter certa distância daqueles com quem cooperamos. Embora seja natural ficar com o pé atrás em relação às máquinas, o mesmo pode parecer perverso do ponto de vista humano. O segredo do trabalho com os outros está em um certo tipo de distanciamento - um distanciamento diferente da máscara de Simmel (Sennett, 2018, p. 289).

O distanciamento que é diferente da “máscara de Simmel”⁹ não deve ser confundido com uma atitude de impessoalidade, e sim compreendido como o gerenciamento de uma certa distância a partir, do que ele chama de **sociabilidade**. A sociabilidade se manifesta na colaboração entre desconhecidos, nas interações casuais, no cumprimento de tarefas comuns e no envolvimento em atividades produtivas conjuntas, como acontece nas organizações de voluntariado. Para Sennett (2018, p. 294), “como em todos os aspectos da vida, a experiência da sociabilidade envolve um certo tipo de política”:

“Sociabilidade” designa o sentimento de uma espécie de fraternidade limitada em relação aos outros, com base na partilha de uma tarefa impessoal. Essa fraternidade limitada se manifesta quando se faz alguma coisa juntos, em vez de estar juntos. No planejamento, a sociabilidade desempenha um papel crucial. Indícios da sua presença se manifestaram em nossas reuniões quando cada um ouvia os outros com atenção crescente, em vez de se aferrar a seus pontos de vista iniciais (Sennett, 2018, p. 293).

(3) criatividade coletiva a partir da cocriação

A última referência relacionada à colaboração traz a pesquisa de design que se dedica à aproximação dos usuários daquilo que se projeta a partir de abordagens participativas. No artigo “Co-creation and the new landscapes of design”, Elizabeth Sanders e Pieter Stappers (2008) tualizam termos como “cocriação” (*co-creation*) e “co-design”, que vem sofrendo diversas transformações devido às novas relações entre tecnologias e experiências humanas.

⁹ Para Sennett (2018, p. 69), a máscara de Georg Simmel corresponde a uma “atitude blasé” e à mentalidade de não envolvimento com o outro, a partir de uma “máscara usada por alguém para se proteger”.

Os autores definem a **cocriação** como qualquer ato de criatividade coletiva compartilhado por duas ou mais pessoas, abrangendo desde o físico até o metafísico e do material ao espiritual. Quanto ao co-design, os autores entendem a criatividade coletiva aplicada em todo o processo de design: "usamos co-design num sentido mais amplo para nos referirmos à criatividade de designers e pessoas não treinadas em design trabalhando juntos no processo de desenvolvimento de design" (Sanders e Stappers, 2008, p. 6).

São práticas e termos provenientes das áreas dos negócios e marketing, como nos processos em que permitem que os clientes podem personalizar seus próprios produtos. No entanto, Sanders e Stappers (2008) defendem que a participação se estenda às tomadas de decisão, pois a cocriação abraça a ideia de que todas as pessoas são criativas.

No processo de co-design, os usuários que irão se beneficiar do produto assumem a posição de "especialistas de sua própria experiência" e o profissional deve oferecer suporte a eles a partir de ferramentas para a criação de ideias e expressões. Essa colaboração é essencial, dadas as habilidades de geração e elaboração de ideias e tos. Nesse sentido, o profissional e pesquisador possui a função de *facilitador*, que deve aprender a promover a expressão de criatividade das pessoas, o que envolve liderar, orientar, fornecer estruturas e possibilidades para incentivar em todos os níveis de criatividade. Como resultado, podemos observar equipes de colaboradores mais diversificadas e novas estruturas de poder existentes:

Abraçar o pensamento participativo vai de encontro à mentalidade 'de especialista' que é tão prevalente nos negócios hoje em dia. As estruturas de poder existentes nas empresas são construídas sobre hierarquia e controle. O co-design ameaça essas estruturas de poder existentes, ao exigir que o controle seja renunciado e concedido aos clientes em potencial, consumidores ou usuários finais (Sanders e Stappers, 2008, p. 9, trad. nossa).

Todas essas contribuições interdisciplinares são válidas para a perspectiva do urbanismo colaborativo, abordagem que é citada em dois trabalhos: no livro "Escuchar y transformar la ciudad: urbanismo colaborativo y participación ciudadana", do escritório espanhol Paisaje Transversal (2019) e no livro "Urbanismo ciudadano en América Latina: superlibro de acciones cívicas para la transformación de las ciudades", organizado pelo o Laboratório de Cidades do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto com a organização peruana Ocupa Tu Calle e Ciudades Comunes da Argentina (Alarcón *et al*, 2022).

Paisaje Transversal (2019) define a **colaboração entre atores** como o projeto de espaços e dinâmicas que possibilitem a cooperação entre os diversos agentes que atuam no território. Destaca a necessidade de instituições impulsionarem processos de trabalho conjunto entre os cidadãos, administração pública e os provedores, este último abrangendo desde empresas privadas até universidades que contribuem com conhecimentos e saberes.

Já em "Urbanismo ciudadano en América Latina: superlibro de acciones cívicas para la transformación de las ciudades", Alarcón *et al* (2022) organizam diversas iniciativas cívicas que são conduzidas pela comunidade visando ao seu bem-estar e ao benefício coletivo. Elas envolvem processos colaborativos e criativos com o propósito de aprimorar os resultados do planejamento urbano tradicional. No livro, o **urbanismo colaborativo**

Refere-se a processos que criam estruturas de governança urbana, onde vários agentes trabalham juntos em direção a objetivos comuns, combinando os conhecimentos e recursos de todas as pessoas. Aproveita a inteligência coletiva para otimizar processos urbanos, resultando em projetos que sinergizam conhecimentos técnicos e a comunidade. Para fortalecer esses processos de cocriação da cidade, é necessário estabelecer canais e espaços nos quais designs colaborativos possam ser gerados. Além disso, são necessárias instâncias de tradução desse conhecimento para projetos específicos e estratégias urbanas (Alarcón et al, 2022, p. 25, trad. nossa).

Conforme a perspectiva apresenta, o urbanismo colaborativo vai além de simplesmente considerar a colaboração entre diferentes atores. Ao adotar a abordagem colaborativa, buscamos não apenas intervir em determinado território, mas incorporar a inteligência coletiva, como nas estruturas e sistemas de gestão organizacionais (Figuerola, 2018), promovendo uma participação ativa e engajada de diversos atores, a partir dos princípios de cooperação e de coprodução, como estudado por Sennett (2018, 2020). Finalmente, busca uma compreensão integral e criativa de todo o processo a partir da cocriação, presente nos processos inovadores do design (Sanders e Stappers, 2008).

Em resumo, acreditamos que o urbanismo colaborativo se propõe a incorporar os tos resumidos no quadro na página seguinte (Fig. 10):

<p>Colaboração</p>	<p>Figuroa (2016, p. 24)</p>	<p>A colaboração nas comunidades se estabelece na relação entre pessoas e ações - que impulsionam certos valores ou ideais - em torno de um propósito bem estabelecido.</p> <p>Alguns princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lideranças naturais construídas a partir das bases da comunidade. - Horizontalidade da estrutura e distribuição das conversas. - Conversas em código aberto e compartilhadas. - Gerenciamento de organizações usando o instinto e a conexão humana para equilíbrio da criatividade com os processos de monitoramento e regulação constantes. - Construção de redes para gerar valor social, de conhecimento e de uso. - Desempenho de diferentes papéis no nível individual e de formação de equipes de trabalho.
<p>Cooperação</p> <p>Coprodução</p>	<p>Sennett (2020, p. 15)</p> <p>Sennett (2018, p. 275)</p>	<p>A cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam.</p> <p>A coprodução objetiva tornar o envolvimento importante para ambos os lados, fazendo com que os planos sejam gerados pelo técnico treinado e pelo habitante, com sua experiência de vida.</p> <p>Alguns princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abordagem dialógica: trocas divergentes que podem não chegar a um acordo comum. - Oficinas: espaços onde as pessoas colaboram, interagem e constroem relações. - Sociabilidade: sentimento de uma espécie de fraternidade limitada em relação aos outros, com base na partilha de uma tarefa impessoal.
<p>Cocriação</p>	<p>Sanders e Stappers (2008, p. 6)</p>	<p>A cocriação se refere a qualquer ato de criatividade coletiva, ou seja, criatividade que é compartilhada por duas ou mais pessoas.</p> <p>De acordo com os princípios, o profissional facilitador deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> - liderar pessoas que estão no nível de 'fazer' da criatividade (concluindo algo). - orientar aqueles que estão no nível de 'adaptar' (tornando as coisas próprias). - fornecer suportes que atendam e sirvam às necessidades das pessoas para expressão criativa no nível de 'criar' (fazendo com as próprias mãos) - oferecer uma tela em branco para aqueles no nível de 'criação' (expressando criatividade).

Fig. 10 - Quadro resumo I. Fonte: Autora.

1.1.3 Formas de urbanismo colaborativo

A construção espontânea e cidadã do espaço urbano sempre foi uma realidade em todos os tempos e em todos os contextos, como nas favelas e territórios populares e no comércio ambulante. Hoje, já podemos notar outros tipos de práticas espontâneas e informais sendo aceitas e incorporadas pelos métodos de planejamento urbano, que assumem expressão a partir de intervenções colaborativas. A globalização, a tecnologia, a migração em massa e o neoliberalismo são algumas das tendências que têm ampliado consideravelmente essas forças de transformação, a partir das quais os cidadãos são valorizados e considerados como atores que moldam as cidades (Arefi; Kickert, 2019).

Nas últimas décadas, tendo em vista a ampla popularidade de IC no mundo, com crescente alcance no Brasil, observa-se um robustecimento do corpo de literatura que examina esses movimentos do urbanismo através de diferentes lentes tuais. Alguns são reconhecidos pelos seguintes nomes: urbanismo de guerrilha ou *guerrilla urbanism* (Hou, 2010), urbanismo feito à mão ou *handmade urbanism* (Rosa; Weiland, 2013), urbanismo tático ou *tactical urbanism* (Lydon; Garcia, 2015, Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021) e urbanismo faça-você-mesmo ou *do-it-yourself urbanism* (Douglas, 2018).

Todos os tipos supracitados apresentam sobreposições e diferenças, no entanto, dois destes se destacam por apresentar vertentes de intenções diferentes. Iremos nos aprofundar neles:

(1) o urbanismo de guerrilha, trata apenas de intervenções criadas pelos cidadãos, não institucionais e não governamentais, muitas vezes não sancionadas e até improvisadas, que partem de grupos de cidadãos, coletivos e indivíduos. Essas intervenções se apropriam de espaços cotidianos trazendo novos significados e funções imprevistas (Hou, 2010).

(2) o urbanismo tático, trata de intervenções cidadãs e outras criadas por instituições, como governos municipais, ONGs e agências internacionais. É uma abordagem voltada para a construção e a ativação de espaços, utilizando ações temporárias e políticas em fases para a mudança permanente, sendo “encontrados de baixo para cima, de cima para baixo e tudo mais” (Lydon; Garcia, 2015, p. 11).

(1) Urbanismo de guerrilha - lutas cotidianas e rupturas nos espaços públicos insurgentes

A presença de ativismos no espaço público não é uma novidade. Nas últimas décadas, movimentos como o *Occupy Wall Street* em Nova York e a Primavera Árabe (ambos em 2011) apenas reforçaram a capacidade do espaço público de mobilizar cidadãos e servir como palco para a ação política. No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013 levaram milhares de pessoas às ruas em várias cidades, inicialmente contra o aumento da tarifa do transporte público e, em seguida, abraçando uma diversidade de grupos e pautas. Além desses exemplos, diversos outros movimentos “Ocupas” ocorreram nos anos seguintes no país expressando insatisfação com projetos urbanos específicos, como o Ocupe Estelita, no Recife (Fig. 11).

Todos os exemplos acima citados mostram o espaço público como essencial para expressar opiniões e defender direitos, proporcionando oportunidades para novas formas de organização social e colaboração. Alinhado com essa posição do espaço público

movilizado contra hegemonias estabelecidas, em “Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of the contemporary cities”, Jeffrey Hou (2010) publica uma coletânea de artigos referentes ao Norte e ao Sul globais sobre novas dinâmicas dos espaços públicos que não se restringem mais a atividades de protesto, realizadas por cidadãos e comunidades.

Em oposição a espaços públicos cada vez mais mercantilizados, controlados e excludentes ele tua dois termos: o **espaço público insurgente**¹⁰, que vislumbra “um espaço e uma esfera pública mais heterogêneos, fluidos e dinâmicos” e o **urbanismo de guerrilha**, que engloba as lutas cotidianas de comunidades e indivíduos para “conquistar seus espaços e expressões dentro da cidade moderna, redefinindo, assim, os limites, significados e utilidade da esfera pública” (Hou, 2010, p. 13-14). Com efeito, ele apresenta casos de locais urbanos tomados permanente ou temporariamente, nos quais foram injetados novos significados e funções. Entre eles, áreas residuais e industriais ocupadas e convertidas em novos usos artísticos, culturais e produtivos; residências suburbanas transformadas em lugares para atividades comunitárias; e ações cidadãs de apropriação para fins de jardinagem, arte e expressão.

Foram examinadas diversas formas com as quais cidadãos e comunidades providenciaram espaços próprios, que não se limitam mais às categorias convencionais dos espaços públicos institucionais, regulamentados pelas municipalidades. Logo, os grupos de cidadãos desafiam regras e o planejamento urbano convencional dominado por profissionais, a partir da apropriação, da adaptação e da criação de espaços com maiores liberdade e abertura, desempenhando um papel distinto de construção de cidade, muitas vezes fora ou na fronteira do domínio regulatório (Hou, 2020).

Hou também sugere que o espaço público insurgente reflete a subjetividade de seus participantes e carrega um status quo contestatório, mesmo quando os participantes não se enquadram em uma definição de “contra públicos subalternos”¹¹ (Fraser, 1990 apud Hou, 2010). Segundo o autor, eles são participantes ativos na “ampliação da contestação discursiva”:

Devido à sua escala e modo de produção, a criação desse espaço público alternativo é mais participativa e espontânea, promovendo, assim, abertura e inclusão. O espaço público insurgente que surge é ao mesmo tempo menor e mais grandioso, refletindo a subjetividade de seus diversos atores e a utilidade mais ampla do espaço como veículo para uma ampla variedade de ações individuais e coletivas. Embora nem todos esses indivíduos e grupos se alinhem ao to de Fraser de “contra públicos subalternos”, sua resistência às regulamentações hegemônicas do espaço público contemporâneo os coloca como participantes ativos na “ampliação da contestação discursiva” dentro do espaço público e da esfera da sociedade contemporânea (Hou, 2010, p. 15, trad. nossa).

10 Hou utiliza “insurgente” retirado do to de “cidadania insurgente” de James Holston (2013) que caracteriza movimentos de cidadania dos membros da classe trabalhadora que confrontam os regimes enraizados de desigualdade.

11 Fraser (1990, p. 67) chama de contra públicos subalternos os membros de grupos sociais subordinados - mulheres, trabalhadores, pessoas de cor, gays e lésbicas - que constituem públicos alternativos. Ela propõe que esses grupos sinalizam “arenas discursivas paralelas, onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos”.



Fig. 11 - Movimento Ocupe Estrelita em Recife (2014). Fonte: Direitos Urbanos

(b) Urbanismo tático - táticas e estratégias em conjunto

O urbanismo tático ou *tactical urbanism* tem sido disseminado como uma “abordagem para a construção e a ativação de bairros, utilizando intervenções e políticas de curto prazo, baixo custo e escaláveis (Lydon; Garcia; 2015, p. 2). Definido por Mike Lydon e Anthony Garcia (2015), o termo se difundiu nos últimos anos, com crescente alcance no Brasil, a partir da circulação de guias e manuais gratuitos disponíveis para *download*.

Nessas publicações, o urbanismo tático foi apresentado como uma abordagem gradual, com foco no contexto local e no desenvolvimento de capital social, que a partir de ações de curto prazo visam pretendem mudanças de longo prazo. Os autores exemplificam ações de pequena escala, rápidas, de fácil execução, que podem ser sancionadas ou não. A metodologia prevê a experimentação que permite ajustes, para reavaliação contínua até as mudanças permanentes, que possuem maior custo e podem ter maior escala.

Um ponto importante em sua definição é a sua utilização por **uma série de atores**, incluindo governos, empresas, ONGs, grupos de cidadãos e indivíduos (Lydon; Garcia, 2015). Os autores exemplificam três tipos de implementação para esses projetos incrementais e adaptáveis:

(1) Iniciada pelos cidadãos para contornar o processo convencional de entrega de projetos e superar a burocracia municipal por meio de protestos, prototipagem ou demonstrações visuais da possibilidade de mudança. Essa atividade representa os cidadãos exercendo seu “direito à cidade”

(2) Como uma ferramenta para o governo municipal, desenvolvedores ou organizações sem fins lucrativos envolverem mais amplamente o público durante o planejamento, entrega e processos de desenvolvimento do projeto.

(3) Como uma ferramenta de implementação inicial, conhecida como “fase 0 (zero)”, utilizada por cidades ou desenvolvedores para testar projetos antes de realizar um investimento de longo prazo (Lydon; Garcia, 2015, p. 12, trad. nossa).

Nesse sentido, as ações do urbanismo tático podem atuar na subversão de procedimentos burocráticos, encorajando a sociedade a intervir por conta própria para resolver problemas específicos dos seus entornos imediatos. Também podem ter incidência em políticas públicas, como o exemplo das adaptações dos espaços públicos durante a pan-

demia ocasionada pelo coronavírus, em que governos de todo mundo precisaram dar respostas rápidas e efetivas às cidades¹² (Fig. 12).



Fig. 12 - Urbanismo tático em Recife (2021). Fonte: Manual de Desenho de Ruas (CTTU), Lumos Estúdio.

Lydon e Garcia (2015, p. 9) utilizam o termo “tático” com base no dicionário Merriam-Webster, cuja descrição é relacionada a “ações de pequena escala que servem a um propósito maior” ou a algo “hábil no planejamento ou manobra para cumprir um propósito”. Segundo os autores, sua interpretação de “tática” difere das observações do urbanista e filósofo francês Michel de Certeau¹³. Eles argumentam que táticas e estratégias possuem igual valor e devem ser empregadas em conjunto, especialmente pelos planejadores, que podem utilizar as “táticas” como meio de acelerar a implementação de projetos.

As duas vertentes mostram complexidades a serem consideradas na busca de um “urbanismo colaborativo”:

No contexto do **urbanismo de guerrilha**, a problemática envolve questões relacionadas ao espaço público convencional, a partir da apropriação e da reivindicação por parte das comunidades e dos indivíduos. Os espaços públicos insurgentes são caracterizados por práticas que concentram esforços com o objetivo de desafiar as estruturas estabelecidas e superar as barreiras presentes na cidade contemporânea.

Similarmente, encontramos o to de **urbanismo feito à mão** ou *handmade urbanism*, descrito por Marcos Leite Rosa e Ute Weiland (2013). Os projetos consistem em iniciativas comunitárias, em contexto de territórios desiguais e menos favorecidos, nas quais criatividade floresce a partir do uso de recursos existentes aliado ao envolvimento entre moradores. Elas buscam melhorar a qualidade de vida nas comunidades, descobrindo e reinterpretando o lugar em que estão inseridas. Isso é realizado a partir da ativação do

12 Foram apresentadas medidas como a criação de ciclovias temporárias, extensão de calçadas, fechamento de ruas, com o objetivo de incentivar o uso dos espaços abertos e a mobilidade ativa, a caminhada e o uso da bicicleta como meios prioritários de locomoção (Sansão-Fontes; Domingues; Perpétuo, 2020).

13 O historiador Michel de Certeau (2014 [1980]) utilizou as noções de “táticas” e “estratégias”, a partir da diferença da natureza das operações entre a “produção centralizada, barulhenta e espetacular” e as “práticas comuns”, astuciosas e clandestinas dos praticantes ordinários das cidades. Nos termos defendidos por ele, a noção de tática está relacionada à arte do fraco, a desvios, que não obedecem a lei do lugar, e podem ser movidos a qualquer ocasião, capazes de utilizar, manipular e alterar espaços. Enquanto a noção de estratégia, remete a um lugar de poder, capaz de produzir, mapear e impor os espaços.

espaço com atividades produtivas e de lazer, como eventos esportivos, recreativos e culturais. Esse tipo de urbanismo, nascido dos problemas cotidianos, é caracterizado pela “maneira de promover mudanças urbanas realizadas pelos moradores locais em seus próprios bairros ou comunidades, com suas próprias mãos e recursos” (Rosa; Weiland, 2013, p. 4) (Fig. 13 e 14).



Fig. 13 e 14 - Horta realizada pelo Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste em Recife (2022).
Fonte: Instagram @caranguejotabaiãesresiste.

Uma abordagem semelhante também é encontrada no **urbanismo faça-você-mesmo** ou *do-it-yourself (DIY) urbanism*, estudado por Gordon C. C. Douglas (2018). Ele analisa intervenções cívicas físicas, não autorizadas, realizadas por cidadãos comuns que pretendem melhorar o ambiente em que vivem, similares às intervenções realizadas por profissionais urbanistas (Fig. 15). O autor percebe estas ações como “respostas a falhas percebidas no planejamento oficial e ao desenvolvimento econômico desigual” (Douglas, 2019, p. 1). Em seu estudo, ele aborda como essas intervenções são ambíguas, o que pode parecer uma melhoria para uma pessoa pode representar uma interferência indesejada para outra, e evidenciam uma perpetuação da desigualdade social no espaço urbano e nas formas como a cidadania participativa permanece limitada.



Fig. 15 - Parque Infantil criado por morador na Vila Santa Luzia em Recife (2019). Fonte: Autora.

A vertente do urbanismo de guerrilha e essas várias outras formas do urbanismo de baixo-para-cima (urbanismo feito à mão e faça-você-mesmo) agem contra a complacência com problemas da desigualdade estrutural propondo transformações próprias, com as próprias mãos. É importante salientar que, nessa vertente, existem grupos de cidadãos que operam a partir de posições de considerável privilégio e isso influencia diretamente a forma como as práticas são criadas e legitimadas. Ainda nesta mesma vertente, existem aqueles cidadãos e grupos que buscam resolver problemas do seu cotidiano, a partir de formas de combate à pobreza e segregação, em um contínuo sistema de sobrevivência. Nessas práticas, existem diferenças entre aqueles que participam diretamente das ações e na forma como elas são percebidas por outros da comunidade (Douglas, 2019).

Pesquisas como a de Caldeira, Lopes e Vannuchi (2018) problematizam a atuação de coletivos, grupos que assumem formas de luta organizada, compostos por pessoas de alto nível educacional, que apesar de sua intenção de reivindicar democraticamente os espaços públicos, esbarram em limitações reais na capacidade de abraçar diversidades

sociais e culturais que compõem a cidade. Eles questionam: “estariam eles reproduzindo involuntariamente mecanismos de exclusão social, exigindo, em última instância, barreiras simbólicas entre eles e pessoas com estilos de vida diferentes?” (Caldeira; Lopes; Vannuchi, 2018, p. 303).

Na outra vertente, o **urbanismo tático** “não consiste apenas em atividades não autorizadas realizadas sob o manto da noite”, como argumentaram Lydon e Garcia (2015, p. 8). O uso experimental e provisório do espaço público é um método estratégico que combina práticas informais com institucionais. A crescente aceitação dessas práticas tem gerado aberturas aos tradicionais processos de planejamento urbano, permitindo maior flexibilidade, adaptabilidade e replicabilidade.

No entanto, diversos críticos levantam questões acerca dessa institucionalização, preocupando-se com a cooptação e a despolitização, especialmente no contexto de governança neoliberal em que vivemos (Hou, 2020). Na perspectiva de uma valorização do entorno a partir dessas ações, Oli Mould (2014) argumenta que a natureza espontânea e ativista das iniciativas de base foi se associando às estruturas institucionais e se envolvendo em processos que criam condições para privatizações e exclusões. Daniel Campo (2016, p. 389), numa análise do livro de Lydon e Garcia (2015), conclui que o urbanismo tático representa “um contraurbanismo bem-posicionado para o mundo neoliberal e pode ser incorporado a iniciativas de planejamento maiores e mais tradicionais”.

Neil Brenner (2016), em mesma sintonia, questiona se a abordagem do urbanismo tático reforça aspectos contemporâneos do urbanismo neoliberal e pode reproduzir as mesmas deficiências e desigualdades. Neste ponto de vista, Brenner questiona a tensão entre a busca de alternativas ao urbanismo neoliberal e as intervenções que se distanciam das instituições e responsabilidades estatais, desincumbindo o Estado de responsabilidades que seriam suas.

Todas essas discussões estão relacionadas à intensificação da pauta do “espaço público” nos discursos e nas iniciativas das políticas públicas, que consideram o espaço público uma temática central na política e nos projetos urbanos, incentivando e implementando diversas iniciativas como parques, praças, parques infantis, intervenções urbanas, entre outros. Não acreditamos que toda a teoria de criar cidades mais inclusivas, equitativas e ecológicas se concretiza na prática sem reproduzir padrões de espaços públicos que evidenciam profundas desigualdades sociais.

É uma questão reconhecermos o quão problemática é a associação entre qualquer ação de qualificação do espaço público e as condições propícias para a gentrificação e exclusões, tanto físicas quanto simbólicas. Outra questão é como podemos lidar com isso. O urbanismo colaborativo surge como uma reação à frustração ante um sistema, buscando enxergar com otimismo a capacidade de agência nos cidadãos em colaboração com estruturas consolidadas das instituições. Isso envolve a consideração tanto dos aspectos positivos quanto dos problemas inerentes a essa prática.

Os trabalhos nesta seção estão resumidos no quadro abaixo (Fig. 16).

<p>urbanismo de guerrilha</p> <p><i>guerrilla urbanism</i> ou</p> <p>espaço público insurgente</p> <p><i>insurgent public space</i></p>	<p>Jeffrey Hou (2010)</p>	<p>Problema: espaço público oficial historicamente excludente e sujeito a novas formas de propriedade, mercantilização e controle; sendo fortemente regulamentado e privatizado. (p. 2)</p> <p>tos:</p> <p>espaço público insurgente - este to se opõe à regulação e controle do estado sobre o espaço público, vislumbrando um espaço e uma esfera pública mais heterogêneos, fluidos e dinâmicos. (p. 13)</p> <p>urbanismo de guerrilha - encapsula as lutas de comunidades e indivíduos para conquistar seus espaços e expressões dentro da cidade moderna, redefinindo, assim, os limites, significados e utilidade da esfera pública. (p. 14)</p> <p>Exemplos: “Em cidades da Europa à Ásia, áreas urbanas residuais e terras industriais foram ocupadas e convertidas em novos usos por cidadãos e comunidades. De costa a costa na América do Norte, as paisagens urbanas e suburbanas foram adaptadas e transformadas por novos grupos de imigrantes para apoiar novas funções e atividades. No Japão, residências particulares suburbanas foram transformadas em “terceiros lugares” para atividades comunitárias. De Seattle a Xangai, as ações dos cidadãos, desde jardinagem até dança, assumiram permanentemente e temporariamente os locais urbanos existentes, injetando-lhes novas funções e significados” (p. 2)</p>
<p>urbanismo feito à mão</p> <p><i>handmade urbanism</i></p>	<p>Rosa e Weiland (2013)</p>	<p>Problema: “incapacidade do planejamento urbano tradicional em lidar com os desafios urbanos atuais. É necessário convidar diferentes atores a cooperar para um novo esquema urbano impulsionado pela participação e uma atitude proativa” (p. 18).</p> <p>tos:</p> <p>urbanismo feito à mão – “maneira de promover mudanças urbanas realizadas pelos moradores locais em seus próprios bairros ou comunidades, com suas próprias mãos e recursos. Começa com os residentes reconhecendo um problema, seguido pela realização ativa de uma ideia para resolver esse problema imediato. As iniciativas comunitárias evoluem a partir desses gestos ativos e apoiam a participação ativa dos cidadãos na escala local. Suas ações reconhecem oportunidades em desafios, fazem uso criativo de recursos existentes e estabelecem parcerias e relacionamentos para alcançar metas predefinidas que abordam suas necessidades diárias e, eventualmente, garantem uma melhoria na qualidade de vida das comunidades” (p. 0).</p> <p>iniciativas comunitárias – “indicam a capacidade dos cidadãos de apresentar soluções para os desafios do cotidiano e usar a criatividade para transformar e multiplicar os recursos existentes” (p. 18).</p> <p>Exemplos: “Os projetos tratam do espaço construído coletivo, recuperação do espaço público, limpeza comunitária de lixões, programas de saneamento, urbanização de favelas e readequação de moradias. Uma grande proporção se relaciona com o meio ambiente, por meio de programas de gerenciamento de resíduos, reciclagem, esverdeamento e práticas de agricultura urbana que disponibilizam produtos de alta qualidade, frescos e acessíveis em bairros desfavorecidos. Alguns são de natureza econômica, por meio de atividades empresariais compartilhadas que trabalham para reduzir o desemprego” (p. 18).</p>

<p>urbanismo faça-você-mesmo</p> <p><i>DIY urbanism</i></p>	<p>Douglas (2018; 2019)</p>	<p>Problema: “Na sua forma mais simples, o urbanismo DIY mostra-nos como os problemas cotidianos são vividos pelas pessoas comuns e como estas pessoas por vezes reagem. No seu aspecto mais grandioso, tem muito a dizer-nos sobre as condições complexas e em evolução da desigualdade, do privilégio, da identidade cultural local e da promessa de participação cívica, tudo em relação ao espaço urbano. Independentemente disso, convida-nos a abordar a tarefa crítica da melhoria urbana local e do desenvolvimento comunitário de forma mais perspicaz, face ao crescimento rápido e desigual e ao aumento da desigualdade” (Douglas, 2018, Cap. 1 introdução, p. 6).</p> <p>to:</p> <p>urbanismo diy – “intervenções físicas de pequena escala e não autorizadas, mas intencionalmente funcionais e de espírito cívico, destinadas a “melhorar” a paisagem urbana em formas análogas ou inspiradas pelos esforços oficiais” (Douglas, 2018, cap. 2, p. 8).</p> <p>Exemplos: “os exemplos de urbanismo DIY podem ser tão dramáticos quanto uma rua inteira ou um cruzamento refeito com faixas de pedestres coloridas, sinalização, vegetação e até mesmo construções, destinadas a desacelerar o trânsito, fazer uma declaração e promover um senso de identidade comunitária. Eles também podem ser tão sutis quanto o ato de limpar ou consertar algo na rua disfarçadamente, ou usar a calçada como lugar para dormir. Eles podem incluir crianças construindo e se apropriando de lugares para andar de skate em um beco sem saída suburbano ou moradores de um assentamento informal pavimentando suas próprias ruas, instalando fiação em suas casas e coletando água.” (Douglas, 2019, p. 1)</p>
<p>urbanismo tático</p> <p><i>tactical urbanism</i></p>	<p>Lydon e Garcia (2015)</p>	<p>Problema: “Urbanismo Tático é uma resposta ao processo lento e compartimentado convencional de construção de cidades. Para os cidadãos, isso permite a imediata reivindicação, redesenho ou reprogramação do espaço público. Para desenvolvedores ou empreendedores, oferece um meio de coletar inteligência de design do mercado que pretendem atender. Para organizações de defesa, é uma maneira de mostrar o que é possível para angariar apoio público e político. E para o governo, é uma forma de colocar as melhores práticas em prática - e rapidamente!” (p. 3).</p> <p>to:</p> <p>urbanismo tático: “Urbanismo Tático é uma abordagem para construção de bairros e ativação utilizando intervenções e políticas de curto prazo, de baixo custo e escaláveis” (p. 2).</p> <p>Exemplos: “Por exemplo, a pintura de “faixas de pedestres guerrilheiras” por moradores do bairro pertence ao lado não autorizado do espectro, e a colocação de cadeiras de praia no Times Square sem carros pelo Departamento de Transporte da Cidade de Nova York pertence ao lado autorizado” (p. 8).</p>

Fig. 16 - Quadro resumo II. Fonte: Autora.

O urbanismo colaborativo tem uma relação estrutural com o **espaço público**, as intervenções colaborativas se manifestam expressivamente nesses espaços. Na próxima seção, faremos uma fundamentação da problemática dos espaços públicos, em função de questões contemporâneas que tendem a tornar os espaços públicos, cada vez menos públicos.

1.2 ESPAÇOS PÚBLICOS?

No campo do Urbanismo, o estudo dos espaços públicos sempre ocupou uma posição destacada. Apesar do to “espaço público” não ser exatamente destrinchado em livros seminais de urbanistas dos anos 1960, 70 e 80, ruas, calçadas, praças, parques, entre outros espaços abertos e acessíveis das cidades se tornaram preocupação entre eles¹⁴.

Além da crítica ao planejamento urbano da época, Jane Jacobs (2011 [1961]) também defendeu o potencial dos espaços públicos das cidades norte-americanas, chamando a atenção para as nuances da vida cotidiana no bairro em que morava no centro de Nova York, com foco nas atividades que aconteciam nas calçadas, na reciprocidade e nas relações que se formaram entre vizinhos. Naquela época, Jacobs observou que as transformações urbanas estavam conduzindo a uma vida pública desanimada e carente de diversidade. Para a autora, a setorização de funções, a criação de grandes áreas homogêneas e a priorização dos automóveis, ignoravam características da vida comunitária, como a da *proximidade* e *diversidade* entre usos, usuários e edificações. Enquanto as cidades tradicionais apresentavam a agitação devido à diversidade, as áreas homogêneas apresentavam uma falta de vida pública devido ao espaço controlado presente na abordagem funcional do planejamento moderno.

Para Jane Jacobs (2011 [1961], p. 29), as ruas e suas calçadas são os elementos mais importantes quando pensamos nas cidades, compõem a sua identidade e são “seus órgãos mais vitais”. Segundo suas observações, o movimento cotidiano de pessoas nesses espaços são “balés de calçada”, e desempenham um papel significativo na segurança, uma vez que os “olhos para a rua” proporcionam vigilância mútua e informal entre as pessoas. Além disso, essa dança despretensiosa nas ruas e calçadas é onde a vida pública se desenvolve, pois, forçam o vínculo e a convivência entre pessoas que não se conhecem, são estranhas. Para Jane Jacobs, o estranho é uma característica essencial do espaço urbano. As cidades grandes, afirma:

estão, por definição, cheias de desconhecidos. Qualquer pessoa sente que os desconhecidos são muito mais presentes nas cidades grandes que os conhecidos – mais presentes não apenas nos locais de concentração popular, mas diante de qualquer casa. Mesmo morando próximas umas das outras, as pessoas são desconhecidas, e não poderiam deixar de ser, devido ao enorme número de pessoas numa área geográfica pequena (Jacobs, 2011 [1961], p. 30).

Dentre as diversas reflexões acerca da importância dos espaços públicos, uma em particular abordada por Jacobs fala sobre uma característica que as ruas deveriam ter: “deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais” (Jacobs, 2011 [1961], p. 35). Para a autora, a falta de clareza desta distinção ou a ausência de compreensão sobre os limites dos espaços representaria um problema, sendo um motivo de controvérsias e disputas.

14 Como atestado por Manuel Delgado (2015, posição 252-262, tradução nossa) no livro “El espacio público como ideología”: A verdade é que se tomarmos algumas das obras clássicas do pensamento urbano produzidas nas décadas de sessenta, setenta e mesmo oitenta, o valor do espaço público mal aparece ou, se aparece, está simplesmente a expandir o espaço da rua e com um sentido que também teria sido adequado para outros tos como “espaço social”, “espaço comum”, “espaço compartilhado”, “espaço coletivo” etc”.

Dos anos 1960 até a atualidade, o estado de constante transformação das cidades produziu novas interpretações e problematizações sobre as fronteiras entre o público e o privado. **O que entendemos por espaço público nos dias de hoje?** Essa questão orientou uma busca que explorasse o espaço público para além de sua dimensão física. Para isso, buscamos referências na filosofia sobre a delimitação do público e do privado, em autores como Hannah Arendt e Jürgen Habermas, que analisaram essa diferenciação ao longo da história.

Os filósofos não relacionaram o tema dos domínios público e privado no contexto da arquitetura e do urbanismo, mas seus textos estão repletos de referências espaciais. Suas reflexões são frequentemente utilizadas por autores do campo, como Josep Maria Montaner e Zaida Muxí no livro “Arquitetura e Política” (2019, p. 28), onde ressaltaram que “existe uma primeira tualização básica para toda arquitetura e cidade: a delimitação [...] das esferas do público e do privado, uma relação sempre dialética e complementar”.

Acreditamos que as próximas reflexões auxiliam na compreensão do espaço público, para além do espaço físico (arquitetônico) que ele configura.

1.2.1 Origens da noção de “público” e sua função política

A filósofa Hannah Arendt em “A condição humana” (2020 [1958]) traz a discussão do **domínio público** na Idade Moderna, destacando que a oposição entre público e privado tem sua origem na Grécia Antiga¹⁵. Para a autora, privado e público, correspondem respectivamente à distinção entre o lar (*oikia*) e o político (*bios politikos*) na *pólis*. Em sua perspectiva, o privado corresponde à família, à intimidade, às atividades relativas à manutenção da vida. Por sua vez, o público corresponde ao espaço da cidade, da liberdade e das atividades relativas ao mundo comum.

No contexto da *pólis*, o público era considerado um espaço onde todos eram vistos como “iguais”, onde a liberdade era garantida pelo indivíduo “não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro”¹⁶. Já o privado era considerado o espaço da dependência às necessidades básicas para a sobrevivência (Arendt, 2020 [1958], p. 39).

Com os avanços da modernidade, Arendt fala do surgimento de uma terceira esfera, a esfera do social, que surgiu dentro do contexto da criação do Estado-nação. Segundo a autora, o social surge diante das novas demandas que aparecem e contempla tanto os interesses públicos quanto os privados, como o exemplo da propriedade privada tornar-se uma preocupação pública. Essa nova relação entre domínios na modernidade ressoa até hoje no cruzamento entre público e privado no mundo contemporâneo.

Segundo Arendt, o domínio privado envolve o significado de privatividade, caracterizado pelo “estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar

15 Arendt (2020 [1958]) faz referência à filosofia clássica, em particular a teoria do filósofo grego Aristóteles.

16 Como bem acentuado pelo pesquisador Hans Teerds (2017) em sua tese “At home in the world: architecture, the public, and the writings of Hannah Arendt” neste to de igualdade da Grécia Antiga, a ágora - o espaço público da *pólis* -, só reunia os homens proprietários. Mulheres, crianças, escravos, entre demais membros da *pólis* eram encarregados de executar as atividades relacionadas às necessidades da vida no domínio privado. Arendt (2020 [1958]) não foca nessas restrições de acesso do público, e sim no fato que ali, os homens chefes de família eram livres para agir, sem hierarquias entre eles.”

privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros” (2020 [1958], p. 72). Este domínio está vinculado à intimidade e à propriedade. Por outro lado, o **domínio público** engloba dois aspectos: **(1) o lugar de aparência**, o espaço onde podemos ver e ser vistos, ouvir e ser ouvidos, que nos garante a realidade do mundo; **(2) o que é “comum a todos nós”**, um lugar de encontro de onde todos podem se reunir “na companhia uns dos outros” (Arendt, 2020 [1958], p. 61-64).

Em sua análise do público, Arendt atenta para a condição da diversidade, da variedade de perspectivas que cada indivíduo pode trazer por meio da ação e do discurso. Ela descreve que “a importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (2020 [1958], p. 70). Dessa forma, enfatiza o domínio público como espaço da coletividade e da pluralidade, que não se trata apenas de concordâncias e consensos, mas também de lidar com as diferenças e conflitos.

No prólogo de “A condição humana”, Arendt (2020 [1958], p. 6) descreve que o livro “trata apenas de pensar o que estamos fazendo”, de explorar e compreender as atividades humanas na terra. Ela dá ênfase à ação, colocando-a como condição essencial da vida política e a vincula ao domínio público; para a autora, a **ação política** evidencia a pluralidade da condição humana¹⁷. Uma de suas críticas à modernidade e ao enfraquecimento do domínio público é justamente a limitação da ação às preocupações e interesses pessoais. Para a filósofa, o mundo comum acaba se for visto apenas sob uma perspectiva.

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, em uma variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem identidade na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo aparecer real e fidedignamente (Arendt, 2020 [1958], p. 71).

Apesar de Arendt nunca ter abordado especificamente sobre arquitetura e urbanismo, sua contribuição nos ajuda a repensar a profissão como prática política. Falando especificamente do domínio público, que é o interesse deste trabalho, Arendt não o vincula aos espaços urbanos, mas ela se refere a arquétipos como a ágora da *pólis* grega. Ela também se refere à sua função política, espaço de ação e de expressão de discursos e subjetividades.

Além de Arendt, outro filósofo importante para a tuação do público é Jürgen Habermas. Enquanto Arendt (2020 [1958]) destaca a importância da ação política e de perspectivas plurais no domínio público, Habermas, em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa” (2003 [1962]) aborda como, no século XVIII, com a emancipação do sistema feudal o advento da burguesia, foi estabelecida na Europa uma **esfera pública**: um espaço de reunião de pessoas para discussão, deliberação e decisão de assuntos de “interesse comum”, independente do Estado e do mercado.

17 Segundo a autora, “Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição [...] de toda a vida política” (Arendt, 2020 [1958], p. 10).

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (Habermas, 2003 [1962], p. 42)

Ele descreve a origem da esfera pública a partir do surgimento dos cafés e salões nas cidades, locais de encontro onde as pessoas se reuniam para conversar e discutir as atualidades, formando assim um espaço de discussão e de formação de uma **opinião pública**. A opinião pública também está bem relacionada com o desenvolvimento da imprensa, jornais, os quais documentavam e compartilhavam discussões, criando um conhecimento comum. Segundo Habermas (2003 [1962], p. 46), a esfera pública “intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade”, e pode ser crítica a eles.

Habermas argumenta que a emergência da esfera pública representa um elemento crucial tanto para a liberdade de expressão quanto para a liberdade dos cidadãos. Com a esfera, o estatuto político não é mais determinado por decisões unilaterais, mas sim por meio de debates e argumentos racionais. Nessa perspectiva, a esfera pública é vista como fundamental para o funcionamento do sistema democrático e a preservação da liberdade do povo (Habermas, 2003 [1962], p. 103).

Em resumo, tanto a concepção de domínio público de Arendt e de esfera pública de Habermas mostram um recorte específico de origens do “público” relacionado a contextos específicos. O primeiro, ao ideal de democracia ateniense e o segundo, ao modelo de democracia da esfera pública burguesa. No primeiro, o domínio público condiz com um espaço de ação política e de coletivização de perspectivas plurais, estando mais associado à comunicação simbólica e de práticas espaciais. No segundo, a esfera pública se refere a um espaço de discurso e de constituição de uma democracia, concentrando-se em aspectos comunicativos. Como exemplos de espaços públicos de “excelência”, o primeiro utiliza o arquétipo da ágora grega, enquanto o segundo utiliza os cafés e salões do início da modernidade europeia (finais do século XVIII e inícios do século XIX).

Em comum, ambos atribuem à “modernidade” uma crise que enfraquece a noção de “público”. Hannah Arendt atribui ao enfraquecimento do “domínio público” a valorização da vida privada e a desintegração das questões do mundo comum, a partir do isolamento e preocupações com os interesses particulares. Enquanto Jürgen Habermas associa a diminuição da esfera pública às interferências do capital, da comercialização da mídia e a manipulação dos meios de comunicação dos interesses privados. Consideramos ambas as reflexões importantes uma vez que apresentam a construção teórica do que é “o público” e descrevem processos do seu enfraquecimento nas sociedades modernas.

Expressões do público no Brasil

Sabemos, no entanto, que no contexto do Brasil, a formação da sociedade burguesa não seguiu o modelo europeu proposto por Habermas, uma vez que não tivemos feudalismo, nem a evolução das relações feudais (Serpa, 2020). Nesse sentido, consideramos importante refletir como se deu, historicamente, na cultura brasileira, as expressões iniciais do público. Não com o propósito de discutir o processo de constituição da so-

cidade burguesa brasileira, nem tuar a noção do “público” no Brasil, e sim refletir sobre algumas narrativas que permeiam espaços públicos no Brasil.

No contexto da cidadania brasileira, James Holston (2013, p. 16) tomou o Brasil como um caso representativo de uma cidadania que se destaca pela subsistência de um regime de privilégios que legitima e reproduz a desigualdade. Já no livro “Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro”, Jessé Souza (2018) escreve um capítulo sobre a “dimensão microssocial da vida cotidiana brasileira nas obras de Gilberto Freyre”, o autor de “Casa-grande & senzala” (1933) e “Sobrados e mucambos” (1936), livros que fornecem narrativas detalhadas da sociedade e conformação urbana das cidades.

O livro “Sobrados e mucambos” (1936) fornece informações sobre a vida urbana brasileira na primeira metade do século XIX, época marcada pela chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos. Dois eventos que representam a entrada no Brasil de duas práticas institucionais fundamentais do mundo moderno: Estado e mercadoria. Segundo Souza (2018, p. 173), isto representou mudanças significativas tanto no âmbito privado, nas relações familiares, quanto no âmbito público, com a transição do poder do campo para a cidade.

De início, o privatismo e o personalismo rural foram transpostos, para a cidade, tais quais eram exercidos no campo. A metáfora da casa e da rua em Gilberto Freyre assim o atesta. O sobrado, a casa do senhor rural na cidade, é uma espécie de prolongamento material da personalidade do senhor. Sua relação com a rua, essa espécie arquetípica e primitiva de espaço público, é de desprezo, a rua é o lixo da casa, representa o perigo, o escuro, era simplesmente a não casa, uma ausência (Souza, 2018, p. 177).

Segundo Souza, as narrativas de Freyre mostram que a dimensão social da vida cotidiana brasileira se constituiu em torno do espaço privado, do sobrado, a versão urbana da casa-grande. A falta de instituições intermediárias e a ausência de códigos morais consensuais fizeram com que o complexo rural de casa-grande e senzala permanecesse na constituição do ambiente urbano brasileiro, ou seja, mantendo valores sociais de negação da rua, de não reconhecimento da alteridade. Segundo o autor, as cidades no Brasil têm reproduzido esses valores “da casa-grande e senzala, depois sobrados e mucambos, e, talvez, hoje em dia, bairros burgueses e favelas, as acomodações e complementaridades ficam cada vez mais raras” (Souza, 2018, p. 177).

Essas considerações dizem respeito às narrativas de desenvolvimento das cidades brasileiras, a partir da falta de espaços destinados à ação política e da comunicação, o que evidencia uma valorização do privado em detrimento do público na raiz do país. Além de suas possíveis ressonâncias até hoje, como o exemplo da contínua valorização de espaços privados como condomínios e *shopping centers*, e por outro lado, a privatização de espaços públicos, que reforçam padrões de segregação existentes.

Teresa Caldeira (2000) chama de “enclaves fortificados” esses espaços privados fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Segundo a autora, esses espaços transformam o caráter do espaço público a partir da privatização, cercamento e policiamento, contradizendo ideais de heterogeneidade e estruturando desigualdades. Segundo Caldeira (2000, p. 315), as próprias formas de circulação delineiam expressões de classe. As classes média e alta transitam em seus próprios veículos,

enquanto outros dependem do transporte público ou caminham, “existe pouco contato público entre pessoas de classes sociais diferentes”. As favelas também são tratadas como enclaves, devido ao acesso reservado aos moradores e aos conhecidos. Nesse sentido, os enclaves refletem não apenas as barreiras físicas, mas também simbólicas, que limitam a interação e a sociabilidade entre as diversas classes que habitam a cidade.

Angelo Serpa (2007) no livro “O espaço público na cidade contemporânea”, propõe uma reflexão acerca do espaço público como espaço da ação política (ou da sua possibilidade), da sua perspectiva incorporada à lógica capitalista e como espaço simbólico, de reprodução de formas de cultura e de subjetividades. Ele explora processos de privatização de espaços públicos e a acentuação de segregações sociais, a partir de exemplos em cidades como Salvador, São Paulo e Paris. O autor argumenta o papel de parques públicos destinados para as classes médias, como elementos centrais nos programas de renovação urbana. E mostra exemplos de privatizações a partir das classes populares em conjuntos habitacionais, a partir de cercamentos e privatização dos espaços livres.

1.2.2 Modernidade e as narrativas de declínio

Além de Arendt e Habermas, Richard Sennett em seu livro “O declínio do homem público” (2015 [1974]) discute as consequências da modernidade na vida pública e aborda especificamente o “espaço público morto” da cidade moderna, onde ele coloca que o domínio público tem sido esvaziado de sentido. Segundo o autor, a experiência do carro e da velocidade transformou o espaço público em um lugar de passagem, apenas um meio para atingir um fim, não mais um lugar destinado a trocas e sociabilidades.

Além disso, como também defendido por Jane Jacobs, ele aborda a possibilidade de se aprender a partir da **vivência com estranhos**, afirmando que a cidade é concebida como “um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar” (Sennett, 2015 [1974], p. 33). O autor compreende a cidade como espaço de encontros e conflitos imprevisíveis entre grupos, porém aborda que as transformações da modernidade encaminham para uma consagração do individualismo e da minimização dos conflitos. Segundo Sennett, a falta de preocupação com outro se manifesta através do isolamento e do silêncio, uma inibição das interações sociais entre os indivíduos e o meio.

O isolamento e silêncio, ante a ideia do confronto com o diferente, se relacionam com algumas das expressões que se popularizaram no final do século XX que apontavam para as transformações dos espaços públicos em parques temáticos espetaculares e centralizados no lazer e consumo. De acordo com Michael Sorkin (1992), um dos teóricos críticos deste fenômeno, em seu livro “Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space” (1992), é sugerido o fim do espaço público, visto que os parques temáticos e outros espaços de elite reproduzem padrões de segregação que distanciam os mais prósperos da pobreza, da diferença e da mistura.

O que o Sorkin (1992) chama de variações de parque temático diz respeito ao momento de surgimento nas cidades de imensos arranha-céus, enormes *shoppings centers*, lojas de departamentos e estacionamentos, centros históricos gentrificados, subúrbios expandidos e espalhados, entre outros. Segundo o autor, neste contexto de cidade faltam espaços intermediários que conectam os edifícios e dão sentido às formas, similar à perspectiva de Rem Koolhaas no texto da “Cidade Genérica” (2014), onde o que man-

tém a unidade da cidade genérica não é o domínio público e sim o residual. O parque temático significa uma cidade falsa “que incorpora tudo, a geografia, a vigilância, o controle e as simulações sem fim [...] apresenta uma visão feliz e regulada do prazer” (1992, p. xv), em detrimento do espaço em que as pessoas se conectam e se confrontam.

Numa análise deste livro feita por Teresa Caldeira (1994, p. 67), esses novos lugares privatizados são ambientes criados para a promoção de um outro tipo de esfera pública: “mais segregada, fechada e controlada”. Em outras palavras, segundo a opinião da autora, é mais plausível argumentar que os parques temáticos e suas variações criam uma nova categoria de espaço público, não que isso represente um fim, mas um espaço público diferente daquele das narrativas relacionadas “a ideias de cidadania, democracia, espaços abertos, liberdade de movimento e encontros de diferenças”.

Segundo Caldeira, no final do século XX, percebe-se um sentimento de nostalgia generalizada entre autores acerca do desaparecimento das ruas abertas, da liberdade de circulação, encontros pessoais e anônimos, do uso espontâneo e da presença de pessoas de diferentes grupos sociais. Como o exemplo dos bulevares de Paris pós-reforma de Haussmann, na segunda metade do século XIX, que foram inicialmente criticados, mas rapidamente apropriados por um enorme número de pessoas, “do *flâneur* descrito por Baudelaire ao consumidor das novas lojas” (Caldeira, 2000, p. 303).

Em suma, percebe-se que as narrativas de declínio do espaço público, de certa forma, romantizam os espaços públicos “de excelência”, como a ágora grega e os cafés da burguesia parisiense e londrina, onde, o diálogo público (em teoria) prosperou. Sem dúvidas, esses espaços foram indispensáveis para constituição da democracia, porém, outras narrativas também mostram outro lado da esfera pública, dominada e dirigida pelas elites, produzindo uma série de exclusões de gênero, raça e classe (Fraser, 1990)¹⁸.

Nas cidades contemporâneas, fica evidente que a dinâmica dos espaços públicos difere substancialmente desses. A narrativa que lamenta o declínio dos espaços públicos de maneira nostálgica, idealista e generalista pode não ser a abordagem mais apropriada para descrever a situação atual de complexidade da transformação que envolvem os espaços livres públicos das cidades, como parques, praças, calçadas, áreas centrais etc.

1.2.3 Narrativas contemporâneas

Na última década percebe-se que as narrativas de declínio foram substituídas por definições expandidas do espaço público a partir da intensificação do número de intervenções nesses espaços, a partir de eventos, criação de parques e praças, entre muitos outros. Vimos, no início deste capítulo, que a partir das intervenções nos espaços públicos, podemos identificar uma ampla variedade de pessoas, organizações e instituições que se uniram para reivindicá-los, criá-los e transformá-los.

Esse fato cresceu junto com narrativas que giram em torno de certa “humanização” das cidades e dos seus espaços públicos, como exemplos dos trabalhos voltados as “cida-

18 Nancy Fraser em “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy” (1990) aborda uma historiografia que reporta essas exclusões no âmbito da esfera pública burguesa idealizada por Habermas. Na opinião da autora, a esfera pública deveria tornar visível a desigualdade social existente e a forma como ela afeta as relações entre os públicos nas sociedades capitalistas.

des para pessoas” (Gehl, 2013), *placemaking*, urbanismo de guerrilha, urbanismo tático, entre muitas outras. Por um lado, isso significou novas oportunidades para os profissionais da arquitetura de conectarem suas práticas com o domínio público, por outro, diversos críticos levantaram questões sobre o acesso e a inclusão dessas transformações nos espaços urbanos.

O antropólogo Manuel Delgado (2015), um dos críticos à conversão do espaço público em espaços espetaculares, atenta para o perigo da narrativa do espaço público como um espaço democrático, do encontro com o diferente e da diversidade. Segundo o autor, essas narrativas favorecem a apropriação capitalista e os processos de gentrificação e exclusão:

O que bem poderia ser reconhecido como o idealismo do espaço público aparece hoje a serviço da reapropriação capitalista da cidade, uma dinâmica em que os elementos fundamentais e recorrentes são a conversão de grandes setores do espaço urbano em parques temáticos, a gentrificação de centros históricos dos quais a história foi definitivamente expulsa, a reconversão de distritos industriais inteiros, a dispersão de uma miséria crescente que não pode ser escondida, o controle de um espaço público cada vez menos público etc (Delgado, 2015, posição 199-203, tradução nossa).

Em sintonia com essa colocação, o geógrafo David Harvey (2014, p. 62) atenta para a questão do “direito à cidade¹⁹ caindo nas mãos de interesses privados”. Onde a cidade, o lugar onde pessoas de diversos tipos e classes se encontram, vive sob constante ameaça da urbanização capitalista e da sua destruição como um bem comum social, político e habitável (Harvey, 2014, p. 156).

Nesse argumento em que reflete sobre a perda da comunalização da vida urbana, a partir das privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância, Harvey (2014, p. 144) propõe uma distinção entre os **espaços e bens públicos** do que seriam os **“bens comuns urbanos”**. Enquanto os espaços e bens públicos são “uma questão de poder de Estado e administração pública, como o saneamento, a saúde pública, a educação. Os bens comuns urbanos são caracterizados pela ação política, de caráter coletivo, por parte dos cidadãos que desses pretendem se apropriar para concretizar suas qualidades, similar a noção de público, o que é comum a todos nós, proposto por Arendt (2020[1958]). Com relação as ruas, segundo Harvey (2014), elas eram bens comuns:

Antes do surgimento dos carros, porém, as ruas geralmente o eram - um lugar de socialização popular, um espaço para as crianças brincarem [...] Contudo, esse tipo de bem comum foi destruído e transformado em um espaço público dominado pelo automóvel (estimulando as administrações urbanas a tentar recuperar alguns aspectos de um bem comum anterior “mais civilizado”, criando espaços exclusivos

19 O direito à cidade, originalmente defendido por Henri Lefebvre (1968), e revisto por Harvey (2008) em ensaio publicado pela revista *New Left Review*. Harvey (2008) aborda sobre a relação estreita entre desenvolvimento do capitalismo e a urbanização e descreve o direito à cidade como algo que vai “muito além do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é um direito de mudarmos a nós mesmos mudando a cidade” e isso envolve “tipos de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos”. Para o autor, o direito à cidade é um dos “mais preciosos, porém mais negligenciados de nossos direitos humanos” (Harvey, 2008, p. 23, tradução nossa).

para pedestres, cafés nas calçadas, ciclovias, miniparques como espaços de lazer etc.). Mas essas tentativas de criar novos tipos de bens comuns urbanos podem ser facilmente capitalizadas (Harvey, 2014, p. 146-147).

Os bens comuns têm duas características essenciais: a **relação coletiva e não mercantilizada** com o ambiente, diferentemente da lógica governamental de investimento em bens públicos, frequentemente orientados por critérios de eficiência produtiva e lucro. Para o autor, um exemplo de um bem comum urbano seria uma horta comunitária: embora parte dos alimentos possa ser comercializada, essa comercialização não obscurece o propósito primordial da horta como um bem comum.

Na perspectiva da política neoliberal que constantemente reduz os bens públicos e enfraquece os bens comuns, Harvey (2014, p. 168) apresenta a ideia de um “duplo ataque político”, onde o Estado deve ter a obrigação de fornecer bens públicos junto com a auto-organização, que garanta bens comuns urbanos apropriados pelas populações. Essa contraposição entre bem comum e bens públicos ressalta as naturezas singulares das práticas que vêm sendo produzidas e realizadas nas cidades, algumas em torno de relações sociais comprometidas com o que é “comum a todos nós” (Arendt, 1958) e outras que mostram atuações que podem ser capitalizadas.

O que deveria ser o principal foco do planejamento urbano, da cultura urbana e da cidadania, é o que no fim paga o preço da apropriação capitalista da cidade. Como abordado por Borja e Muxi em “El espacio público, ciudad y ciudadanía” (2003, p. 15), lidar com o espaço público talvez seja o principal desafio da contemporaneidade, até porque “o espaço público é a cidade”. Na investigação do espaço público e sua relação com a cidade e cidadania, eles defendem que nenhum desses termos deve ser considerado isoladamente. Os autores consideram que o espaço público é uma representação visível da sociedade e dos seus valores, que está intrinsecamente ligada à história da cidade.

Vimos nas discussões do espaço públicos os processos e atores que enfraqueceram a noção do “público” e conseqüentemente os vínculos sociais entre as pessoas. Destacamos a importância dos aspectos como trocas, interações, vivências com estranhos, que se materializam nos espaços cotidianos, como as ruas, praças, parques, escolas. E observamos como as sociabilidades, cooperações e solidariedades vem desencadeando transformações nesses espaços, desde ações espontâneas a outras institucionalizadas.

Abordar a prática do urbanismo colaborativo a partir do espaço público apresenta dois grandes desafios: o de considerar a complexidade e multiplicidade de realidades sociais e territórios que temos nas cidades; e a necessidade de olhar alternativas de intervenções que criam formas de vivências e experiências, junto à processos que buscam articulação entre atores e o envolvimento da comunidade.

Esta reflexão sobre o to de “espaço público” visa ampliar o entendimento de seu papel na sociedade e destacar como as transformações contemporâneas têm enfraquecido seu caráter público. No próximo capítulo, intitulado “...para cocriação de espaços...”, exploraremos uma possível relação entre as intervenções colaborativas e os espaços públicos. Pressupondo que as intervenções colaborativas possam transformar os espaços de formas diversas, com significados políticos e coletivos diferentes.



2

***...para a cocriação
de espaços...***

Começamos o capítulo com a compreensão de que as intervenções colaborativas surgem em questionamento à prática tradicional do urbanismo. Seu propósito busca repensar a cidade e o espaço público, com base em princípios que envolvem diferentes atores para a solução de problemas locais.

Entretanto, também expomos a desconexão entre a teoria e a prática de propor cidades mais inclusivas, equitativas e ecológicas e como essas intervenções podem reproduzir padrões dos espaços públicos neoliberais. Entendendo que os espaços urbanos são complexos, atravessados por desigualdades, entre outras questões estruturais, e o termo “espaço público” como abrangente, nos questionamos quanto as possibilidades de outros espaços a serem produzidos através de intervenções colaborativas. Sendo assim, este capítulo se divide em duas partes:

(1) Espaços coletivos, espaços insurgentes e espaços comuns, apresentaremos interpretações teóricas acerca de espaços que visam a coletivização, a resistência e a comunalização, respectivamente. Esse léxico surgiu através da pergunta “como é o espaço vivenciado pelas intervenções colaborativas?” que nos levou a buscar abordagens que nos aproximasse de outras possibilidades de espaços.

Esse léxico não tem intenção de qualificar as intervenções entre “melhores” ou “piores”, mas compará-las enquanto objetos diferentes, com objetivos diferentes e que partem de diferentes processos de colaboração.

(2) Duas experiências no Brasil, onde exemplificaremos duas intervenções escolhidas a partir de suas similaridades com os estudos de caso que serão trabalhados no próximo capítulo. Ambas foram apresentadas no evento Insurgências – Experiências em espaços públicos (2023): a Praça da Nascente e a Área da Infância.

Essas duas experiências mostram como cada intervenção é específica, buscando resolver alguma situação em escala micro e local, com contextos, objetivos, atores, elementos e processos distintos. Elas duas guiaram uma estrutura para caracterização e análise das intervenções colaborativas que será aplicada no próximo capítulo para análise de três casos concretos de intervenções na cidade do Recife.

2.1 ESPAÇOS COLETIVOS, INSURGENTES E COMUNS

No contexto do prêmio *European Prize for Urban Public Space*, como componente do júri, o arquiteto catalão Manuel de Solà-Morales (2010) escreveu o artigo “O projeto impossível do espaço público”, que levantou questões a serem confrontadas para avaliações dos projetos que estavam concorrendo ao prêmio, e como conhecimento crítico para projetos futuros de espaços públicos reais. Ele considerou dois aspectos para enfrentamento: a **natureza pública** e a **qualidade dos projetos**

Sobre a **natureza pública**, o arquiteto reconhece que o termo “espaço público” é utilizado sem ter relação com o conteúdo político e coletivo que deveria, e quanto mais se injeta capital, mais graus de natureza pública se perde. Solà-Morales (2010) aborda o conceito de “urbanidade material”, base do conceito de espaço público, que deve ser objetivo do prêmio: a capacidade de expressar significados cívicos, estéticos, funcionais e sociais.

Ele considera necessário as expressões de espaço público enquanto lugar político e cívico, e como um sistema combinado do espaço urbano, onde se representa a “mobilidade, convivência e conflito, em vez de uma paisagem estilizada e ordenadamente resolvida”. Sobre a **qualidade do projeto**, ele elenca quatro tipos consideradas para o prêmio, sugerindo que elas possam contribuir para o conhecimento crítico da prática do projeto do espaço público. São elas:

1. **Projetos de arrumação:** *projetos que reorganizam espaços sobre si mesmos, tornando-os mais úteis, mais atraentes e mais inovadores [...] raramente esses projetos transmitem qualquer conteúdo além de uma boa maquiagem. A avaliação a ser feita nesse caso é principalmente funcional.*

2. **Projetos que expandem a esfera anterior do espaço público:** *[...] e que, começam a projetar novas áreas, diferentes em escala e localização, seja devido a dificuldades topográficas ou complexidade temática. Isso é uma atividade básica de planejamento urbano. Essas obras têm um valor técnico.*

3. **Projetos que coletivizam:** *Esses projetos, os mais incisivos, aceitam o objetivo estratégico de criar espaço público com ingredientes privados, com base em uma compreensão do espaço coletivo (público+privado) como uma substância definidora do que é urbano. Explicitamente ou não, tais projetos têm a visão de que urbanizar significa coletivizar, e podem ter muito ou pouco em termos de forma, mas não moldam. São ações de estratégia mental. Em seu sentido íntimo, têm um valor político.*

4. **Projetos que inventam:** *Estas são as poucas iniciativas que nascem de uma ocasião mal definida, sem nenhum programa específico, sem propósito e sem limites claros. Propõem imagens incomuns com base na invenção de um tipo de espaço público para o qual, precisamente, não há tipo. É a invenção de forma e programa ao mesmo tempo e significa aceitar o risco - de erro ou fracasso - como uma premissa de planejamento. O valor aqui é artístico (Solà-Morales, 2010, tradução nossa).*

Podemos afirmar que as intervenções abordadas neste trabalho ocorrem efetivamente no âmbito do espaço público. Assim sendo, as quatro categorias empregadas por Solà-Morales (2010) poderiam ser aplicadas na avaliação das intervenções discutidas

aqui. Entretanto, levando em consideração que os "espaços públicos" abrangem diversas compreensões, inclusive o de espaços que reproduzem padrões neoliberais, a pergunta **“como é o espaço vivenciado pelas intervenções colaborativas?”** possibilitou uma busca por conceitos teóricos com outras qualificações de espaços. Sendo assim, consideramos um léxico que incorpora três tipos de espaços com diferentes graus de vivências para a relação entre intervenções e espaços públicos.

Neste capítulo, apresentaremos os três tipos de espaços que podem ser possíveis de ser transformados pelas intervenções colaborativas:

(1) Os **espaços coletivos**, baseamo-nos nas reflexões de Solà-Morales, conforme apresentadas no artigo “O Projeto Impossível do Espaço Público” (2010) e no capítulo “Espaços Públicos/Espaços Coletivos” (1992), e a forma como os espaços coletivos se relacionam com intervenções temporárias desenvolvido por Adriana Sansão (2013).

(2) Os **espaços insurgentes**, utilizamos o conceito “insurgente” desenvolvido por James Holston (2013), Faranak Miraftab (2016) e Jeffrey Hou (2010).

(3) Os **espaços comuns**, fundamentamo-nos no conceito de Stavros Stavrides (2016), articulando reflexões de autores como Antonio Negri e Michael Hardt (2009) e David Harvey (2014).

2.1.1 Espaços coletivos

O **“espaço coletivo”** é conceituado por Solà-Morales (1992, p. 104) devido à problemática da ênfase exclusivamente pública na contemporaneidade. Na opinião do autor, a distinção entre os espaços estritamente públicos ou privados pode ser insuficiente visto que muitos lugares possuem ambos os domínios ao mesmo tempo. Logo, os espaços coletivos são considerados por ele os espaços públicos da contemporaneidade, por abranger “todos os lugares onde a vida coletiva se desenvolve, representa e recorda, [...] nem públicos nem privados, se não ambos ao mesmo tempo”.

Segundo o autor, o cerne dessa reflexão reside na ideia de que a verdadeira essência da cidade se desenha na interseção entre o público e o privado, onde suas fronteiras se mesclam: o espaço coletivo (público + privado). Ele cita lugares significativos da vida cotidiana, como bares, escolas, estações de metrô, centros comerciais, parques, transporte público e diz que é tarefa dos urbanistas fazer desses espaços estimulantes do complexo tecido urbano, e “não apenas deixados para a publicidade e o lucro”. Em resumo, os espaços coletivos são entendidos como áreas de livre acesso, que podem ser tanto públicas quanto privadas, mas que “se convertem em coletivas pela apropriação que deles fazem livremente” (Solà-Morales, 1992, p. 105).

No livro “Intervenções temporárias, marcas permanentes”, Adriana Sansão (2013) também utiliza o conceito de “espaços coletivos” de Solà-Morales, a partir da sua relação com as intervenções temporárias. A autora utiliza o conceito de espaço coletivo que transcende a dicotomia entre público e privado, e transforma-se em zonas intermédias estimuladoras do tecido urbano. Ela exemplifica essa convergência por meio de três conceitos de criação de espaços coletivos: (1) a **dissolução dos domínios**, onde as categorias de público e privado se diluem; (2) a **formação de identidade**, expressa através da apropriação temporária, explorando nichos e experimentando *terrain vagues* (áreas de ausência e oportunidade); e, por fim, (3) a **reconquista do espaço**, transformando

áreas residuais ou aparentemente “perdidas” em espaços coletivos revitalizados (São-Fontes, 2013, p. 117-126).

A autora fornece exemplos como: (1) a ocupação de ruas para usos cotidianos privados, o que é comum em manifestações coletivas tipo festas e ações culturais em edifícios abandonados, transformando espaços privados em locais de uso coletivo; (2) manifestações de grupos comunitários reivindicando e apropriando de espaços vazios para a expressão de sua identidade; (3) a ação coletiva de moradores, que se envolvem ativamente na recuperação de espaços livres residuais, redefinindo sua utilidade e propósito.

Com essa contribuição das intervenções temporárias, que não apenas transcendem a noção tradicional de espaço público, mas também ressignificam a experiência urbana ao dissolver fronteiras, fomentar a identidade e reconquistarem espaços esquecidos, acreditamos que as intervenções colaborativas se relacionam com esse potencial de gerar para uma cidade dinâmica, com base na compreensão da coletividade como um alicerce que molda o ambiente urbano. Segundo Solà-Morales, a natureza complexa do espaço urbano coletivo estão associados a um espaço de experiência, mais do que de prejuízo, ele pontua:

Os espaços coletivos são a riqueza das cidades históricas e são, também, certamente, a estrutura principal da cidade futura. Quem sabe se em nossas cidades sejam os espaços ambíguos em sua titularidade, terão a cada dia um significado maior para a vida social cotidiana, podendo usar-se e apropriar-se de formas diversas pelas diferentes tribos urbanas? (Solà-Morales, 1992, p. 106).

2.1.2 Espaço insurgentes

Nos últimos anos, discursos que exploram as práticas de resistência como insurgências no planejamento urbano surgiram em decorrência do conceito “cidadania Insurgente”, do antropólogo James Holston (2013). Holston considera que a esfera pública de cidadania proposta pela modernização do Estado nacional da sociedade brasileira consolidou um modelo de segregação que motivou a insurgência de uma nova cidadania urbana: a cidadania insurgente.

Ele caracteriza os movimentos de cidadania dos membros da classe trabalhadora em confronto aos regimes enraizados de desigualdade à medida que os menos favorecidos adquiriram direitos políticos, conquistaram propriedades, reinterpretaram a lei como uma ferramenta e alcançaram uma compreensão mais profunda de sua competência pessoal. São desejos e demandas por direito à cidade, ancorados na heterogeneidade da experiência vivida, em contraste com a formalização e reducionismo estatal. O “insurgente” refere-se à evolução dos espaços antes marcados pela distinção e que posteriormente resistiram por meio de práticas urbanas:

Ademais, quando esses residentes [das periferias urbanas] formularam projetos alternativos de cidadania, eles reformularam o desenvolvimento do Estado e sua relação com os cidadãos. Dessa forma, essa insurgência arrombou os princípios de diferenciação que durante séculos legitimaram uma formulação especialmente desigual de cidadania. Transformou os pobres moradores das periferias em novos cidadãos e lançou uma cidadania urbana que transformou o Brasil (Holston, 2013, p. 271).

De maneira similar, a urbanista Faranak Miraftab (2016, p. 367) propõe o conceito de “planejamento insurgente”, que surge contrapondo-se às práticas de planejamento em que a inclusão frequentemente encobre a exclusão e normaliza a dominação neocolonial, aliada à governança neoliberal. Por planejamento insurgente, Miraftab entende um conjunto de práticas cidadãs de grupos subordinados. Essas práticas são **transgressoras**: rompem com dicotomias artificiais e constroem solidariedades transnacionais; são **contra e anti-hegemônicas**: desafiam as relações de dominação, sendo explicitamente anticapitalistas; e são **imaginativas**: resgatam o idealismo por uma sociedade justa, promovendo a ideia de um mundo diferente como algo necessário.

Nesse contexto, o planejamento insurgente se destaca como uma proposição para diferentes futuros diante dos desafios contemporâneos. Além disso, Miraftab (2004) contribui com dois conceitos interativos e constitutivos: os espaços “**convidados**” e “**inventados**” de cidadania. Os espaços “convidados” tem como foco proporcionar mecanismos de enfrentamento e propostas para os grupos subordinados, enquanto os “inventados” implicam em atividades de base que desafiam o status quo:

Espaços “convidados” são definidos como aqueles ocupados por essas bases e suas organizações não governamentais aliadas que são legitimadas por doadores e intervenções governamentais. Espaços “inventados” são aqueles também ocupados pelas bases e reivindicados por sua ação coletiva, mas que confrontam diretamente as autoridades e o status quo (Miraftab, 2004, p. 1, trad. nossa).

Na mesma linha, Jeffrey Hou (2010) também buscou discutir, no livro “Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of the contemporary cities”, diversas formas pelas quais cidadãos e comunidades têm desafiado as estruturas existentes a partir da apropriação, reivindicação, contestação, transgressão e pluralização de espaços públicos. Os **espaços públicos insurgentes** são o resultado dessas ações que deixam as esferas públicas mais “heterogêneas, fluídas e dinâmicas”. Segundo o autor, essas ações demonstram a capacidade de grupos de cidadãos e indivíduos desempenharem um papel distinto na formação do ambiente urbano, fora dos domínios regulatórios e convencionais oficiais.

James Holston, Faranak Miraftab e Jeffrey Hou contribuem significativamente para a compreensão das insurgências nos espaços urbanos. Holston introduz o conceito de “cidadania insurgente”, destacando a resistência da classe trabalhadora e a transformação de espaços urbanos em distintos lugares de reivindicação. Miraftab, por sua vez, propõe o “planejamento insurgente” como resposta à governança neoliberal, enfatizando práticas cidadãs transgressoras, contra-hegemônicas e imaginativas. Já Hou, examina as formas de desafio às estruturas existentes, enfocando na materializam das resistências em espaços públicos próprios dos cidadãos.

Diante das complexidades das cidades contemporâneas, Hou (2020) destaca que as práticas insurgentes podem representar distintos tipos de resistência. Ele apresenta a distinção entre **lutas organizadas** e a **resistência cotidiana**, em que as lutas organizadas correspondem a grupos de ativistas, como nos movimentos da classe trabalhadora. Enquanto a resistência cotidiana refere-se aos subordinados que praticam atos ordinários de resistência. No artigo “Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance” (2020), o autor cita o trabalho de Perera (2009 apud Hou, 2020) sobre formas cotidianas de resistência e sua relação em como os espaços urbanos são usados,

as atividades são organizadas e negociadas, e como os significados são construídos. Segundo Perera (2009, p. 55 apud Hou, 2020), aqueles que existem nas margens, fendas e interstícios da sociedade formal “não substituem, mas provincializam e contextualizam a narrativa espacial hegemônica”, as resistências cotidianas:

Em vez de desafiar diretamente o sistema de poder, ele argumenta que “eles praticam em grande parte a apatia ou conformidade relutante, ao mesmo tempo em que buscam melhorar sua subsistência dentro do contexto por meio do uso de atos ordinários” (Perera 2009, p. 55 apud Hou, 2020, p. 120-121, trad. nossa).

Nesse contexto, consideramos os **espaços insurgentes** aqueles que surgem da ruptura com a situação social e política prevaiente, não alimentando novas versões do hegemônico. Seja a partir de práticas espaciais de resistência cotidiana, que, embora não desafiem diretamente o sistema de poder, representam uma quebra em relação à norma. Seja por meio das lutas organizadas, que desafiam a estrutura, mas, podem perpetuar atributos das classes dominantes. Essas contribuições nos atentam para as posições de privilégio que ocorrem nos espaços urbanos que podem fortalecer práticas insurgentes e, conseqüentemente, influenciar o tipo de projetos que são desenvolvidos e legitimados.

2.1.3 Espaços comuns

O “espaço comum” é um conceito do arquiteto grego Stavros Stavrides abordado no livro “Common Space: The City as Commons” (2016). Para o autor, **espaços comuns** na metrópole contemporânea surgem como locais abertos ao uso público, em que não há regras e formas de uso controladas por uma autoridade central. Nesse sentido, diferencia-se dos espaços públicos, que são áreas controladas por autoridades, e dos espaços privados, que são controlados por indivíduos ou entidades econômicas.

Espaços comuns são aqueles espaços produzidos pelas pessoas em seu esforço para estabelecer um mundo comum que abriga, sustenta e expressa a comunidade da qual participam (Stavrides, 2016, p. 54).

Os espaços comuns são criados pelas práticas do “commoning”, que podem ser traduzidas para “comunalização” e significam “práticas que definem e produzem bens e serviços a serem compartilhados” (Stavrides, 2016, p. 1). A comunalização surge contrapondo-se às estratégias de cercamento capitalista, o autor esclarece que o cercamento “não é apenas um processo de cercar áreas de produção, mas também um processo de obstrução das práticas que tendem para uma abertura de compartilhamento” (Stavrides, 2016, p. 3).

O autor atenta para os perigos da comunalização moldada por um antagonismo social, que podem resultar em cercamentos que buscam manter exclusividade dentro de uma comunidade específica. Essas delimitações e cercamentos do “espaço comum” podem resultar em um “espaço coletivamente privado” ou em um “espaço público” gerido por autoridades. Segundo o autor, ambas as formas tendem a bloquear o verdadeiro espírito de compartilhamento.

Alguns exemplos trabalhados no livro são os assentamentos autogeridos de movimentos de pessoas sem-teto na América Latina, os acampamentos efervescentes das praças

ocupadas durante a Primavera Árabe, e as iniciativas que reivindicam e transformam espaços públicos, na ocupação dos imóveis abandonados e na criação de centros comunitários abertos, e nos eventos “reclame-a-cidade” auto-organizados, aliados a lutas anti-gentrificação.

Para Stavrides (2016, p. 2), o espaço é entendido além do seu sentido literal, é um “conjunto de relações espaciais produzidas por práticas de comunalização”. As práticas não se limitam apenas à produção e distribuição de bens, elas transcendem para criar novas relações sociais e novas formas de vida em comum. Assim, o “espaço comum” não é apenas um resultado do “commoning”, mas um meio pelo qual essas práticas se estendem e se expandem. Segundo o autor, o espaço comum pode ser organizado de duas maneiras distintas: como um sistema fechado, limitado a uma comunidade específica de “commoners”, ou como uma rede aberta de passagens, conectando comunidades emergentes e sempre abertas de “commoners”.

Além da ideia de espaço comum, Stavrides (2016) aborda o que seriam os “mundos comuns”, muitas vezes definidos por limites reconhecíveis, em que as pessoas compartilham identidades, hábitos e valores. Como pertencentes de um mundo comum, os sujeitos tendem a estar fechados e separados do exterior, que pode ser percebido como hostil ou estranho. Nesse sentido, o autor trabalha a ideia de transformar os “mundos comuns” em “mundos de comunalização”. Enquanto os mundos comuns tendem a reforçar identidades, crenças e hábitos homogêneos, os mundos de comunalização são caracterizados pela abertura, pela participação ativa na formação de regras e pelo movimento constante.

Os mundos de comunalização são compreendidos por Stavrides (2016) como uma manifestação das relações sociais, aberto à história e a transformações contínuas. Como mundos que não apenas acolhem diferenças, mas atuam como terreno compartilhado entre elas. Se a comunalização tem intrínsecas as práticas que moldam os processos de compartilhamento, essas práticas “moldam tanto seus sujeitos quanto seus meios” (Stavrides, 2016, p. 35).

Essa discussão se relaciona com o conceito de **comum** ou *commons*, onde Hardt e Negri (2009) distinguem de acordo duas categorias: o comum material, como os recursos naturais (ar, florestas, oceanos, solos) e o comum artificial, produzidos pelos homens (conhecimentos, códigos de informação, trabalhos intelectuais, linguísticos e afetivos). E também com o conceito de **bens comuns urbanos** caracterizados por David Harvey (2014, p. 143), como:

O bem comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência (Harvey, 2014, p. 145).

Em perspectiva semelhante, Stavrides (2016, p. 40) defende que as práticas comuns “deve permanecer uma luta coletiva para reivindicar e transformar a riqueza comum de uma sociedade (Hardt e Negri, 2009, p. 251-3) ao expandir constantemente a rede de compartilhamento e colaboração”. Para o autor, a expansão do comum requer alguns princípios fundamentais que devem ser adotados pelas instituições que visam o florescimento de espaços comuns, são eles:

1. *ativar e desenvolver uma manifestação contínua do “nós”, reconhecendo assim novos sujeitos moldados por sua inclusão no processo em expansão.*
2. *envolver processos de subjetivação, constantemente convidando “recém-chegados” para se tornarem não apenas integrados, mas co-produtores ativos.*
3. *orientar as práticas comuns para além da homogeneização e incentivar negociações constantes com outros como co-comuns potenciais.*
4. *se alimentar das diferenças, não apenas tolerando ou reconhecendo, mas convidando diferentes grupos e indivíduos a se tornarem co-produtores na construção desse mundo comum (Stavrídes, 2016, p. 41-44).*

Os conceitos abordados nesta seção estão resumidos abaixo (Fig. 17):

Espaços coletivos	Solà-Morales (1992, p. 104)	O espaço coletivo é muito mais e muito menos que o espaço público, se o caracterizarmos este apenas como propriedade administrativa. A riqueza civil e arquitetônica, urbanística e morfológica de uma cidade são seus espaços coletivos, todos os lugares onde a vida coletiva se desenvolve, representa e recorda. Talvez estes sejam, cada dia mais, os espaços que não são nem públicos nem privados, se não ambos ao mesmo tempo. Espaços públicos absorvidos por usos particulares, ou espaços privados que adquirem uma utilização coletiva.
Espaços insurgentes	Jeffrey Hou (2010, p. 13)	Nossa conceituação de espaço público insurgente é devedora da noção de “cidadania insurgente” ou “espaço insurgente de cidadania” de John Holston (1998: 39). Semelhante à oposição à legitimação do Estado da noção de cidadania, o espaço público insurgente se opõe ao tipo de espaço público regulamentado, controlado e mantido exclusivamente pelo Estado. [...] São práticas urbanas alternativas e formas de ativismo para imaginar um modo diferente de produção do espaço público, um público e um espaço que são heterogêneos, fluidos e dinâmicos.
Espaços comuns	Stavros Stavrides (2016, p. 54)	Espaços comuns são aqueles espaços produzidos pelas pessoas em seu esforço para estabelecer um mundo comum que abriga, sustenta e expressa a comunidade da qual participam.

Fig. 17 - Quadro resumo III. Fonte: Autora.

As abordagens teóricas exploradas até aqui nos permitiram refletir sobre os diferentes formas de espaços (coletivos, insurgentes e comuns) que podem se relacionar com intervenções colaborativas. Na próxima seção, foram escolhidas duas experiências da convocatória “Experiências Insurgentes” apresentadas no evento Insurgências – Experiências em espaços públicos (2023), que representam tipos de colaboração diferentes: a Praça da Nascente e a Área da Infância.

2.2 DUAS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

A Praça da Nascente, anteriormente conhecida como Praça Homero Silva, na Pompeia, São Paulo, foi transformada pelo Coletivo Ocupe&Abraça - um grupo de vizinhos e moradores próximos. Em 2013, eles iniciaram a revitalização da praça, antes abandonada, a partir de mutirões de pintura, instalação de playground e uma horta comunitária, além de criar o Festival Praça da Nascente, com o objetivo de ativá-la também culturalmente. Durante o processo, descobriram nascentes do córrego da Água Preta na área, o que levou à mobilização para mudança do nome para Praça da Nascente. A ação coletiva resultou na preservação do espaço e em sua classificação como Zona Especial de Proteção Ambiental, após mobilização contra construções que ameaçavam as nascentes.

Já a Área da Infância faz parte da iniciativa Urban95¹ em Jundiaí, que busca melhorar a qualidade de vida das crianças pequenas e seus cuidadores nas cidades. É uma iniciativa financiada pela Fundação Bernard Van Leer, que reconhece que investe em cidades a partir do reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento humano. A Prefeitura de Jundiaí implementou a Área da Infância para criar espaços mais seguros e acessíveis as crianças e inclui um equipamento comunitário, um parque naturalizado e uma zona calma com elementos lúdicos. A intervenção diagnosticou e monitorou os entornos escolares, a partir do envolvimento da comunidade, realizando atividades de escuta, coleta de dados e monitoramento.

Essas duas experiências mostram colaborações que partem de demandas diferentes. Enquanto a Praça da Nascente mostra uma colaboração fortalecida entre membros de uma comunidade, que iniciaram a articulação com outras entidades e instituições, a Área da Infância ilustra uma colaboração que parte de um ambiente institucional, com a articulação entre uma Fundação internacional, unidades do poder público e participação da comunidade.

A escolha desses dois contextos distintos de colaboração foi intencional para mostrar como a “colaboração” pode ser entendida e materializada de formas diversas na cidade. Esses exemplos nos orientam a formular perguntas e estruturar uma investigação para compreender melhor essas intervenções, caracterizando-as como processos localizados em territórios específicos. Isso inclui entender como esses processos funcionaram, como se relacionaram com diferentes atores (poder público, setor privado, ONGs, instituições de ensino, associações, comunidades) e como se materializaram de forma singular na cidade.

1 Segundo a Urban95, eles são uma iniciativa que visa “incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e cuidadores no planejamento urbano, nas estratégias de mobilidade e nos programas e serviços oferecidos nas cidades. [...] Convida assim líderes, gestores públicos, arquitetos e urbanistas a pensar as cidades sob a perspectiva de quem tem 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos”. Disponível em: <https://urban95.org.br/o-que-e-a-urban95/> Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

2.2.1 Praça da Nascente - Coletivo Ocupe&Abraçe (São Paulo, SP)

O Coletivo Ocupe&Abraçe é um coletivo de vizinhos e moradores próximos da Praça da Nascente, antes chamada Praça Homero Silva, no bairro da Pompeia, na Zona Oeste de São Paulo capital. Até 2013, a Praça Homero Silva (um espaço público de 12.000m²) era um espaço abandonado, sem manutenção do poder público e não frequentado por pessoas. A partir de 2013, os vizinhos se mobilizaram e começaram o processo de transformação da praça através de mutirões para pintura dos muros, playground, escadarias, instalação de mobiliário e implantação de uma horta comunitária. Além disso, foi proposto um evento cultural, hoje conhecido como Festival Praça da Nascente, que atraiu outras pessoas a fim de tornar a praça um espaço de convívio (Fig. 18) (Hori, 2017).



Fig. 18 - Festival Praça da Nascente. Fonte: Insurgências 2023, Lu Cury

Segundo Carpegiani (2023), um aspecto específico da Praça Homero Silva é que em sua parte mais baixa, o solo se encontrava sempre encharcado, como um pântano. A partir das atividades de agricultura urbana, o coletivo descobriu nascentes do córrego da Água Preta na praça, comprovadas a partir de articulações com a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e com o IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo, que atestaram a existência de 8 nascentes na praça e outras 5 na vizinhança.

Em plena São Paulo, a ação coletiva de um grupo descobriu afloramentos de água natural, o que os levou a reivindicar a mudança do nome para “Praça da Nascente”. Aos poucos, a partir de mutirões de recuperação, as nascentes foram “liberadas” e tornaram dois lagos (Fig. 19). Essa descoberta foi um vetor de força para que outras ações ocorressem no território, como a responsabilização, por parte do poder público pela gestão do espaço, com o objetivo de manter o local limpo, capinado e podado.



Fig. 19 - Lago na Praça da Nascente. Fonte: Insurgências 2023, Lu Cury

Além disso, o coletivo também impulsionou a reforma da praça, entre 2015 e 2016, através de um projeto feito pelo LabVerde (Laboratório Verde da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP), que usou como método workshop para coleta dos desejos da comunidade².

² Informações levantadas pelo documentário “A Nascente Mora Aqui” (2020) e a apresentação feita por Fernanda Carpegiani no evento Insurgências (2023).

Segundo Carpegiani (2023) “foram direcionadas duas emendas parlamentares para mexer na infraestrutura do espaço, e tudo foi feito com a participação dos moradores, que exigiram brinquedos de madeira e piso intertravado, que é permeável e absorve água da chuva”. Simultaneamente a isso, o Festival da Nascente também se fortaleceu e ocorreu em 13 edições reunindo mais de 10 mil pessoas, promovendo oficinas relacionadas ao meio ambiente, ao brincar e a soluções baseadas na natureza.

A partir das das melhorias trazidas para o território, segundo Hori (2017) e o documentário “A Nascente Mora Aqui” (2020), construtoras começaram a cobiçar os terrenos ao redor da praça para implantar empreendimentos imobiliários. O documentário exhibe a preocupação e mobilização da comunidade acerca do impacto de uma nova construção vertical no entorno das nascentes, as quais as fundações rebaixariam o lençol freático impactando os afloramentos e a vegetação existente na praça. Isso levou o coletivo a entrar com uma ação no Ministério Público para caracterizar a área da praça e seus arredores como Zona Especial de Proteção Ambiental, com base no Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012) que diz que o entorno das nascentes precisa de uma faixa de proteção, conhecida como Área de Preservação Permanente (APP).



Fig. 20 - Repercussões na mídia da Praça da Nascente. Fonte: Insurgências 2023, Lu Cury

Segundo informações levantadas no perfil do Ocupe&Abraça nas redes sociais (2024), após intensa luta, com várias ações em órgãos públicos, em 19 de janeiro de 2024, o grupo de moradores conseguiu a classificação do terreno em questão como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), a partir da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei de Zoneamento). A partir da mobilização do coletivo e da comunidade, o terreno que iria se tornar um edifício, se torna mais próxima de virar uma extensão da praça (Fig. 21).



Fig. 21 - Entorno da Praça da Nascente. Fonte: Insurgências 2023, Lu Cury.

2.2.2 Área da Infância – Ateliê Navio, Urban95 (Jundiaí, SP)

A Área da Infância é uma intervenção proposta no âmbito da iniciativa Urban95 na Cidade de Jundiaí, localizada no estado de São Paulo, a cerca de 50 quilômetros da capital. A Urban95 é uma iniciativa global financiada pela Fundação Bernard Van Leer, uma organização holandesa que trabalha em prol das crianças e dos bebês em busca de melhorar seus primeiros anos de vida (Bernard van Leer Foundation, 2017).

A Van Leer utiliza como argumento estudos da neurociência que comprovam que as experiências vivenciadas durante a primeira infância (da gestação até os 6 anos de vida) têm efeitos duradouros e eficientes em âmbitos pessoais, sociais e econômicos. Nesse sentido, a Fundação apoia projetos que visam o desenvolvimento integral das crianças, investindo nas cidades como interface para gerar ambientes saudáveis tanto para elas, quanto para os seus cuidadores (Bernard van Leer Foundation, 2017).

Assim, surge a Urban95, uma rede global de cidades que recebem apoio técnico, formação e apoio financeiro para melhorar os espaços urbanos a partir da perspectiva dos bebês, das crianças pequenas e seus cuidadores. Atualmente, são 27 cidades que compõem a rede Urban95 no Brasil e que recebem incentivo para o desenvolvimento de políticas públicas que priorizam a primeira infância e o envolvimento da comunidade no planejamento urbano. Uma das linhas de ação é a criação de espaços verdes e de lazer com propósito de serem mais seguros, acessíveis e adequados para as crianças.

No caso da cidade de Jundiaí, segundo o Troncoso (2023), sócia do Ateliê Navio, escritório de arquitetura que desenvolveu o projeto, a iniciativa da Área da Infância surgiu em busca de resolver a preocupação dos cuidadores em relação à velocidade do tráfego e a exposição das crianças ao movimento de veículos nos entornos escolares. A partir disso, a intervenção objetivou incentivar a mobilidade ativa, através de extensões de calçadas, criação de ciclovias e inserção de elementos lúdicos que envolvessem as crianças ao contato com o brincar ao ar livre.

Sendo assim, a Área da Infância foi baseada por três pilares: (1) um equipamento público de atendimento às famílias; (2) um parque naturalizado, para o brincar em contato com a natureza; (3) uma zona de trânsito calmo feita com elementos lúdicos, com travessias, redução da velocidade, ciclovias e elementos de sinalização (Fig. 22, 23 e 24).



Fig. 22, 23 e 24 - Área da infância em Jundiaí. Fonte: Insurgências 2023, Ursula Troncoso

A metodologia desenvolvida foi baseada na escuta e participação da comunidade, coleta de dados e monitoramento. Foram realizadas oficinas de capacitação com servidores públicos, mini expedições com as crianças pelos trajetos que ligam as escolas ao equipamento público, e aplicação de questionários com os cuidadores acerca da qualidade dos entornos escolares, onde dimensões como a segurança pública e segurança viária foram analisadas. Indicadores de impacto foram definidos e coletados antes e após a intervenção para obter informações como a medição de qualidade do ar, os fluxos de modos ativos e motorizados, a medição da velocidade de automóveis e o sinistros de trânsito (Troncoso, 2023).

Segundo o Troncoso (2023), a Área da Infância em Jundiaí implantou 511m lineares de ciclofaixa, 376m² de pinturas lúdicas e 346m² de ampliação de calçadas, com o aumento de 15% da área para pedestres. Apresentou resultados como uma queda de 50% na velocidade média dos veículos e um aumento de 700% de ciclistas. Essa iniciativa mostra o contexto do desenvolvimento de uma política pública voltada para as crianças e para seus cuidadores, realizada a partir de esforços de diferentes frentes institucionais, como diversas unidades da Prefeitura de Jundiaí envolvidas, junto a Fundação Bernard Van Leer, o escritório Ateliê Navio e demais parceiros.



Fig. 25 e 26 - Antes e depois da intervenção da zona calma em Jundiaí. Fonte: Insurgências 2023, Ursula Troncoso

2.2.3 Estrutura para caracterização e análise das IC

As duas experiências exemplificadas acima mostram a complexidade das intervenções colaborativas, que se manifestam de maneiras diversas e específicas. Através dos processos de colaboração, surgem intervenções não apenas com materialidades distintas, mas que também são influenciadas pelo contexto do território, pela situação existente, pelo objetivo da intervenção, pelos atores envolvidos no processo, pelo tipo de gestão do espaço, entre outros fatores.

Esses elementos, que estão por trás de uma intervenção, não são sempre claros e evidentes, o que motivou a estruturação de uma investigação em busca de compreender melhor alguns dos papéis e limitações das intervenções colaborativas.

Quando o objetivo também gira em torno de reflexões sobre a possibilidade de criação de espaços coletivos, insurgentes e comuns, que versam sobre significados cívicos e políticos, os dois exemplos acima mostram a necessidade de uma investigação mais profunda, que aborde aspectos como a **caracterização do território** em que a intervenção está inserida, a **articulação de atores**, o **tipo de gestão** para a realização da intervenção e uma descrição acerca da sua **materialidade**.

Sendo assim, para orientar essa análise, foram formuladas as seguintes perguntas-chave:

- Onde essas intervenções foram feitas? Por quê? E para quem?
- Por quem? Com que financiamento? E com quais articulações? Como se consolidam os modelos de gestão destas intervenções? Quais são as manutenções e os cuidados que elas requerem?
- Quais são os resultados materiais destas intervenções? Quais são os usos e atividades gerados nestes espaços?

A fim de proporcionar uma leitura comum, utilizamos como referência de ferramenta o livro “**Urbanismo Tático: X ações para transformar cidade**” (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021), que analisa 10 casos de urbanismo tático. O livro aborda especificamente o urbanismo tático, mas como vimos no capítulo anterior, que não é sua única forma do urbanismo colaborativo, estruturamos a uma adaptação tendo em mente os casos abordados neste trabalho. A referência inicia a exposição dos casos com uma ficha de identificação, contendo as seguintes informações: **tática, local, início, atores, financiamento, número de intervenções, tipologia e superfície**.

Acerca especificamente da **tipologia**, os autores propuseram um diagrama que combina dois espectros das intervenções de urbanismo tático que consideramos de importância para análise das intervenções colaborativas. O diagrama trata de uma ferramenta que se adequa para entender as intervenções tanto por ordem elas surgem, se são “iniciadas ou geridas oficialmente (de baixo para cima) ou informalmente (de cima para baixo)”, quanto pela sua temporalidade, “do efêmero ao permanente (do curto prazo ao longo prazo)” (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021).



Após a identificação de cada caso, no livro “Urbanismo Tático: X ações para transformar cidade” há a apresentação das **categorias de análise**, onde foi criada uma matriz analítica composta por um sistema de seis categorias, que pretende dar aspectos práticos às intervenções: (1) situação preexistente; (2) objetivos; (3) tipos de espaço-suporte; (4) atores; (5) programa e elementos de ativação; (6) espacialização. Além dessas, o livro agrega uma descrição do processo de implementação e da situação atual das ações (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021).

No livro, cada categoria contém subitens que surgiram de uma avaliação prévia dos casos e do seu agrupamento por similaridades. Essa mesma lógica de avaliação prévia, foi aplicada previamente nos três casos desta pesquisa como referência para uma visualização comparativa e uma estrutura de texto comum das intervenções, facilitando a leitura das suas particularidades e similaridades (Anexo I).

A referência da matriz analítica utilizada na análise do livro “X ações para transformar cidades” (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021) somado aos questionamentos colocados no início do capítulo nos levou a seguinte estrutura com três tópicos (Fig. 27):

Perguntas-chave para caracterização das intervenções	Categorias de análise do livro “X ações para transformar cidades” (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021)	Estrutura proposta para leitura dos três casos:
<p>Onde essas intervenções foram feitas?</p> <p>Por quê?</p> <p>Para quem?</p>	<p>Situação preexistente</p> <p>Tipo de espaço</p> <p>Objetivos</p>	<p>(1) Situação preexistente e contexto territorial</p> <p>- Situação preexistente</p> <p>- O território</p> <p>- Objetivos</p> <p>-Tipo de espaço</p>
<p>Como foram feitas?</p> <p>Por quem? Com que financiamento? E com quais articulações?</p> <p>Quais são as manutenções e os cuidados que elas requerem?</p>	<p>Atores</p>	<p>(2) Processo de implantação, articulação e gestão</p> <p>- Processo de implantação</p> <p>- Atores</p> <p>- Tipo de gestão</p>
<p>Quais são os resultados materiais destas intervenções?</p> <p>Quais são os usos e atividades gerados nestes espaços?</p>	<p>Programa e os elementos de ativação</p> <p>Espacialização</p>	<p>(3) Materialidade</p> <p>- Programa, usos e atividades</p> <p>- Espacialização</p>

Fig. 27- Tópicos para caracterização e análise das intervenções. Fonte: Autora.

Os tópicos pretendem guiar a investigação de acordo com as respostas das questões e assim, ser possível correlacionar as intervenções não apenas entre si, mas com as reflexões dos espaços coletivos, insurgentes e comuns. Os três tópicos condensam as seguintes caracterizações :

(1) Situação preexistente e contexto territorial

No livro de Sansão-Fontes, Pina e Paiva (2021), a categoria da **situação preexistente** descreve os problemas e desafios que a ação visa resolver. Os exemplos do livro são: problemas de tráfego, acidentes viários, prioridade dos automóveis, excesso de espaços subutilizados e escassez de áreas verdes.



Por exemplo, a experiência da Praça da Nascente se aproxima na categoria de “excesso de espaços subutilizados” e “escassez de áreas verdes”, pois o coletivo Ocupe&Abraça busca revitalizar culturalmente e ambientalmente a área da Praça. Já a experiência da Área da Infância está relacionada aos “problemas de tráfego” e “prioridade dos automó-

veis”, pois visa criar um espaço seguro para a caminhada das crianças e aumentar seu contato com a natureza.

Os **objetivos** representam as soluções propostas para os problemas identificados, Sansão *et al.* (2021) listam objetivos como segurança viária, reorganização do tráfego, pedestralização, criação de espaços de permanência ou produtivos, ocupação de espaços ociosos e melhoria da qualidade do ar. Enquanto os **tipos de espaço** referem-se aos suportes físicos apropriados pelas ações. Eles incluem interseção viária, área residual, vaga para veículos, lote vazio, caixa de rua e praça.



Essas três categorias se agregam no que chamamos de “Situação preexistente e contexto territorial”, que visa mostrar além da situação preexistente, os objetivos e tipo de espaço-suporte, o **contexto do território** que recebeu a intervenção. A partir da descrição da forma de ocupação do território, de suas características físicas e de como ele é apropriado e utilizado pelos seus habitantes. Nesta parte também foi agregada reflexões acerca da convivência e conflitos existentes no território.

(2) Processo de implantação, articulação e gestão

Sansão-Fontes, Pina e Paiva (2021) descreveram nos **processos de implantação** as etapas das ações, suas fases e atores envolvidos. Na categoria dos **atores**, os autores incluem os diversos grupos sociais que participam das intervenções, que podem variar seguindo os seguintes subitens:

Poder público - Instituição representativa, como prefeituras, governos, secretarias etc.

Setor privado - Pessoa física ou jurídica que atua de forma independente do Estado.

ONG - Organização não governamental, sem fins lucrativos e, geralmente, com atuação direcionada a políticas sociais.

Instituição de ensino - Órgão de cunho educacional e pedagógico, de caráter público ou privado, como escolas, universidades e institutos.

Associação - Organização resultante da reunião legal entre entes físicos ou jurídicos, sem fins lucrativos, com um objetivo comum, como associação de moradores.

Comunidade - Cidadãos comuns que não configuram um agrupamento organizado (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021, p. 40-41).



Além da descrição do processo de implantação e da articulação, que versa sobre os atores envolvidos nas intervenções, adicionamos um tópico sobre a **gestão do espaço**, que envolve a manutenção e os cuidados das ações. Sendo assim, em tipo de gestão, o objetivo foi o de descrever como ocorre o gerenciamento das intervenções, sua manutenção e cuidados, podendo ser feitos pela **gestão pública** (por órgãos, entidades e serviços públicos), pela comunidade (**autogestão**, onde a comunidade tem a autonomia e controle da intervenção) ou por meio de **gestão compartilhada** (que envolve o com-

partilhamento de responsabilidades entre atores).

(3) Materialidade

Essa categoria tem o objetivo de mostrar como a intervenção assume sua materialidade e escala na cidade. Sansão-Fontes; Pina; Paiva (2021) utilizam o termo “programa e elementos de ativação”, para se referir às ações físicas e atividades propostas em cada ação tática. Como muitas intervenções colaborativas têm caráter permanente, adequamos para a **programa, usos e atividades**, neste ponto, também abordaremos reflexões sobre a acessibilidade e a coexistência de usuários nas intervenções.



Enquanto, a **espacialização** diz respeito à organização física da intervenção e sua disseminação (ou não) pela cidade.



Na figura abaixo consta ilustração da estrutura de análise proposta (Fig. 28):

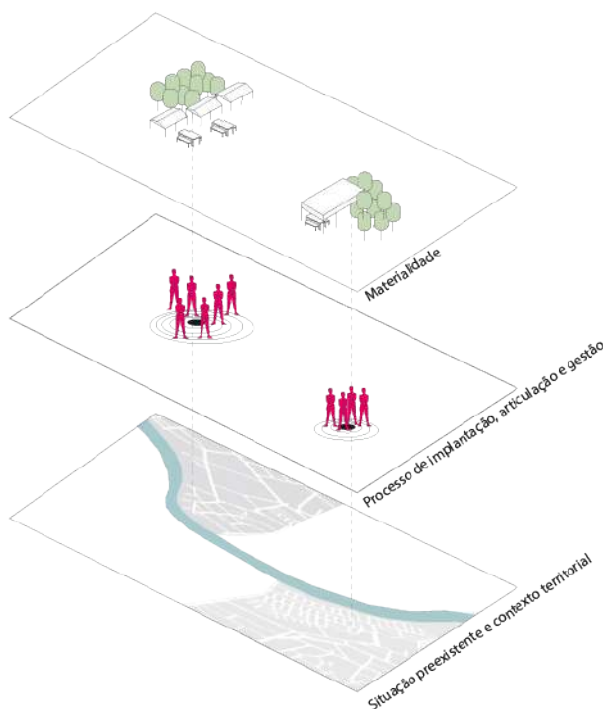
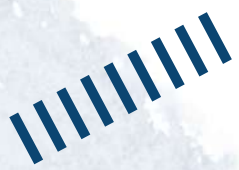
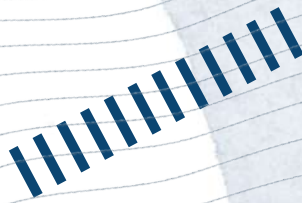
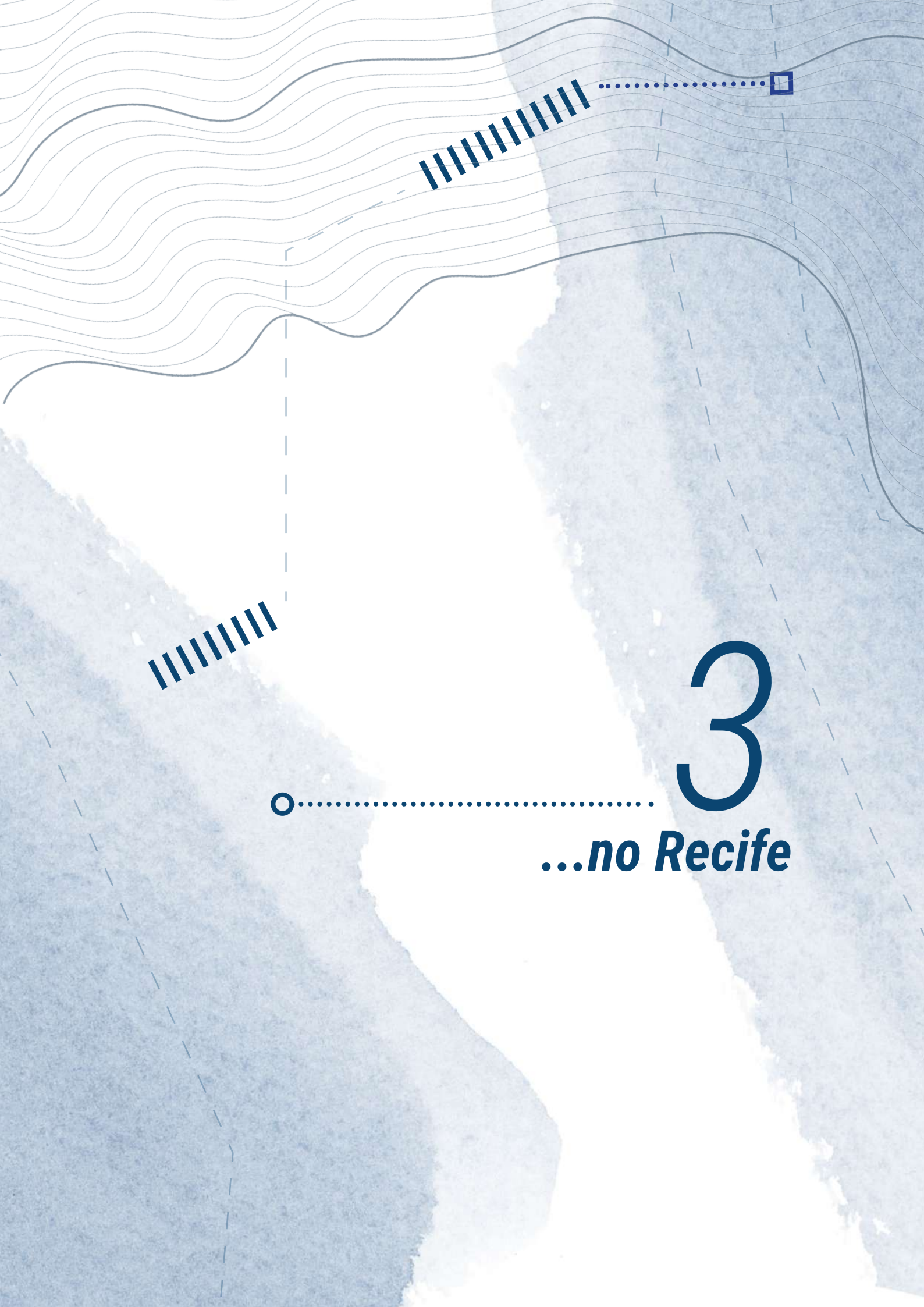


Fig. 28 - Ilustração para caracterização e análise das intervenções. Fonte: Autora.

*Todos os pictogramas ilustrados nesta seção foram retirados do livro de Sansão-Fontes; Pina; Paiva (2021)



3

...no Recife



Este capítulo apresenta o recorte espacial escolhido: a cidade do **Recife*** (Pernambuco, Brasil), que consiste em um interessante recorte espacial para a análise das intervenções colaborativas devido à intensificação de projetos e experiências nos espaços públicos ocorrida na última década. Observamos a implementação de intervenções, a partir de processos de colaboração entre diversos atores sociais, como poder público, universidade, moradores, associações, entre outras organizações. Este capítulo se divide em duas partes:

(1) O Recife do passado e o Recife hoje, na qual vamos discutir brevemente o processo histórico de formação urbana da cidade, apresentando partir de um breve resumo dos fatos que estruturaram a cidade desde sua constituição até o século XXI. Em seguida, será realizada uma investigação mais aprofundada dos planos, projetos e experiências que fomentaram intervenções na cidade. Finalmente, discorreremos a respeito de um levantamento de intervenções colaborativas nos espaços públicos que abrange intervenções de 2011 a 2023, assim como da espacialização de alguma delas na cidade.

(2) Intervenções colaborativas, que conterà três estudos de casos selecionados para representar diferentes abordagens de colaboração em diferentes territórios. Dois deles partem de baixo para cima: a **Rioteca da Vila de Santa Luzia** e o **Jardim Secreto do Poço da Panela**; e o terceiro sobre as **Praças das Infância**, projeto da Prefeitura do Recife, parte de cima para baixo.

*Recife - Localização e caracterização

Recife é a capital do Estado de Pernambuco, localizada na Região Nordeste do Brasil (Fig. 29). Segundo dados do IBGE 2022, é a 9ª maior cidade do país, com cerca de 1.488.920 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 218,843 km², o que totaliza uma densidade de 6.803,60 hab./km². O município compõe, junto a treze outros, a Região Metropolitana do Recife e é dividido em seis regiões políticas administrativas.



Fig. 29 - Localização do Recife. Fonte: Autora.

3.1 O RECIFE NO PASSADO E O RECIFE HOJE

A presente seção aborda a história e a evolução urbana do Recife, destacando a influência das águas em sua formação e em seu desenvolvimento. Fundada em 1537, a cidade teve seu início marcado pelas colonizações portuguesa e holandesa, com destaque para a cultura da cana-de-açúcar, que impulsionou seu crescimento. Durante o período holandês (1630-1654), o Recife foi capital do Império Holandês no Brasil, passando por transformações urbanísticas significativas (Reynaldo; Alves, 2013). A partir do século XIX, com o desenvolvimento dos transportes coletivos, novos núcleos foram estimulados e o Rio Capibaribe foi um elemento estruturador na formação urbana até o surgimento de outras vias de circulação (Villaça, 1998). No século XX, a cidade passou por processos de verticalização e de expansão intensa, resultando em modificações ambientais significativas.

Marcada pela ocupação de áreas de morro, planícies alagadas e margens dos rios por populações pobres, com os mocambos e as palafitas, a localidade foi revelando desigualdades estruturais. Considerada ambientalmente frágil, a cidade do Recife é a mais vulnerável do Brasil aos efeitos das mudanças climáticas (ICLEI, 2019). Sua verticalização contínua evidencia conflitos entre a preservação da identidade urbana e os interesses do capital imobiliário.

No final do século XX, a cidade experimentou um intenso processo marcado pela verticalização, especulação imobiliária e pela privatização do espaço público. Movimentos da sociedade civil, como o Direitos Urbanos - Recife, surgiram em busca de novas formas de participação local. Além disso, planos e projetos foram desenvolvidos, como o Recife Exchanges, o Projeto Parque Capibaribe, o Plano Centro Cidadão, da Unicap, e o Plano Recife 500 anos, com o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano de forma mais sustentável e inclusiva.

Essas iniciativas refletem uma tendência de envolvimento de diversos setores nas questões urbanas, priorizando a mobilidade ativa, o resgate do espaço público e a busca por uma cidade mais inclusiva, ecológica e respeitosa com a própria história. Sendo assim, pretendemos contextualizar o tempo presente do Recife por meio de um olhar para trás, para o passado.

3.1.1 Breve histórico e formação urbana

E essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espriam remansosos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados - mistura ainda incerta de terra e de água - que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas (Castro, 1954 apud Rezende, 2002, p. 22).

O trecho acima é uma descrição feita pelo cientista e pesquisador pernambucano Josué de Castro (1954) a respeito do espaço físico onde foi embasada a cidade do Recife. Fundada em 1537, nessa configuração de planície alagada, cortada por rios, o início da sua história urbana é marcada pela presença dos portugueses e dos holandeses. Sob a in-

fluência das águas, a cultura da cana-de-açúcar garantiu a riqueza do domínio europeu e influenciou o crescimento da cidade, estruturada a partir dos caminhos que conectavam os engenhos de açúcar até ao porto.

No século XVI, durante o início da colonização portuguesa, Olinda, a cidade vizinha, era a capital da capitania de Pernambuco, enquanto Recife era apenas um povoado de pescadores, onde foi construído o porto para embarque da produção açucareira em direção ao continente europeu. Segundo Reynaldo e Alves (2013), o processo de urbanização da cidade iniciou-se efetivamente a partir de 1630, quando os holandeses ocuparam o território e realizaram transformações urbanísticas na cidade.

Reynaldo e Alves (2013) apontam alguns exemplos da urbanização durante o período de domínio holandês (1630-1654), no qual um plano urbano foi estabelecido e equipamentos e edifícios significativos foram construídos. O que fez com que, em 1642, o Recife se tornasse a capital do Império Holandês no Brasil. A presença flamenga alavancou a urbanização da cidade, que foi continuada pelos portugueses após a reconquista do território em 1654 até o fim do século XVIII.

Nesse período, o núcleo central da cidade do Recife, onde estava a cidade-porto, foi se estendendo ao continente, próximo às áreas em que estavam conformados os antigos engenhos. Muitos localizados às margens dos rios Capibaribe e Beberibe, de onde era escoada a produção de açúcar. Nas **margens do Capibaribe**, foram se estabelecendo pequenos núcleos de povoamento, onde instalou-se a aristocracia recifense (Fig. 30). O Capibaribe exercia influência na instalação das residências e no transporte de pessoas e mercadorias, sendo conhecido pelas atividades de lazer e pelos banhos medicinais. Segundo informações divulgadas à época, as águas do rio tinham poderes curativos (Halley, 2013; Villaça, 1998).

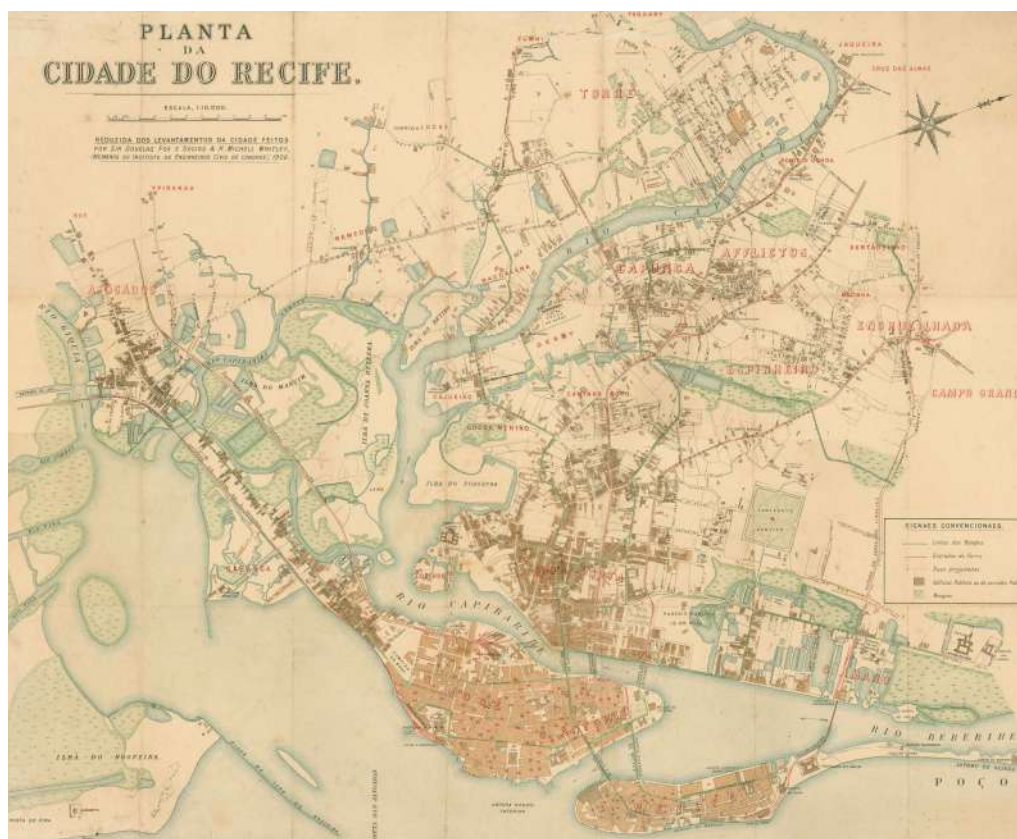


Fig. 30 - Mapa do Recife (1906). Fonte: Site Labtopope, mapa por Douglas Fox e H. Michell Whitley.

No decorrer do século XIX, quando se iniciou o desenvolvimento e implantação de transportes coletivos urbanos, outros núcleos intermediários foram estimulados a se desenvolver e configurar o que viriam a ser os bairros do Recife. O Capibaribe, principal elemento estruturador do período, começou a ter menos importância com a implantação de outras vias de circulação, entretanto, a influência do rio como marca da fisionomia da cidade continuava inegável, segundo Villaça (1998, p. 214) “três gerações de sistemas de transporte se sucederam naquele eixo [do Capibaribe], reforçando a estrutura urbana herdada do sistema anterior: o hidroviário, os caminhos por onde transitavam os ônibus e as estradas de ferro” (Halley, 2013; Villaça, 1998).

Com efeito, o Capibaribe estruturava a cidade até o século XIX, quando novas possibilidades de transporte permitiram o seu crescimento em outras direções da cidade. A modernização, a crise do ciclo de açúcar e o início da industrialização contribuíram para a intensificação da expansão urbana, o que resultou em modificações do ambiente natural em ambiente construído, com o exemplo das áreas de mangues e alagados aterradas (Pontual, 2001).

Na cidade que as águas exercem grande influência em sua constituição, além da burguesia, que se consolidou ao longo do Rio Capibaribe, outras realidades sociais foram atravessadas pela água: como os mocambos. O termo “mocambos” refere-se as moradias pobres que se consolidaram às margens dos rios, em ilhas e embaixo de pontes, nas áreas alagadas e manguezais. No final da década de 1920, eles passaram a ser objetos de intervenção estatal e uma política de erradicação foi iniciada na década de 1930, conhecida como Liga Social Contra o Mocambo¹, que tinha como objetivo extinguir essas habitações e incentivar a construção de casas populares. Diante desta política, foram criados bairros nas periferias, e como consequência, outras áreas ambientalmente frágeis foram ocupadas, como os morros (Lira, 1994; Pontual, 2001).

Na década de 1940, a mancha urbana da cidade do Recife atingiu uma forma mais contínua, e a partir de 1950, vias estruturantes, pontes e túneis começaram a ser construídos sob a influência do automóvel individual. Nas décadas de 1960 e 1970, a ocorrência de enchentes e inundações extremas, marcaram um direcionamento do mercado imobiliário para o bairro de Boa Viagem, valorizando a orla da praia para fins residenciais, o que fez que o Recife concentre até os dias de hoje duas áreas de alta renda: uma próxima ao Rio Capibaribe e outra próxima a orla da praia de Boa Viagem (Villaça, 1998).

A partir das décadas seguintes e com mais expressão na década de 1990, a cidade assiste um intenso processo de **verticalização**, normatizado pelos parâmetros definidos pela Lei de Uso Ocupação do Solo de (Lei nº 16.176/1996), que permitiu elevados coeficientes de utilização. Apesar disso, é possível identificar alguns fatos positivos, como o exemplo da Lei do Plano de Regularização Fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis – 1987), que garantiu a consolidação de comunidades pobres em diversas localidades da cidade e fizeram da cidade uma das pioneiras na constituição de instrumentos de reforma urbana (Aries, 2022) (Fig. 31 e 32).

1 Política pública para erradicação dos mocambos, com a construção de vilas populares, promovida durante a Era Vargas.



Fig. 31 - Verticalização no Recife. Fonte: Adelaide Ivanova.

Os anos 1990 também foram marcados pelo medo e pelo aumento da violência urbana, o qual influenciou o padrão de ocupação de prédios com **muros altos**, que formaram paredes cegas nos limites dos lotes. Nessa mesma época, intensificou o surgimento de **shoppings centers** na cidade, opções de “espaços públicos” privados, controlados e voltados ao consumo. O primeiro de grande porte na cidade foi o Shopping Center Recife, inaugurado em 1980. Durante os anos 1990, foram inaugurados o Shopping Guararapes (1993), o Shopping Tacaruna (1996) e o Plaza Shopping Casa Forte (1998) (Farias, 2006).

Esses fatos do século XX revelam uma tendência de formação urbana **homogeneizadora**, associada a um perfil sociocultural de classe média, que se concentra em vivências em espaços controlados: as áreas comuns dos edifícios, o uso de automóveis individuais e espaços fechados privados. Uma experiência caracterizada por fronteiras, que isolam e distanciam parcela dos recifenses dos espaços públicos e afetam a civilidade de grande parte deles.

A cidade também é caracterizada por outras realidades, com a população pobre instalando-se em áreas de morro, planícies alagadas e margens dos rios e canais. Neste último, são conhecidas como **palafitas**, as casas autoconstruídas insalubres e precárias sobre as águas, que também revelam uma das piores facetas da iniquidade territorial na cidade. Essas condições de pobreza e precariedade estão associadas a falta de infraestrutura adequada, e a diversos riscos, como inundações, deslizamento de barreiras, desabamentos e incêndios que tornam os moradores dessas habitações os mais vulneráveis (Fig. 33).

O Recife é considerado **ambientalmente frágil** em sua totalidade, pela sua constituição sobre mangues aterrados e com baixas cotas altimétricas em relação ao nível do



Fig. 32 - Verticalização no Recife. Fonte: Adelaide Ivanova.



Fig. 33 - Palafitas. Fonte: Monteiro *et al*, foto João Urban.

mar. O Recife é, segundo o ICLEI (2019), a cidade mais vulnerável do Brasil e a 16^a do mundo em risco aos efeitos das mudanças climáticas. Devido a incompatibilidade entre a geografia física e os padrões de ocupação propostos, essa crise ambiental também está associada as construções voltadas para classe média.

O adensamento de áreas específicas da cidade sem preocupar-se com o bem-estar dos seus habitantes mostra o protagonismo do **capital imobiliário** na estruturação do espaço urbano. Além disso, essa verticalização contínua na cidade escancara conflitos a respeito da destruição de antigas residências, comércios locais e outras edificações simbólicas para a memória e subjetividade dos recifenses. Não é à toa, que essas disputas entre as construções novas e a preservação da identidade urbana são representadas em filmes do cinema pernambucano, como *Aquarius* (2016) do diretor Kleber Mendonça Filho. Além do cinema, a própria temática “da cidade” também está presente musicalmente em famosas canções que acompanham gerações de recifenses, como as do grupo Chico Science e Nação Zumbi, que une em suas canções elementos da paisagem da cidade do Recife a críticas sociais: “a cidade não para, a cidade só cresce, o de cima sobe, e o de baixo desce”.

Essas representações artísticas são só alguns exemplos de uma diversidade cultural presente na cidade, com diversas tradições que despertam simbolismos e sentimentos de pertencimento. Como o Carnaval, com a participação plural de diversas classes nos espaços públicos, e em outras festas locais, como o São João, que também ocupa ruas, praças e parques da cidade. Essas **manifestações culturais**, além de produzirem impactos nas relações entre pessoas e espaços públicos, possuem legados sociais e políticos em diversas comunidades da cidade.

São resistências que nos mostra a necessidade de incluir múltiplas representatividades da cidade nos projetos urbanos, além do desafio de se pensar em formas mais propícias à pluralidade da cidade e menos restritivas e homogeneizadoras de intervir. Todo esse resumo teve o objetivo de mostrar brevemente o processo histórico de ocupação da cidade, que possui uma herança cultural profunda e diversa.

3.1.2 Planos, projetos e experiências nos espaços públicos

Bem representadas nas músicas, livros e filmes pernambucanos, os desafios urbanos da cidade - como a verticalização excessiva, a fragilidade ambiental, a degradação dos espaços públicos e a ineficiência da mobilidade na cidade - afligem muitos recifenses que, facilitados pelos ambientes virtuais das redes sociais, favoreceram, por volta de 2010, a multiplicação de **movimentos da sociedade civil** em busca de novas formas de participação na cidade.

Um desses exemplos foi o grupo Direitos Urbanos - Recife, que surgiu a partir de reivindicações por espaços de participação nas decisões políticas que interferem na cidade. O grupo mobilizou ações, como o exemplo da ação pelo tombamento por um edifício simbólico na Avenida Boa Viagem, o Edifício Caiçara (2014) e o Movimento Ocupe Estelita (2012), voltado a impedir um projeto imobiliário, que fomentou uma série de ações e discussões, reunindo muitos setores da sociedade.

Esse período também teve como marco a elaboração de planos e projetos para a cidade, frutos de experiências acadêmicas de ensino e pesquisa com profissionais, que se envolveram para criar orientações para a cidade. Muitos destas experiências, fomentaram

projetos de espaços públicos para a cidade, que nesta dissertação chamamos de **intervenções colaborativas**.

Alguns exemplos foram o Recife Exchanges (2011), que iniciou um movimento de debate, o Projeto Parque Capibaribe (2013), o Plano Centro Cidadão da Unicap (2014) e o Plano Recife 500 anos (2018), que serão caracterizados a seguir:

Recife Exchanges

A iniciativa de docentes do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para estimular discussões urbanas deu início em 2011 ao Recife Exchanges, um ciclo de ações pautado na tríade ensino, pesquisa e extensão. O marco inicial desse processo foi o Recife Exchange Amsterdam, um evento realizado nas capitais pernambucana e holandesa entre os anos de 2011 e 2012, numa parceria entre a UFPE e o Architecture Center Amsterdam. Esse intercâmbio entre as cidades proporcionou o início de uma série de debates acerca da necessidade de olhar para os elementos do Recife, primordialmente para a rede hídrica como um elemento estruturador potencial para condução de transformações em diversas porções da cidade. É nesse contexto que os corpos d'água do Recife sobretudo e seus rios, Capibaribe, Beberibe e Tejiipió começaram a ser valorizados para além de sua orientação histórica de formação da cidade, e sim como elementos norteadores para planos e projetos futuros, como o Plano Recife 500 anos e o Projeto Parque Capibaribe (Montezuma *et al*, 2024).

Projeto Parque Capibaribe (PPC)

Em 2013, a Prefeitura da Cidade do Recife, representada pela Secretaria de Meio Ambiente, firmou um convênio técnico com a UFPE, através do grupo de Pesquisa e Inovação para as Cidades (INCITI), a fim de desenvolver o projeto de um parque linear ao longo das margens do rio Capibaribe. Assim, foi iniciado o desenvolvimento do Parque Capibaribe, um projeto que visa a construção de um parque ao longo do rio, com margens variáveis, para abranger uma área de 7,4 mil hectares, buscando atender 42 bairros e beneficiar 445 mil pessoas (Circe Maria Gama *et al*, 2022).

Nesse contexto, a partir do INCITI, uma série de atividades e ações ocorreram nos espaços públicos do Recife, com o intuito de promover discussões e atividades de sensibilização ambiental. Além disso, em 2015, o Recife é selecionado a realizar conferências no âmbito da ação Urban Thinkers Campus (UTC), promovida pela ONU-Habitat para a concepção dos compromissos da Nova Agenda Urbana. Assim, atividades ocorreram nos espaços públicos, como o Workshop Internacional Urban Labs, Workshop Paisagem Urgente e Urban Thinkers Campus Recife. Essas experiências permitiram a execução de intervenções efêmeras e temporárias que estimulassem a ocupação de determinados espaços da cidade.

Além das atividades associadas ao UTC, outras foram promovidas pelo INCITI, como a Residência Capunga e o Quintal da Capunga, uma imersão localizada entre duas pontes próximas ao Capibaribe. Nessa mesma área, em 2016, ocorreu o Workshop Internacional de Prototipagem Urbana (WIPU), onde foram idealizadas propostas de ativação do espaço. Todas essas atividades tiveram como preceito alinhar as discussões sobre o Parque, com o oferecimento de intervenções temporárias para oferecer outras possibi-

lidades do espaço junto a moradores, trabalhadores, estudantes, pesquisadores e convidados.

Em 2016, ocorre a primeira implantação do Parque Capibaribe a partir do projeto-piloto do **Jardim do Baobá**, situado em um terreno que anteriormente abrigava um estacionamento na margem do Rio. Foi necessária uma articulação entre atores, junto a PCR e INCITI para o resgate do terreno e, anterior à sua implantação, foram realizados eventos regulares chamados Domingo no Baobá, aberto a sociedade se apropriar de dessa margem. Esse período de ativação, propiciou uma avaliação do espaço, para assim iniciar-se a implantação do projeto. Após a experiência piloto, em 2019, se deu o início ao processo de implementação do Parque Capibaribe com o projeto do **Parque das Graças**.

Na área do Parque das Graças, existia um projeto para construção de uma via expressa para veículos nessa área, um projeto dos anos 1980 e que havia sido contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Pavimentação, coordenado pelo Ministério das Cidades, com verba garantida da Caixa Econômica Federal. Frente a essa questão, mobilizada a partir da associação de moradores do bairro, se vislumbrou nesse mesmo lugar a implantação do primeiro trecho do Parque Capibaribe. Diante disso, o INCITI assumiu o papel de mediador do diálogo entre os moradores do bairro e órgãos municipais, e, assim como ocorreu na experiência anterior, fomentou uma série de eventos no território visando a escuta e envolvimento dos moradores (Fig. 33 e 34).

Após dois anos de discussões, a projeto do Parque da Graças passou a ser desenvolvido com o mesmo recurso previsto para o PAC, porém com a perspectiva da mobilidade ativa, oferecendo, além do resgate das margens do rio, a possibilidade do contato da população com o atributo natural da paisagem do Recife. Atualmente, as quatro etapas do Parque das Graças já foram inauguradas (Fig. 35).



Fig. 34 - Projeto previsto para o PAC e projeto executado pelo PPC. Fonte: Monteiro *et al*



Fig. 35 - Trecho do Parque das Graças. Fonte: Recife Cidade Parque, foto Luuk Kramer.

Centro Cidadão

Além da universidade pública, instituições de ensino privadas se engajaram no processo de transformação urbana da cidade do Recife, a exemplo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), que, entre os anos de 2014 e 2018, em parceria com a PCR, desenvolveu o Plano Centro Cidadão, uma compilação de estudos, diretrizes e propostas para o centro expandido continental do Recife. Assim como o Recife Exchanges e as iniciativas que derivaram dele, esse projeto aliou a visão de especialistas à percepção que diversos atores sociais tinham a respeito da área de estudo, culminando numa visão de futuro pautada nas diversas demandas da população. Após a última etapa do projeto, a prefeitura envolveu outros órgãos municipais e parceiros na iniciativa a fim de executar algumas das propostas de desenho urbano sugeridas pelo plano (Fig. 36 e 37).



Fig. 36 e 37 - Antes e depois de intervenção do Projeto Centro Cidadão. Fonte: Canuto *et al.*

Recife 500 anos

Conforme mencionado anteriormente, os intercâmbios promovidos pelo Recife Exchanges se desdobraram em outros projetos, como o Recife 500 anos, uma proposta de planejamento estratégico de longo prazo que adotou como marco temporal o ano de 2037, momento em que a cidade chega aos seus 500 anos. Essa iniciativa tem sido coordenada pela Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES), uma Organização Social (OS)², sem fins lucrativos criada em 2017 qualificada municipalmente através do Decreto 31874/2018. Diante de sua qualificação, a instituição consegue concorrer a convocações públicas e a captação de recursos de diferentes instâncias, como fundos federais e municipais. Inicialmente constituída para o desenvolver uma visão de futuro para o Recife, ao longo do tempo, a ARIES, também passou a conduzir projetos ambientais, voltados a adaptações à crise climática, intervenções em áreas urbanas degradadas, manejo de recursos hídricos, entre outros. Através de parcerias com outras organizações e promovendo articulações entre diferentes atores: poder público, ONGs, instituições de ensino, associações e comunidade, influenciando através da elaboração de estudos e projetos, o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas com os desafios da cidade.

Junto a esses planos e projetos, nos últimos anos, grupos como coletivos e associações foram atuantes nas reivindicações e conscientizações sobre o modo de viver nas cidades. Alguns exemplos são os grupos: Ameciclo; AtelierVivo; Eu quero nadar no Capibaribe (Fig. 38); Jardim Secreto; Coletivo Massapê; Por Amor às Graças; Praias do Capibaribe, entre outros. Alguns desses, realizaram experimentações nos espaços públicos, que foram levantadas e mapeadas e serão detalhadas na próxima seção.

² Segundo a Lei Federal Nº 9.637 de 1998, uma Organização Social (OS) é uma associação, sem fins lucrativos, que podem executar atividades não exclusivas do Estado se suas atividades forem direcionadas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

Além dessa atuação da sociedade, algumas iniciativas de políticas públicas também passaram a institucionalizar intervenções. Alguns exemplos disso são: o Parklet Recife, Programa Mais Vida nos Morros/Mais Vida, o projeto CITInova, o projeto Primeiro a Infância, as ações de Urbanismo Tático promovidas pela Autarquia de Trânsito e Transporte (CTTU), entre outros.

Todas essas iniciativas fomentaram um ecossistema de experimentação e refletiram na intensificação da pauta do “espaço público” na cidade. Essa articulação com setores da sociedade civil diverge da natureza convencional de atuação institucional, que antes era centrada unicamente nos órgãos do poder público. Todas essas iniciativas da cidade do Recife mostram uma tendência de envolvimento sobretudo nos temas de priorização da mobilidade ativa, do resgate ao espaço público, de adaptação e mitigação climática.

Na próxima seção iremos destrinchar algumas dessas **experiências nos espaços públicos** citadas aqui, a partir de um levantamento e mapeamento de ações.

3.1.3 Levantamento de intervenções colaborativas nos espaços públicos

Como forma de fornecer um relato mais completo das intervenções colaborativas no Recife, foi realizado um levantamento de intervenções e projetos com o objetivo de abranger o máximo possível da cidade. O levantamento buscou abordar a cidade inteira, localizando intervenções a partir do Portal de Dados Abertos da Prefeitura do Recife e da observação direta, da pesquisa em sites de notícias tradicionais (jornais e revistas online), em redes sociais (posts no Facebook e Instagram), publicações acadêmicas relacionadas ao urbanismo, e, por fim, agregamos intervenções que foram submetidas à convocatória “Experiências Insurgentes”.

O levantamento teve como objetivo mapear algumas intervenções nos espaços públicos onde, supostamente, ocorreu o envolvimento de diversos atores em processos de “colaboração”.

É importante pontuar que diversas intervenções colaborativas realizadas por movimentos sociais, que possuem modelos valiosos de organização, colaboração e conhecimento técnico, não foram agregadas neste trabalho, que deu um enfoque àquelas relacionadas ao âmbito institucional. Ou seja, aquelas que se relacionam de alguma forma com o poder público ou com atores como setor privado, ONGs e instituições de ensino.



Fig. 38 - Eu quero nadar no Capibaribe. E você? Fonte: Eu Quero Nadar no Capibaribe (facebook)

Praias do Capibaribe (2011)

O Praias do Capibaribe surgiu em 2011, inicialmente como um evento às margens do Rio, no jardim do Museu Murillo La Greca, e se expandiu como um coletivo que atuou em cerca de quarenta ações até janeiro de 2018. Durante esse período, ativações foram realizadas no espaço público da cidade do Recife, ao longo do curso do rio, com profissionais voluntários de diversas áreas, como arquitetura, design, comunicação, artes visuais etc. O intuito da ação foi o de conectar as pessoas com o rio, a partir de discussões e experiências abordando conceitos como educação ambiental, prototipagem de mobiliário urbano, urbanismo tático, entre outros (Paes, 2020) (Fig. 39, 40 e 41).

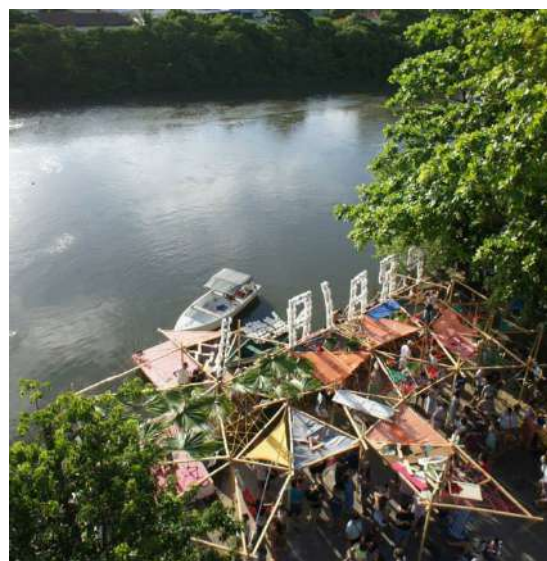
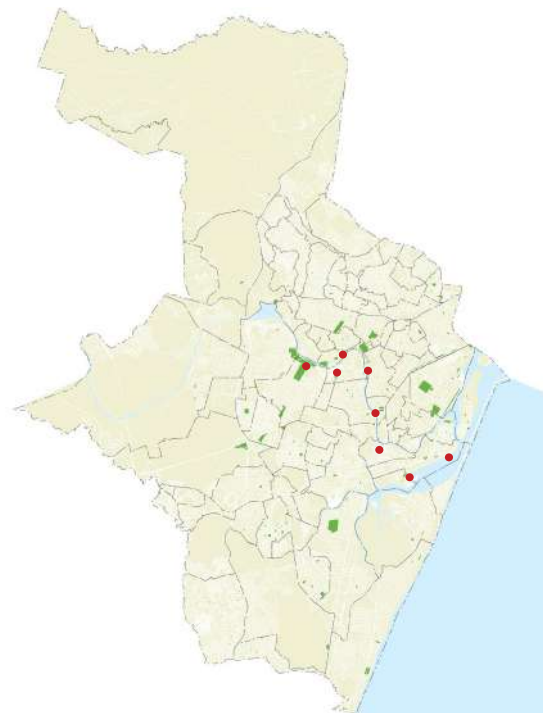


Fig. 39, 40 e 41- Workshop Mobiliário das Praias do Capibaribe Fonte: Praias do Capibaribe, foto PC.

Parklet Recife (2014)

Os Parklets Recife são extensões temporárias do passeio público que transformam vagas de estacionamento em espaços de convivência. Tendências em outras cidades, no Recife, se iniciou em 2014, promovendo uma alternativa de uso ao espaço destinado ao automóvel. Em 2015, a partir do decreto municipal 28.886/2015, os Parklets Recife foram regulamentados, com a providência de solicitar a autorização e orientações para sua instalação. Segundo a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, em 2024, apenas 10 estabelecimentos comerciais da cidade têm a licença para a instalação do parklet (Moraes, 2024) (Fig. 42). *A prefeitura não disponibiliza as localizações dos parklets no seu Portal de Dados Abertos.



Fig. 42 - Parklet no bairro da Jaqueira. Fonte: PCR, foto Wesley D'Almeida.

Horta Comunitária de Casa Amarela (2015)

A Horta Comunitária de Casa Amarela surge a partir da mobilização de vizinhos a uma área residual na beira do canal do Arruda, na Zona Norte do Recife. O local era utilizado como espaços de descarte incorreto de lixo e metralha e foi transformado em horta no início de 2015, através dos mutirões organizados pelos moradores. A área residual transformou-se em um espaço de lazer e convívio a partir da reutilização de materiais para a composição dos canteiros, vasos e bancos, e da plantação de ervas, plantas frutíferas e ornamentais. Em 2018, a Horta de Casa Amarela teve uma diminuição gradativa das suas atividades até que, em 2020, teve suas atividades retomadas após a implantação e reforma do espaço em praça pela Prefeitura. Hoje, o espaço funciona como praça e ainda possui frutíferas e ervas, que são mantidas voluntariamente pelos vizinhos. O grupo realiza celebrações e atividades culturais no espaço, como blocos de carnavais e apresentações culturais (Lins, 2020; 2023) (Fig. 43, 44 e 45).

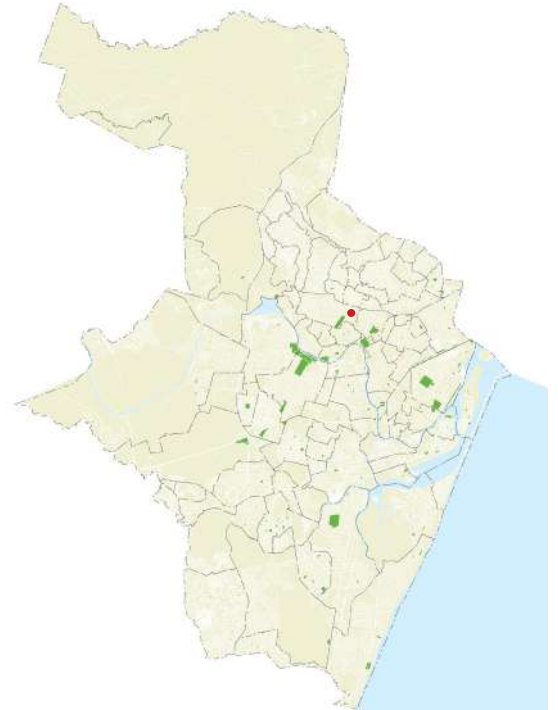


Fig. 43, 44 e 45 - A Horta de Casa Amarela em 2016, 2018 e 2024. Fonte: Paulo Guerra, Juliana Oliveira/Rádio Jornal e Google Street View.

Projeto Parque Capibaribe (2016)

O primeiro trecho do PPC foi o Jardim do Baobá, executado como um projeto-piloto no final de 2016 pela Prefeitura do Recife. Localizado próximo do Ponte D'Uchoa, um baobá centenário ficava por trás do muro de um estacionamento de um estabelecimento privado. Além da articulação para resgate do terreno, a Prefeitura do Recife junto à UFPE promoveu uma série de eventos e ativações no espaço antes do desenvolvimento do projeto (Fig. 46, 47 e 48). Essa mesma metologia de concepção, ocupação e transformação ativa dos espaços foi realizada nos trechos do Memorial de Medicina no Derby e no Parque das Graças, realizado em quatro etapas (Fig. 49, 50 e 51) (Monteiro *et al*, 2022).

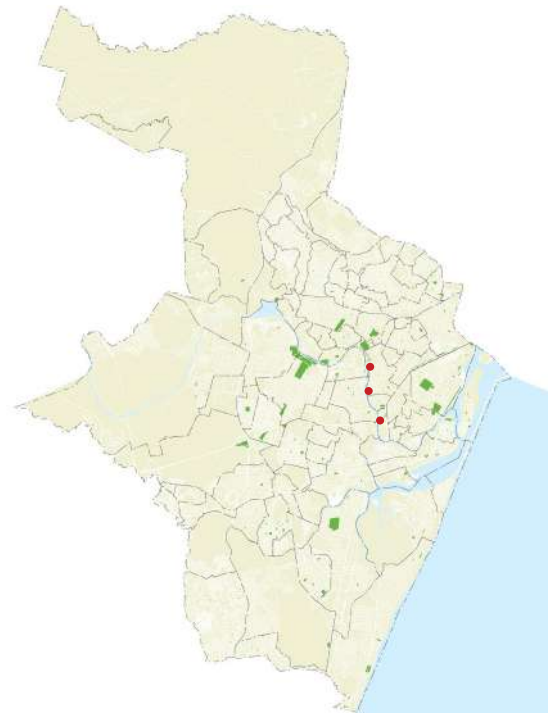


Fig. 46, 47 e 48 - Jardim do Baobá, antes, durante ativação e depois de implantado. Fonte: Recife Cidade Parque.



Fig. 49, 50 e 51 - Parque das Graças. Fonte: Autora.

Mais Vida nos Morros / Mais Vida (2016)

O Programa Mais Vida nos Morros³ foi iniciado em dezembro de 2015 pela Secretaria Executiva de Inovação Urbana e propõe uma política pública de inovação e resiliência urbana. Um dos seus focos é o de, a partir da transformação do espaço urbano, pela pintura, intervenções de baixo custo e rápida implementação, provocar uma mudança de comportamento dos moradores em relação a sua comunidade. Atualmente, o programa estendeu a planície e se chama “Mais Vida”. A Secretaria que conduz o Mais Vida é responsável também pelos projetos Colorindo Recife, ReciclaMais e Tá Aprumado. Segundo a gestão municipal, essas políticas buscam soluções que fomentam “o amor pela cidade, o sentimento de pertencimento, a pedagogia urbana, a cidadania ativa, a integração socioeconômica e a primeira infância”⁴ (Fig. 52 e 53).

*A Prefeitura do Recife não disponibiliza as localizações das intervenções do programa no Portal de Dados Abertos.



Fig. 52 e 53 - Mais Vida na Ilha de Deus. Fonte: Raynaia Uchôa, PCR.

3 Prefeitura do Recife. Mais Vida nos Morros. Disponível em: <https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

4 Prefeitura do Recife. Secretaria Executiva de Inovação Urbana. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-executiva-de-inovacao-urbana>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Coletivo Massapê (2018)

O Massapê é uma organização iniciada em 2018 por estudantes de arquitetura e urbanismo, hoje formados, que realizam intervenções nos espaços públicos como ferramenta de fortalecimento de cultura coletiva, integração e educação. Algumas de suas ações foi a Horta Comunitária Vila Santa Luzia realizada em 2018 através da parceria da ONG CEPAS (Centro de Educação Popular e Assistência Social de Pernambuco). O Parque Caranguejo, localizado na Comunidade do Bode, em parceria com a iniciativa comunitária Livroteca Brincante do Pina. E o projeto Pulsa Bairro, através de uma iniciativa do Instituto Shopping Recife na comunidade Entra Apulso (Fig. 54, 55 e 56) (Massapê, 2022).

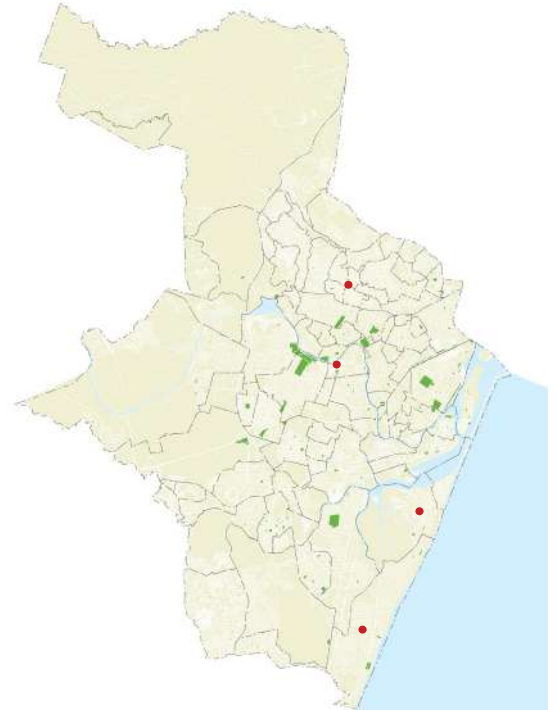


Fig. 54, 55 e 56 - Parque Caranguejo, Horta de Santa Luzia e Projeto Pulsa Bairro. Fonte: Massapê.

Primeiro a Infância (2020)

O projeto Primeiro a Infância⁵ é uma iniciativa Urban95, realizado pela parceria entre a organização internacional Fundação Bernard Van Leer e a organização social municipal Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES), com articulação com a Prefeitura do Recife. Foram desenvolvidas ações voltadas para primeira infância, como praças infantis, implantação de “bebetecas”, bibliotecas para bebês evoluírem em motricidade, espaços de leituras, cursos e formações para profissionais e cuidadores. Os projetos têm capilarização em bairros vulneráveis da cidade (Fig. 57, 58 e 59).

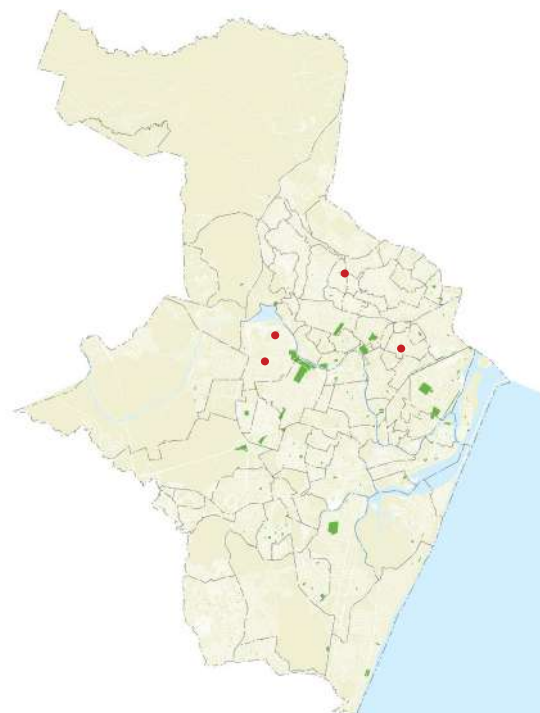


Fig. 57, 58 e 59 - Praça Arari Ferreira na Iputinga e Praça da Árvore em Beberibe. Fonte: ARIES.

⁵ Urban95. Recife, PE. Disponível em: <<https://urban95.org.br/cidade/recife-pe/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CITinova (2020)

O CITinova⁶ é um projeto criado em 2018 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e que em Recife é realizado pela Agência Recife para Inovação e Estratégia e Núcleo de Gestão do Porto Digital (ARIES/Porto Digital). Tem o objetivo de desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e oferecer metodologias e ferramentas de planejamento para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis. No Recife, projetos-piloto foram desenvolvidos próximos ao Rio Capibaribe, como a Urbanização de dois trechos de margem e a construção de Jardins Filtrantes dentro do Parque do Caiara, com fim de tratar a água do Riacho do Cavouco (Fig. 60, 61 e 62).

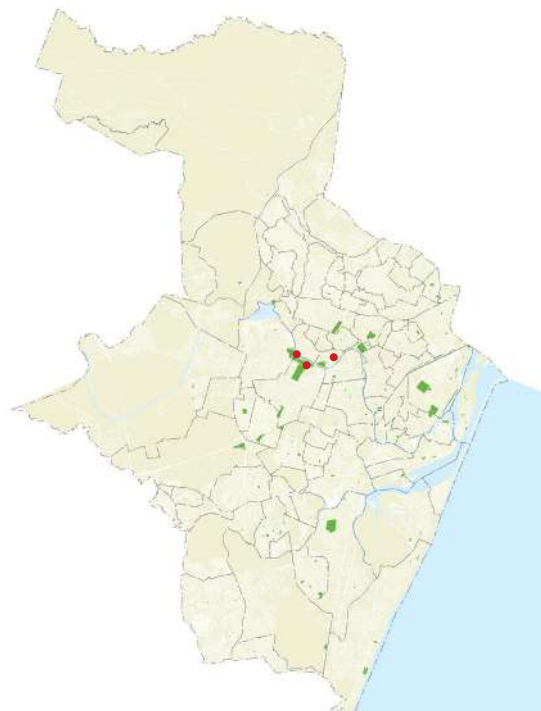


Fig. 60, 61 e 62 - Cais da Vila do Vintém, Cais do Caiara e Jardins Filtrantes. Fonte: ARIES.

⁶ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). CitiNova. Disponível em: <<https://citinova.mcti.gov.br/projeto>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Urbanismo Tático - CTTU (2021)

Desde 2021, a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) tem colocado em prática estratégias do urbanismo tático, através da demarcação de piso, implantação de delimitadores e sinalização, criando áreas prioritárias de pedestres em vias que possuem escassez de calçadas, implantando ciclofaixas e pistas compartilhadas entre pedestres, bicicletas e veículos, com velocidade reduzida regulamentada, além da humanização dos espaços com bancos e plantas. Muitas dessas transformações temporárias de curta e média duração estão condensadas no Manual de Desenho de Ruas do Recife, um projeto desenvolvido pela Gestão Municipal, através da CTTU, com a participação de especialistas da Global Designing Cities Initiative (GDCI), como parte da Iniciativa Bloomberg de Segurança Viária (CTTU, 2023) (Fig. 63, 64 e 65).

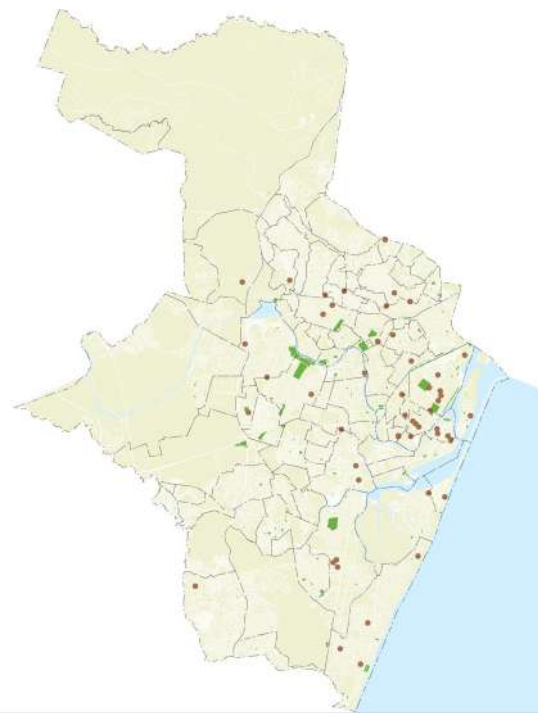


Fig. 63, 64 e 65 - Urbanismo tático em Recife. Fonte: Manuel Desenho de Ruas, foto Samuel Caetano (CTTU) e Lumos Estúdio/GDCI.

Programa Tá Aprumado Praças (2023)

O Programa Tá Aprumado Praças⁷ é um programa da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) e tem como objetivo levar áreas de lazer para o Recife através da inclusão direta da população no processo de tomada de decisão, com uso do aplicativo WhatsApp. O Tá Aprumado Praças tem o objetivo é promover mais qualidade de vida para os cidadãos e fortalecer o senso de comunidade, com um aporte financeiro de R\$ 60 milhões para revitalizar 120 espaços públicos (Fig. 66-70).

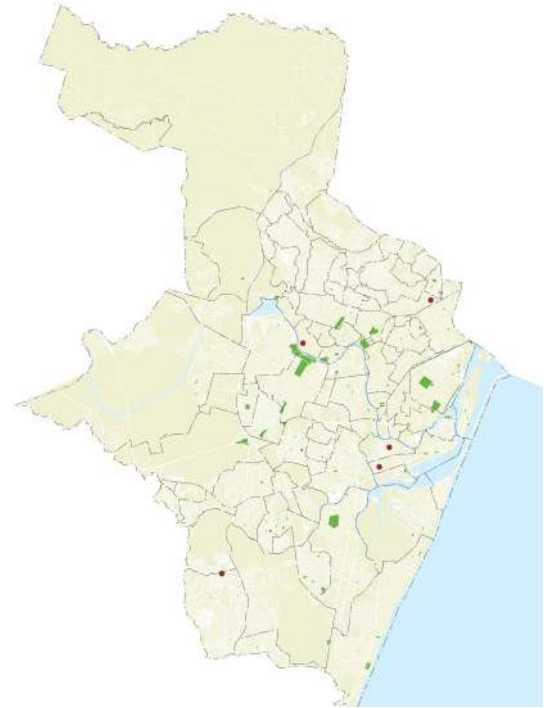


Fig. 66, 67 e 68 - Praça Professor Rui Antunes no bairro Poço da Panela, reformada pelo programa. Fonte: Autora, fotos de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

⁷ Prefeitura do Recife. Tá Aprumado Praças, 2023. Disponível em: <https://taaprumadopracas.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.



Fig. 69 e 70 - Praça no bairro Joana Bezerra criada pelo programa. Fonte: Autora, fotos de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

3.2 TRÊS INTERVENÇÕES COLABORATIVAS

A partir do levantamento realizado, foram selecionados três casos de intervenção para caracterização e análise mais específica. Dois dos casos escolhidos consistem em intervenções mobilizadas por atores locais, que receberam intervenções do poder público e estão localizadas em margens opostas do Rio Capibaribe, evidenciando diferentes realidades sociais. Estes dois casos foram escolhidos com o propósito de entender como a colaboração se materializa em diferentes condições de privilégio. O terceiro caso foi incorporado à pesquisa posteriormente, após coleta na base de dados do Insurgências (2023). Razão disso foram os indicativos de forte capacidade de proliferação em rede e de perspectiva da colaboração no âmbito institucional, com articulação entre órgãos do poder público e outras instituições, como fundações, organizações sociais e comunidade. Um critério para a escolha deste caso, entre os demais presentes no levantamento, foi a quantidade de material disponibilizado online sobre o projeto.

Sendo assim, fez-se necessária a realização de uma pesquisa de campo imersiva, na qual foram conduzidas entrevistas a fim de um exame mais profundo. A perspectiva dos informantes envolvidos nas intervenções se soma à observação direta dos espaços durante as visitas, com descrições e interpretações próprias, além dos estudos de mapas, imagens, vídeos e relatos em fontes jornalísticas.

Os casos escolhidos em Recife foram os seguintes:

- (1) A **RioTeca**, liderada pelo marceneiro Claudemir Amaro da Silva, que transformou objetos descartados em biblioteca e área de lazer para a comunidade em determinado trecho das margens do Rio Capibaribe;
- (2) o **Jardim Secreto**, recuperado e ocupado por voluntários desde 2017, possibilitando um espaço de convívio social e educação ambiental em outro trecho das margens do Capibaribe;
- (3) as **Praças da Infância**, espaços públicos voltados para crianças de 0 a 6 anos, com foco em inclusão, segurança e envolvimento com a cultura local (elas fazem parte do projeto Primeiro a Infância, criado em parceria pela Fundação Bernard Van Leer, ARIES e Prefeitura do Recife).

As entrevistas serviram para complementar, orientar e informar a caracterização das intervenções, os roteiros delas encontram-se no Anexo II. Duas delas, a da RioTeca e a do Jardim Secreto, foram realizadas no segundo semestre de 2021; a referente às Praças da Infância aconteceu em março de 2024.

Nas páginas a seguir, segue uma ficha-resumo com mapeamento e informações dos três casos:

RioTeca (2009; 2020)

A RioTeca surgiu a partir do trabalho do marceneiro Claudemir Amaro da Silva. Desde 2009 ele vem mantendo uma pequena biblioteca pública, reformando cadeiras, mesas e consertando brinquedos infantis dispensados pelos condomínios de edifícios próximos à área, e hoje compõem uma área de convívio e lazer para a comunidade, principalmente para as crianças. A área possui uma biblioteca, um espaço de confraternização e contemplação na margem do Rio Capibaribe que foi reformado pela prefeitura em 2020.

Local: Vila Santa Luiza – bairro da Torre

Início: 2009

Financiamento: A RioTeca foi iniciada por um morador, a partir de recursos próprios e doações. Em 2021, recebeu um projeto da Prefeitura do Recife em parceria com o Setor privado:

Superfície: 956m²

Tipologia:

Abordagem: de baixo para cima

Prazo: longo prazo

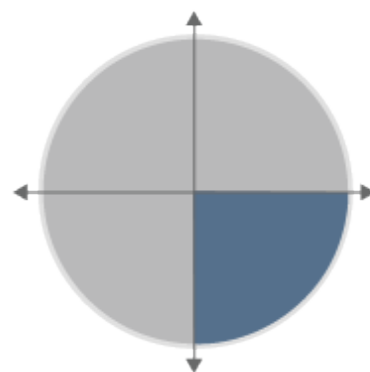
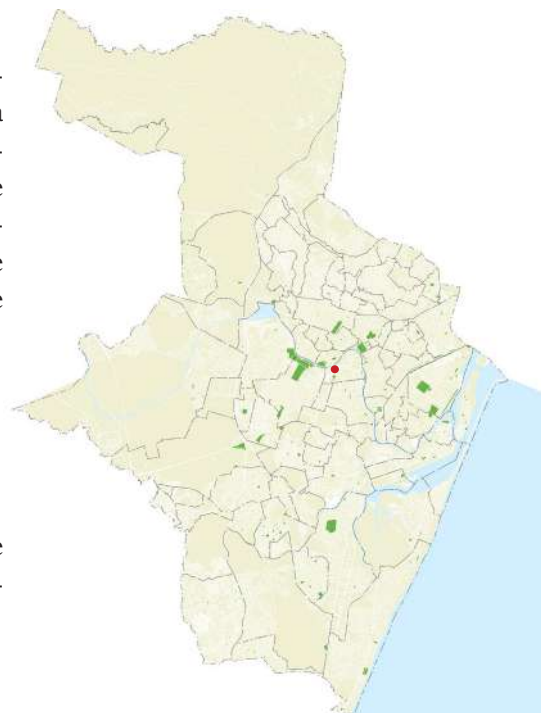


Fig. 71 - RioTeca. Fonte: Autora.

Jardim Secreto (2017)

O Jardim Secreto é uma intervenção às margens do Rio Capibaribe ocupada e recuperada por um coletivo de voluntários desde 2017, o Coletivo Jardim Secreto. O espaço, antes depósito de lixo, foi transformado em uma área de convívio social, acesso à cultura, lazer e educação ambiental. Além da área de convívio, o Coletivo Jardim Secreto realiza ações de agricultura urbana, como plantio de árvores, de hortas orgânicas e compostagem, além de oficinas e atividades culturais abertas a toda a cidade.

Local: Poço da Panela

Início: maio de 2017

Financiamento: Todo recurso financeiro provém de doações de voluntários, através de campanhas de arrecadação e venda de alguns produtos em eventos (camisetas e mudas). A intervenção recebe apoio constante de um edifício vizinho e em 2019, recebeu um projeto da Prefeitura do Recife em parceria com o setor privado.

Superfície: 3000m²

Tipologia:

Abordagem: de baixo para cima

Prazo: longo prazo

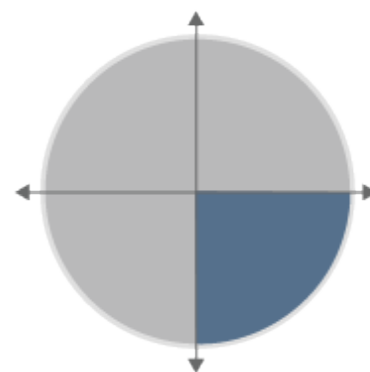
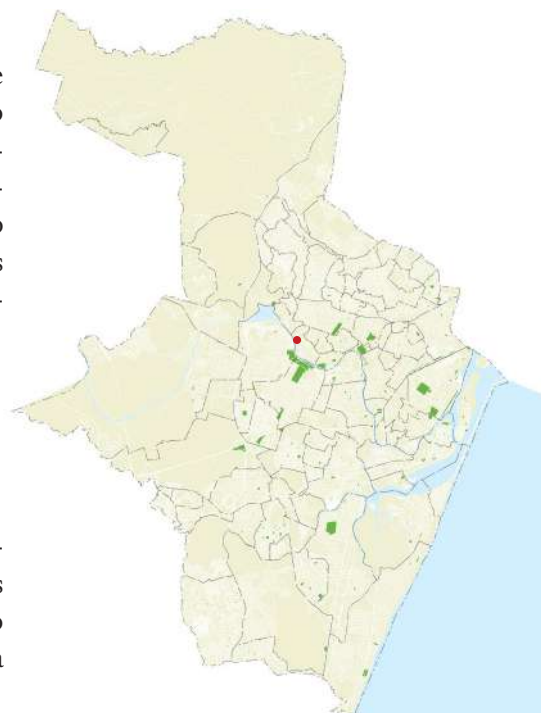


Fig. 72 - Jardim Secreto. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

Praças da Infância (2022)

As Praças da Infância, parte do projeto Primeiro a Infância, criado em parceria pela Fundação Bernard Van Leer, a Agência Recife para Inovação e Estratégia e Prefeitura do Recife, são espaços públicos voltados para crianças de zero a seis anos, com foco em inclusão, segurança e envolvimento com a cultura local.

Local: Vários bairros do Recife.

As praças entregues até março de 2024 são: Praça Dom Miguel Valverde, a Praça do COMPAZ Miguel Arraes, a Praça San Martin e a Praça UR-1.

Início: 2022 – em andamento

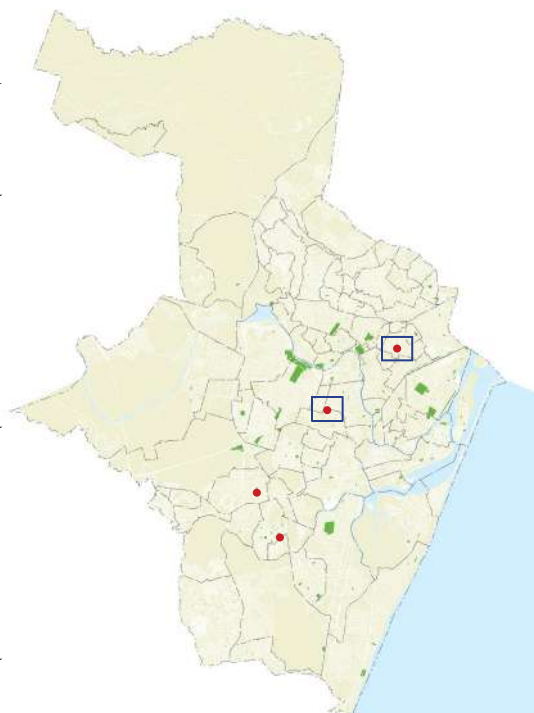
Financiamento: Fundação Bernard Van Leer e Prefeitura do Recife

Superfície: Praça Dom Miguel Valverde (3000m²), a Praça do COMPAZ Miguel Arraes (490 m²), a Praça San Martin (3000m²) e a Praça UR-1 (990m²).

Tipologia:

Abordagem: de cima para baixo

Prazo: longo prazo



■ Praças escolhidas para análise

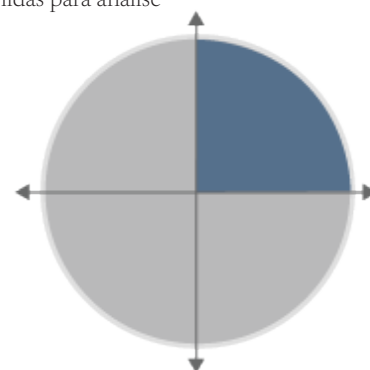


Fig. 73 - Praça da Infância Dom Miguel Valverde. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

3.2.1 RioTeca da Vila Santa Luzia

(1) Situação preexistente e contexto territorial

Situação preexistente

A RioTeca surgiu da ação de um morador da Vila Santa Luzia, chamado Claudemir Amaro¹, que trabalha como marceneiro. Em 2006, a área de margem do Rio Capibaribe na localidade passou por uma intervenção de desapropriação, na qual as habitações em forma de barracos e palafitas foram removidas pela Prefeitura do Recife. As famílias que ali moravam foram transferidas para o Conjunto Habitacional Abençoado por Deus, no bairro da Iputinga, formado por 428 apartamentos e inaugurado em 2008 (Miguel; Lima, 2020)².

Segundo Claudemir (2021)³, a Prefeitura removeu os barracos e palafitas, mas não propôs uma intervenção para a margem. Plantando apenas algumas mudas no local, a gestão negligenciou qualquer tipo de manutenção (como capinação) ou fiscalização, deixando a área passível de reocupações. Atualmente, toda a margem vizinha à da RioTeca se encontra reocupada por habitações vulneráveis, inclusive, entre os barracos e palafitas, são encontrados resquícios de mobiliário de praça, implantados na época da desapropriação.

Foi justamente com o intuito de cessar a proliferação dessas habitações na margem do rio que, em 2009, Claudemir começou a plantar árvores e cuidar do trecho em frente à sua casa, local onde hoje está a RioTeca. Ele deu relatos detalhados a respeito do trabalho de cortar a vegetação que crescia sem a manutenção dos serviços públicos e do início da criação do espaço, utilizando guarda-sóis, troncos de árvores e bobinas de fios de internet para fazer mesas e bancos.

Com o tempo, o morador teve a ideia de criar ali uma biblioteca para a comunidade e, posteriormente, um espaço de lazer voltado para as crianças. O marceneiro construiu uma “casinha” para abrigar a biblioteca, instalou uma estrutura de cobertura com toldo, reformou cadeiras e mesas e consertou brinquedos quebrados dispensados pelos condomínios dos edifícios de classe média próximos à área, todos captados a partir de doações voluntárias.



Fig. 74 - RioTeca em 2019. Fonte: Sérgio Bernardo/JC Imagem

1 Claudemir é natural do município de Rio Formoso, localizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, e morava na zona canavieira, onde trabalhava desde criança como cortador de cana-de-açúcar. Em 1997, mudou-se para morar no Recife.

2 Uma ação pelo programa Recife sem palafitas, uma parceria entre a Prefeitura do Recife e o Ministério das cidades, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3 Informação coletada a partir de entrevista realizada 25/10/2021.

Território - Vila Santa Luzia

A Vila Santa Luzia é como se chama a antiga Vila Operária do bairro da Torre, à margem direita do Rio Capibaribe. O bairro da Torre concentrou até os anos 1970 diversas fábricas e agrupamentos de residências de seus funcionários. Em 1940, a Vila Operária passou a se chamar Vila Santa Luiza em decorrência do sentido “depreciativo” que as vilas operárias passaram a ter para a população diante das falências estruturais das empresas e, em consequência, das difíceis condições de vida dos operários (Guedes, 2018).

A Vila está inserida no bairro da Torre, que concentra diferentes tipos de ocupação, e é circundada por habitações verticalizadas de classe média, o que a torna uma área sob potencial ameaça da pressão imobiliária. Atualmente, Santa Luzia concentra edificações consolidadas de alvenaria tradicionais, abastecidas por infraestrutura e serviços básicos, e habitações em estado vulnerável e insalubre na margem do Rio Capibaribe, conhecidos como barracos e palafitas (Fig. 76).



Fig. 75 - Localização da RioTeca. Fonte: Google Earth.

Essa coexistência de realidades sociais se traduz em conflitos entre os moradores. Alguns deles relatados por Claudemir (2021), que se queixa dos vizinhos que não se envolvem com a iniciativa e reclamam da intervenção, dos usuários que vandalizam o espaço e daqueles que usam caixas de som em volume alto ou fazem uso de drogas ilícitas nas proximidades.

Com relação à oferta de espaços públicos, a Vila possui a Praça Gregório Bezerra e fica próxima a dois parques: o Parque do Caiara e o Parque Santana. Este último está situado na margem oposta à da Vila, mas se conecta com ela a partir de uma passarela para pedestres.

Além da atuação individualizada do morador Claudemir, é válido considerar que a Vila Santa Luzia agrega outras frentes de liderança de alto nível organizacional. Entre 2018 e 2021, foram levantadas as seguintes iniciativas no território:



Fig. 76 - Barracos na Vila Santa Luzia. Fonte: Autora.

1. Horta Comunitária (Coletivo Massapê + CEPAS)

Em 2018, o Coletivo Massapê, formado por arquitetos e urbanistas, e a CEPAS (Centro de Educação Popular e Assistência Social de Pernambuco), ONG que atua desde 1983 no território, implantaram uma horta comunitária ao lado da RioTeca. Foram realizados mapeamentos técnicos, rodas de conversas, oficinas com as crianças e cinemas ao ar livre. Com a mobilização dos moradores do bairro, a proposta de cocriação foi implantada em formato de mutirão a partir de um financiamento do Fundo Casa Socioambiental, organização que apoia iniciativas da sociedade civil. O objetivo da intervenção foi o de “impulsionar a participação cidadã no uso, cuidado e gestão dos espaços públicos, buscando solucionar algumas deficiências relativas ao aproveitamento sustentável do espaço, bem como trazer novas perspectivas da sustentabilidade ambiental na construção urbana” (Massapê, 2020) (Fig. 55). Atualmente, a horta se encontra desativada.

2. Bota Pra Rodar (AmeCiclo + CEPAS)

Bota Pra Rodar é um projeto da AmeCiclo (Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife) em parceria com a ONG CEPAS implantado em 2021 na Vila de Santa Luzia. Ele consiste em um sistema comunitário de compartilhamento de bicicletas autogestionado pela própria comunidade. Além da reforma de bicicletas usadas e doadas, o Bota Pra Rodar visa a uma integração comunitária por meio de rodas de diálogos e oficinas de mecânica básica e empreendedorismo. A autogestão do sistema de compartilhamento é viabilizada por um aplicativo desenvolvido exclusivamente para o projeto. Para eles, a iniciativa fortalece a cultura da bicicleta, promove a autonomia das mulheres periféricas e permite a troca de conhecimentos sobre cidadania, coletividade e mecânica de bicicletas (AmeCiclo, 2021).

3. Cozinha Solidária (MTST Pernambuco)

Também em 2021, diante do problema da fome, agravado desde o início da pandemia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) instalou cozinhas em todo o território nacional para oferecer refeições diárias a moradores em situação de vulnerabilidade social. No estado de Pernambuco, o movimento social ocupou o antigo Núcleo de Triagem de Recicláveis, localizado na Vila Santa Luzia, convertendo-o em cozinha e horta comunitária. Para a viabilização do espaço, o grupo realizou pintura, limpeza e reparos estruturais na edificação que abrigaria a cozinha e implantou a horta para o autoabastecimento na área externa. Além disso, foi realizado um cadastro para mapeamento do perfil socioeconômico das famílias a serem atendidas pelo projeto (Fig. 77) (Carneiro, 2021).

Todas essas iniciativas, formam um ecossistema com diferentes linhas de ação de grande relevância para o fortalecimento da comunidade da Vila Santa Luzia, tornando-o um território consolidado de luta e resistência. No mesmo sentido, a intervenção da RioTeca se insere no contexto de margem esquecida pelo poder público, principalmente no período em que o Rio Capibaribe ainda não havia se tornado uma opção interessante para a implantação de um parque linear. Ela floresce a partir da vontade, dos recursos existentes e das próprias mãos de um morador que resolve lidar com dois problemas de seu cotidiano:



Fig. 77 - Cozinha solidária MTST na Vila Santa Luzia.
Fonte: Autora.

- As ocupações contínuas de barracos e palafitas, que evidenciam a desigualdade estrutural do Recife.
- A escassez de estruturas acolhedoras e confortáveis dentro da comunidade, fator que revela a pouca oferta de espaços comunitários nesses territórios.

Objetivos

Sendo assim, a RioTeca surge com o intuito de criação de uma área de convívio tanto para o morador que realizou a intervenção quanto para a sua comunidade. Segundo Claudemir (2021), qualquer morador da cidade pode usar a RioTeca de diversos modos: para acesso a livros disponíveis para estudos na biblioteca; para agendamento e realização de festas e confraternizações em sua estrutura e para o uso livre dos espaços de permanência e das estruturas lúdicas.

Tipo de espaço-suporte

A intervenção ocupa a margem do Rio Capibaribe, que deveria ser Área de Preservação Permanente (APP) por se tratar de uma região de transição entre o curso d'água e o solo. As APPs possuem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Brasil, Lei nº 12.651 de 2012).

Especificamente na localidade estudada, por se tratar de uma região de renda baixa⁴, assim como em muitas outras margens de rios urbanos brasileiros, a Área de Preservação Permanente é praticamente inexistente. A margem do Capibaribe que circunscreve a Vila Santa Luzia se encontra em sua maioria ocupada por habitações em forma de barracos e palafitas, com exceção da RioTeca. Conforme relato do morador Claudemir, na época em que a intervenção começou a ser implantada, sua área se encontrava vazia e degradada, propícia às ocupações.

(2) Processo de implantação, articulação e gestão

Processo de implantação

A transformação da RioTeca teve início em 2009 e foi feita aos poucos a partir do trabalho autônomo de Claudemir, que utilizou recursos próprios e doações captadas por ele. Em 2019, a intervenção foi notificada como construção irregular pelo Órgão da Brigada Ambiental da Prefeitura do Recife, levando o marceneiro e alguns moradores da comunidade a se manifestar nas redes sociais reivindicando sua permanência. A pressão social resultou na reforma de qualificação da RioTeca, realizada pela Prefeitura, por intermédio da **Secretaria Executiva de Inovação Urbana**, obra que consolidou a intervenção.

Intitulada “Transplante Urbano”, a iniciativa da gestão municipal de reformar a RioTeca veio de uma parceria com o setor privado, com articulação da Secretaria Executiva de

⁴ Segundo os dados do IBGE 2010, a renda per capita predominante do setor censitário em que a RioTeca está localizada foi a de até 1 salário-mínimo.

Inovação Urbana. Segundo a Prefeitura do Recife (2021), a intervenção custou um total de R\$ 300 mil, nos quais R\$ 200 mil foram provenientes do próprio órgão e R\$ 100 mil, do setor privado. Os atores privados envolvidos foram o Banco Itaú, o Armazém 1507 e a Concrepoxi Artefatos, que doou passeios, pisos e outros materiais utilizados na praça que havia sido montada pela empresa na Casacor 2019.

Como relata a Prefeitura do Recife (2021), o processo de projeto foi realizado pela equipe técnica da Secretaria Executiva de Inovação Urbana junto a voluntários estudantes de arquitetura e urbanismo. Juntos, eles construíram o desenho da intervenção em processos de cocriação após a realização de reuniões com o objetivo de ouvir e entender os anseios dos moradores.

Depois que as obras de requalificação da intervenção foram finalizadas em abril de 2021, houve a proposta de construir uma edificação em forma de pavilhão, um parque infantil e um mirante com escadaria para a contemplação do Rio Capibaribe. Hoje, edificação abriga a biblioteca e o espaço de confraternização, com copa e banheiro (Fig. 78).



Fig. 78 - Edificação da RioTeca. Fonte: Autora.

Tipo de gestão

Claudemir (2021) relatou que é o único responsável pela manutenção do espaço, sem contar com qualquer incentivo ou ajuda de custo. Situações corriqueiras na RioTeca, como o conserto de brinquedos danificados, precisam ser resolvidas de forma autônoma, e ele só aciona diretamente os técnicos da Secretaria Executiva de Inovação Urbana em situações específicas que o morador não consegue resolver. Exemplo disso foi no dia em que o fornecimento de energia elétrica do espaço foi interrompido devido à ocorrência de fortes chuvas, e a água entrou na tubulação.

De acordo com o marceneiro, o lixo é coletado pelos funcionários da Emlurb, mas o serviço de varrição só é realizado ocasionalmente. Sendo assim, também cabe a ele a função de varrer a RioTeca mais de uma vez por dia para mantê-la propriamente higienizada. Por fim, Claudemir mostrou câmeras de segurança colocadas por ele para monitorar os usuários e evitar depredações.

(3) Materialidade

Programa, usos e atividades

Hoje, a RioTeca conta com a biblioteca, que oferece um pequeno acervo de livros e proporciona um ambiente de estudo. Há, ainda, um espaço para confraternização equipado com copa e banheiro e uma área de praça infantil, que possui brinquedos de madeira, instalados na consolidação pela prefeitura, e outros equipamentos recuperados e instalados por Claudemir.

Segundo as informações levantadas pelos canais de notícia da Prefeitura, a intervenção contou com uma obra de infraestrutura de implantação de uma escadaria com acesso à margem do rio e um talude para contemplação, além da instalação de postes que tornam o espaço visível à noite. O mobiliário inclui bicicletário, lixeira, rampa de aces-

sibilidade, mesas e cadeiras. Também constam intervenções de arte urbana e de requalificação do jardim existente, com a introdução de novas espécies de plantas.

Nas visitas à intervenção, percebe-se que a praça infantil é utilizada constantemente pelas crianças da comunidade, e a estrutura que abriga a biblioteca é utilizada para festas infantis, aniversários e outras comemorações.

Claudemir (2021) relatou diversas visitas de instituições de ensino, como universidades e escolas públicas, promovidas por professores que levam grupos de alunos para conhecer a RioTeca. Também mencionou a utilização do espaço por algumas organizações que realizam iniciativas no território para reuniões internas. Por fim, comentou o poder de atração da intervenção a pessoas em situações de vulnerabilidade, como indivíduos em situação de rua e crianças imigrantes e refugiadas, que se sentem à vontade para brincar e utilizar o espaço.

Espacialização

A RioTeca é uma intervenção singular e específica, portanto, é considerada uma intervenção pontual.

Nas páginas a seguir, da Fig. 79-86, constam registros da RioTeca em janeiro de 2024.



Fig. 79 e 80 - RioTeca. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 81 e 82 - RioTeca. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 83 e 84 - RioTeca. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 85 e 86 - RioTeca. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

3.2.2 Jardim Secreto do Poço da Panela

(1) Situação preexistente e contexto territorial

Situação preexistente

O Jardim Secreto, localizado à margem esquerda do Rio Capibaribe, é fruto de uma ação coletiva de um grupo de voluntários vizinhos do bairro Poço da Panela e proximidades. Segundo Barbara Kreuzig (2021)⁵, uma das fundadoras do coletivo, a iniciativa surgiu a partir de um grupo composto originalmente por sete pessoas, sendo algumas delas integrantes da associação de moradores do bairro. Quando o coletivo decidiu implantar uma horta no local, identificou um terreno de livre acesso que estava sendo tratado como depósito de lixo e metralha.



Fig. 87 - Terreno antes da intervenção. Fonte: Instagram @jardimsecretodopoco.

A intervenção ocupa uma Área de Preservação Permanente, na margem do Rio Capibaribe, de 3.000 m². Posterior a essa lei, todas as edificações próximas a cursos d'água precisaram estabelecer uma faixa de preservação entre a construção e o rio. Consideramos a legislação promulgada em 2012 um marco que modificou as regras de ocupação das margens do Rio Capibaribe, e conformou alguns terrenos vazios próximos. Entretanto, a histórica desconexão entre a cidade do Recife e seus rios, se traduziu em terrenos degradados na margem do rio, com acúmulo de lixo e metralhas. É nesse sentido que surge o Jardim Secreto, com o intuito de transformar um espaço sem cuidado em um espaço de convivência entre pessoas e a natureza.

Território – Poço da Panela

O bairro Poço da Panela, teve sua origem por volta do século XVIII, nas terras que conformavam engenhos de cana-de-açúcar, neste caso, o Engenho Casa Forte. O nome “Poço da Panela” deriva de um poço de água potável onde os moradores coletavam a água colocando-a em uma panela de barro. A partir de 1746, começou a atrair a população mais abastada do Recife devido à crença de que os banhos no rio Capibaribe eram eficazes contra doenças que assolavam na época, inclusive, a capela do bairro construída em 1772 é dedicada à Nossa Senhora da Saúde (De la Mora, 2009).

No século XIX, o Poço da Panela já era considerado uma região privilegiada, conhecida

⁵ Informação coletada a partir de entrevista realizada em 16/11/2021.

por suas ruas de pedras, antigos casarões e arborização, e assim se mantém até os dias hoje, concentrando moradores de média e alta renda⁶. O bairro possui perímetro de Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), e a Lei dos 12 Bairros⁷ incide sobre o bairro, restringindo a construção de edifícios altos na área. No bairro também consta duas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a ZEIS Poço da Panela e ZEIS Vila Esperança/Cabocó (De la Mora, 2009).

Com relação aos espaços públicos, constam no bairro a Praça do Amor, Praça Professor Rui Antunes, a Praça do Monteiro e o Largo do Poço da Panela. Também é próximo à Praça de Casa Forte e ao Parque Santana. Nas ruas e praças do bairro acontecem diversos blocos tradicionais do carnaval de Recife. Além disso, o bairro conta com a Associação de Moradores e Amigos do Poço da Panela e possui iniciativas como a Biblioteca Comunitária do Poço da Panela.

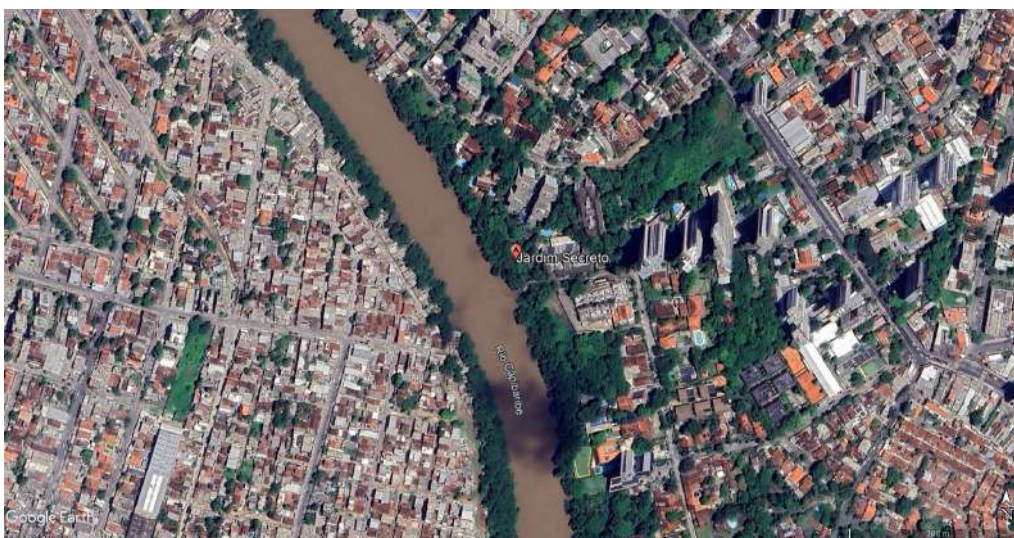


Fig. 88 - Localização do Jardim Secreto. Fonte: Google Earth.

Em 2021, o coletivo iniciou uma mobilização contra uma empresa que construía um edifício ocupando indevidamente a faixa que deveria estar conservada como APP, no terreno limítrofe ao do Jardim. Ela relatou que membros do coletivo, junto a outros grupos que defendem o bairro, estavam atentos a obra e perceberam irregularidades, como a compactação do solo da área de proteção, o que os levou a acionar o Ministério Público para que a APP fosse respeitada e devolvida a comunidade.

A obra foi embargada e exigiu-se que a empresa realizasse uma medida de compensação, levando o coletivo a realizar reuniões com a presença de moradores do bairro e representantes do INCITI, Parque Capibaribe e Prefeitura do Recife. Nas reuniões foram discutidos o projeto do “Jardim da Travessia”, uma área de convívio que ampliaria a área do Jardim Secreto e viabilizaria um projeto de melhoria das condições de acesso à travessia de barco existente no terreno⁸ (Fig. 89) (Barbara, 2021; Lins, 2021).

6 Segundo os dados do IBGE 2010, a renda per capita predominante do setor censitário em que o Jardim Secreto está localizado foi a de 5 a 10 salários-mínimos.

7 A Lei dos 12 Bairros (1997), foi fruto da reação dos moradores à tentativa de descaracterização do Conjunto Urbano Casa Forte, formado pelos bairros Casa Forte, Apipucos, Monteiro, Parnamirim, Poço da Panela e Santana teve como objetivo restringir o gabarito alto das construções verticais em doze bairros próximos do Rio Capibaribe (Lacerda *et al*, 2018).

8 Na área do Jardim Secreto, existe um barqueiro autônomo, chamado Pai, que realiza a ligação

A partir das visitas ao Jardim Secreto, constatou-se a presença de uma travessia fluvial, utilizada majoritariamente por moradoras da porção sul do rio, bairros de menor renda, que trabalham na porção norte, de alta renda. Uma das propostas para a medida de mitigação foi a construção de um píer para melhorar a estrutura de embarque e desembarque dos usuários do transporte fluvial, fornecendo acessibilidade e evitando os riscos de acidentes. Conquista da mobilização coletiva, a obra do píer foi realizada em 2023.



Fig. 89 - Travessia fluvial antes do píer.
Fonte: Autora

Objetivos

Como consta na submissão do Coletivo Jardim Secreto à convocatória *Experiências Insurgentes* (2023), eles assumem o propósito de “restabelecer a função social desse espaço público que havia sido reduzido a um mero depósito de lixo e entulho”. Em um contexto de margem negligenciada, tanto pelos setores privados, quanto pelo poder público, o coletivo resolve lidar com um problema do acúmulo de lixo presente na área de proteção permanente da sua vizinhança, a partir do desenvolvimento de atividades ambientais, como plantio, regeneração do solo e irrigação, além de produção e implantação de mobiliário na área.

Sendo assim, o Jardim Secreto surge com o objetivo de promover um espaço de permanência, de adaptação e mitigação ambiental, intenção similar aos princípios norteadores do Projeto Parque Capibaribe que visa sanar às deficiências das margens do rio Capibaribe no Recife.

Segundo Barbara Kreuzig (2021, 2023) o coletivo é composto por integrantes dedicados a outras frentes, como comunicação, atividades culturais e captação de recursos. Tem integrantes que produzem textos, fotos e vídeos para as redes sociais; que desenvolvem atividades culturais, como eventos, visitas guiadas, oficinas, cinema ao ar livre. Além da captação de recursos e financiamento coletivo para realização de ações no terreno.

Tipos de espaço-suporte

Assim como a RioTeca, o Jardim Secreto ocupa a margem do Rio Capibaribe, que é uma Área de Preservação Permanente (APP). Nesta localização específica, a APP é praticada, no sentido de não ter construções na faixa marginal, porém pela falta de cuidado e fiscalização, a área encontrava-se subutilizada pelo despejo de lixo e metralha.

(2) Processo de implantação, articulação e gestão

Processo de implantação

Em 2017, se deu o início à transformação da intervenção pelo grupo de moradores e vizinhos dos bairros próximos ao Poço da Panela. O primeiro passo relatado pela repre-

entre o Poço da Panela e o bairro Iputinga. O trabalho de Pai diminui a barreira do rio e promove uma maior integração entre as margens.

sentante do coletivo, Barbara (2021) foi a mobilização de pessoas interessadas e a realização de reuniões em diferentes locais, incluindo as casas dos voluntários, a associação de moradores e órgãos públicos para tomar medidas a respeito do terreno.

Segundo Barbara (2021), tudo só foi possível devido a articulação com a **Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb)**, que retirou aproximadamente quinze caminhões de lixo do local. A partir disso, o grupo de sete pessoas realizou um *workshop* entre eles para planejar a ação com o propósito de envolver outros membros da comunidade a pensar alternativas para a área.

Em 27 de maio de 2017, foi realizada essa ação intitulada “Descobrimo o Jardim Secreto” que coletou desejos de demais participantes. Após a ação, foi realizado um layout de espacialização dos desejos coletados, considerando a vegetação existente, feito pelas arquitetas e urbanistas voluntárias do coletivo.

Barbara, na apresentação do evento *Insurgências* (2023), falou que a partir de agosto de 2017, o grupo foi implantando a proposta de layout, durante os sábados, a partir de mutirões para limpeza, manutenção e plantio. E que no final das atividades, ocorriam a organização e planejamento das próximas etapas. Até 2018, a intervenção apenas recebia contribuições voluntárias individuais e apoio do condomínio do Edifício Villa Pasárgada, que fazia o jardim. Em 2019, recebeu um projeto da Prefeitura do Recife em parceria com o setor privado, intitulado “Transplante Urbano”, processo similar ao que ocorreu na RioTeca (Fig. 90).

Segundo a Prefeitura do Recife (2019), por meio da Secretaria Executiva de Inovação Urbana em parceria com a Concrepoxi Artefatos, foi realocada uma praça que havia sido montada na Casacor 2018. Essa realocação foi realizada a partir de um processo de coprodução entre técnicos e membros do coletivo e incluiu bicicletário, bancos em curva e lixeiras. A prefeitura, dispôs da mão de obra e dos materiais necessários para implantação do projeto, além de ter realizado a articulação com a Emlurb para implantar a iluminação do espaço. Além dessas contribuições, a intervenção também ganhou um palco, com um desenho de uma rosa dos ventos em seixos, doada pelo artista Rodrigo D’Amorim Cavalcanti ao coletivo.

Tipo de gestão

Segundo Barbara (2023), eles são uma organização não formal, de gestão compartilhada e horizontal, que acolhem constantemente novos interessados em contribuir. Compõe cerca de 30 voluntários moradores e vizinhos dos bairros próximos, “integrado por pessoas de diversas origens étnicas, idades, gêneros, religiões e classes sociais”. Durante a visita à intervenção, Bárbara (2021) explicou que o coletivo não é formalizado, não possui CNPJ e não tem essa intenção.

Ela também destacou a importância do apoio do **Condomínio Villa Pasárgada**, que desde o início da intervenção ofereceu espaços para guardar materiais, como ferramentas de jardinagem, e fornece energia para a irrigação. Bárbara relatou alguns problemas com depredação e roubo; já foram roubadas ferramentas, mudas e a bomba de água, ressaltando, assim, a substancial importância do apoio do condomínio vizinho. Além



Fig. 90 - Transplante urbano. Fonte: PCR, foto Andrea Rego Barros

dessas depredações, o jardim também já sofreu com incêndios criminosos.

Ela ressaltou o papel da **Emlurb**, que foi solícita ao retirar o lixo e entulho presentes no terreno, contribuindo quando solicitado. Bárbara explicou que mantém contato direto com um técnico da Autarquia, que contribui com a capina e a limpeza periódica do local. Além desse apoio, o Kreuzig (2023) também apontou que a **Polícia Militar** é uma parceira e realiza rondas no espaço, segundo ela, “buscamos uma maior integração e diálogo com os agentes e seu comando”. Vale ressaltar que o coletivo é composto por pessoas de diversas faixas etárias, incluindo mulheres aposentadas, como a própria Bárbara, que se responsabiliza pela limpeza diária dos jardins. Aos sábados, são realizados mutirões com maior adesão dos demais voluntários.

(3) Materialidade

Programa, usos e atividades

O Jardim Secreto conta com uma infraestrutura básica, com sistema de irrigação e um píer implantado que permite a entrada e saída dos usuários da travessia, com segurança. O espaço de convivência é equipado com um palco, bancos e mesas. Além disso, conta com uma iluminação pública que o torna acessível durante a noite, permitindo a continuidade das atividades e eventos.

Quanto à vegetação, o Jardim Secreto realiza o plantio e manejo de árvores nativas, frutíferas e de ervas medicinais. Cultiva uma horta orgânica, prepara mudas em sua sementeira para uso próprio, doação e venda em eventos. E ainda, conta com uma composteira para receber resíduos orgânicos dos moradores locais, utilizando o composto na nutrição das plantas e regeneração do solo. Também foi criado no espaço um “espiral de ervas”, destinado ao cultivo de ervas medicinais. Além desses aspectos, em dias de eventos climáticos extremos, com chuvas fortes e maré alta na cidade do Recife, a intervenção se torna um jardim de chuva natural, amortecendo problemas de alagamento no bairro.

O Coletivo Jardim Secreto oferece uma variedade de atividades participativas, incluindo cursos, palestras e oficinas gratuitas sobre compostagem, agrofloresta, reciclagem, capoeira, tai chi chuan e meditação. De acordo com eles, a programação cultural inclui a celebração de festas e eventos especiais, como São João, aniversários, Carnaval, onde são convidados comerciantes locais para participar dos eventos, promovendo o envolvimento de toda a comunidade e fortalecendo os laços entre os moradores e visitantes.

Em outubro de 2022, o Jardim Secreto sediou durante os quatro domingos do mês, a ação chamada Cineclube Secreto que realizou sessões de cinema ao ar livre com uma programação cultural composta por apresentações de blocos de carnaval e uma feira de comércio local. A iniciativa do coletivo foi realizada com incentivo do Governo de Pernambuco, através do edital do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE) e buscou valorizar o a intervenção e promover a cultura, proporcionando momentos de entretenimento e integração para a comunidade (Fig. 91) (Cultura.PE, 2022).



Fig. 91 - Cineclube secreto. Fonte: Autora.

Sobre a frequência de usuários, Bárbara (2021) relatou que durante a pandemia, o Jardim se tornou mais conhecido entre aqueles que possuem cachorros e passeiam com os animais. Também falou sobre a atração do Jardim em atrair grupos de jovens que fumam cannabis, provenientes de diversos territórios próximos ao Jardim, contemplando não apenas os moradores do Poço da Panela e Casa Forte, mas também os habitantes de comunidades próximas, como das ZEIS do bairro e dos morros da Zona Norte.

Nas visitas à intervenção, constatamos essa presença diversificada, com ênfase na utilização do Jardim como passagem pelos usuários que utilizam diariamente o transporte fluvial. Aos finais de semana, presenciamos os voluntários realizando o mutirão de reparos do jardim e constatamos um grupo de maracatu que realiza ensaios no terreno (Fig. 92)



Fig. 92 - Ensaio de maracatu no Jardim. Fonte: Autora.

Espacialização

O Jardim Secreto é uma intervenção singular e específica, portanto, é considerada uma intervenção pontual.

Nas páginas a seguir, da Fig. 94-102, constam registros do Jardim Secreto em Janeiro de 2024.



Fig. 93 - Banner na sementeira do Jardim. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 94 e 95 - Jardim Secreto. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 96 e 97 - Jardim Secreto. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 98 e 99 - Jardim Secreto. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 100, 101 e 102 - Jardim Secreto. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

3.2.3 As Praças da Infância

(1) Situação preexistente e contexto territorial

Situação preexistente

As Praças da Infância são intervenções que surgiram no âmbito da iniciativa Urban95 e do projeto Primeiro a Infância, uma parceria entre a organização internacional Fundação Bernard Van Leer, a organização social municipal Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) e a Prefeitura do Recife. Segundo a Fundação Bernard Van Leer (2021), através da ARIES, foram desenvolvidos projetos-piloto para teste de estratégias de espaços públicos para crianças em bairros vulneráveis da cidade.

Atualmente, 27 cidades compõem a rede Urban95 no Brasil, entre elas, a cidade do Recife. A capital pernambucana foi a primeira cidade parceira da iniciativa e sancionou, em 2018, o Marco Legal da Primeira Infância, documento que simboliza o compromisso do desenvolvimento desse tipo de políticas públicas. A gestão municipal do Recife conta com a Secretaria Executiva da Primeira Infância, garantindo a governança e a sustentabilidade dessas políticas, e regulamentou o Plano Municipal de Primeira Infância (2020), que orienta ações com o objetivo de garantir a agenda da primeira infância no orçamento municipal (Fundação Bernard Van Leer, 2021).

Desde 2018, portanto, o poder público vem executando ações, programas e atividades voltados essencialmente para a primeira infância. Conforme relato de Camila Lopes (2024)⁹, gestora do projeto Primeiro a Infância pela Agência Recife para Inovação e Estratégia, foram desenvolvidas iniciativas tanto no âmbito dos serviços, a partir de projetos que apoiam os cuidadores no desenvolvimento da primeira infância, quanto no âmbito dos espaços públicos.

Com relação aos serviços para primeira infância, foi levantado o **Programa Mãe Coruja**, que oferece às mães orientação e suporte durante a gestação; a **Bebeteca**, bibliotecas inseridas nos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ)¹⁰ voltadas aos quatro primeiros anos de vida das crianças; os **Laboratórios de Formação Itinerante**, cujo objetivo é capacitar profissionais e cuidadores, especialmente em áreas remotas da cidade, abrangendo creches, pré-escolas e comunidades; e o **Centro de Referência da Primeira Infância (CRIAR)** (Fig. 103), equipamento público que oferece atividades e atendimentos de profissionais especializados, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicopedagogos.

Quanto aos projetos de espaços públicos, foram levantadas: a Praça da Árvore, localizada no COMPAZ Eduardo Campos, no Alto Santa Terezinha (2021); a Praça do Lixo ao Luxo e a Praça Arari Ferreira Fonseca, ambas no bairro Iputinga (2021); e por fim, as Praças da Infância (2023), projeto que estruturou uma metodologia para praças públicas focadas na primeira infância com o objetivo de replicá-la em pontos diversos



Fig. 103 - Centro de Referência da Primeira Infância (CRIAR). Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

⁹ Informação coletada a partir de entrevista realizada 08/03/2024

¹⁰ Equipamentos públicos presente nos bairros periféricos com objetivo de garantir a prevenção à violência, a inclusão social e o fortalecimento comunitário. Disponível em: <https://compaz.recife.pe.gov.br/o-que-e-o-compaz-0>

do Recife.

Todas essas iniciativas surgem no contexto de combate à desigualdade estrutural nos bairros mais vulneráveis da cidade, que revela uma escassez de espaços acolhedores e seguros para as crianças e os seus cuidadores. Além disso, significa um processo de **política pública** que une esforços de diferentes frentes institucionais, como agentes públicos e organizações. Segundo os objetivos do Plano Municipal para a Primeira Infância do Recife, no eixo temático “direito ao espaço urbano”, a cidade deve produzir:

(1) ambiente da cidade mais acolhedor e seguro para crianças de 0 a 6 anos; (2) mais cocriação e apropriação cidadã de espaços urbanos voltados para a primeira infância” (Prefeitura do Recife, 2020, p. 144-147).

Objetivos

Sendo assim, de maneira geral, as Praças da Infância surgem com o preceito de garantir que as crianças recifenses tenham acesso às mesmas qualidades urbanas, a partir de uma metodologia replicável, que preza por soluções específicas para cada localidade. Outro objetivo é a produção de espaços de permanência acolhedores que materializam “ações voltadas à inclusão, à segurança, à liberdade, ao orgulho e à visibilidade das crianças” (Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância, 2023).

Território – Cidade do Recife

Por se tratar de um caso que abrange um conjunto de intervenções colaborativas em execução, para análises mais específicas, foram escolhidas duas Praças da Infância executadas. Elas estão em territórios com distintos padrões de ocupação:

- **Praça Dom Miguel Valverde**, no bairro da Encruzilhada, entregue em março de 2023. No entorno imediato da unidade protótipo, percebe-se a presença tanto de casas residenciais quanto de prédios verticais de classe média, construídos nos últimos anos¹¹.

Segundo o site de notícias da Prefeitura do Recife (2023), a escolha da Encruzilhada como bairro a sediar a primeira unidade foi baseada na proximidade com instituições de ensino e que trabalham com crianças com deficiência. No *Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância*, consta:

Dentro do raio de 500 metros da praça existem 20 instituições educacionais, públicas e privadas, da educação infantil ao ensino médio técnico. A Escola Municipal Engenheiro Edinaldo Miranda é o centro de educação infantil mais próximo, situado já na quadra ao lado (Recife, 2023)

- **Praça do COMPAZ Miguel Arraes**, no bairro da Madalena, entregue em agosto de 2023. Foi a segunda Praça da Infância inaugurada e está situada ao lado da sede do Centro de Referência da Primeira Infância (CRIAR), da Secretaria de Educação do Recife, também inserida no complexo. O COMPAZ fica localizado na Avenida Caxangá, um dos eixos de transporte mais importantes da Região Metropolitana do Recife, de grande importância para a articulação do Recife com os municípios vizinhos. Está pre-

¹¹ Segundo dados do IBGE 2010, a praça está inserida em um setor censitário no qual a renda per capita predominante é de 1 a 3 salários-mínimos

sente em uma área predominantemente horizontal, com casas populares de alvenaria¹².



Fig. 104 e 105 - Localização das Praças na Encruzilhada e Madalena. Fonte: Google Earth.

Tipos de espaço-suporte

As duas Praças da Infância analisadas apresentam tipos de espaço-suporte distintos. A **Praça Dom Miguel Valverde** foi criada em um espaço público que já era originalmente uma praça e foi remodelada (Fig. 106). A **Praça do COMPAZ Miguel Arraes**, por sua vez, foi agregada ao lote do equipamento público do Centro Comunitário da Paz.

Percebe-se que, na Praça Dom Miguel Valverde, além da criação do espaço de permanência e convivência com a implantação das estruturas lúdicas para as crianças, houve uma preocupação com a segurança viária, com a proposta de redesenho para a implantação de uma zona de trânsito calmo a partir do uso de balizadores, lombadas e placas. Já na Praça do COMPAZ, que tem todo o controle de funcionamento do equipamento público, esse tipo de solução não foi necessário.

¹² Segundo dados do IBGE 2010, a renda per capita predominante do setor censitário da praça é de até 1 salário-mínimo



Fig. 106 - Praça Dom Miguel Valverde antes da intervenção. Fonte: Google street view.

(2) Processo de implantação, articulação e gestão

Processo de implantação

Como foi colocado anteriormente, a cidade do Recife vem desenvolvendo diversas ações com a agenda da primeira infância. De maneira mais específica, percebemos que a gestão municipal começou a executar projetos-piloto de praças em 2021. A partir da publicação do *Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância*, em 2023, inicia-se uma nova etapa no processo de testes dos espaços públicos, com a proposição de uma metodologia.

O material do Guia apresenta a elaboração de um conceito comum a todas as praças a serem executadas, apoiando-se em abstrações da cultura popular do Recife. Na construção da identidade visual, houve a escolha de uma composição de cores dinâmicas, que se relacionam com o universo infantil. Além disso, para a composição das praças, foram utilizados círculos para nortear a distribuição e o dimensionamento dos espaços, os quais são representados por temas relacionados a elementos naturais (água, terra, planta, fogo, vento, árvore etc.).

No Guia (Recife, 2023), consta um breve estudo do território no Recife, com levantamentos das áreas potenciais a receber praças e a escolha das praças-piloto a serem executadas. Além do conceito, as praças são classificadas de acordo com a dimensão física e a inserção urbana, podendo ser categorizadas em P, M ou G – escala que varia conforme o tamanho, o nível de manutenção e a diversidade de atividades. Dentro dos casos analisados, a *Praça Dom Miguel Valverde* é categorizada como M, e a *Praça do COMPAZ Miguel Arraes*, como P.

O Guia também demonstra como deve ocorrer a implantação das praças e como o manual deve ser aplicado. Sobre a implementação, constam as seguintes informações: (1) a necessidade de análise detalhada dos dados, planos e projetos disponíveis da cidade; (2) a importância da participação de equipes multidisciplinares, envolvendo secretarias de Planejamento, Obras, Educação e Meio Ambiente, e o reconhecimento de iniciativas de diferentes atores sociais; (3) o fundamental engajamento da população local para torná-los colaboradores na manutenção das praças, com destaque para a escuta

da primeira infância; (4) a crucial aplicação dos parâmetros do Guia, com a recomendação de que os projetos sejam elaborados internamente pela prefeitura, com suporte externo em casos específicos; e (5) a priorização da qualidade dos elementos fornecidos e do respeito ao projeto na licitação e na execução das obras; (6) o essencial acompanhamento da implantação das praças para garantir a correta execução do projeto, sem alterações não previstas.

Além da descrição acima, há o processo de aplicação do Guia de acordo com as classificações e os conceitos presentes nele. Resumindo as partes consideradas relevantes para esta pesquisa, temos: (1) classificar o espaço onde vai ser criada a praça em baixa, média ou grande complexidade, considerando localização, entorno, acessibilidade e frequência da população; (2) realizar mapeamento dos acessos, incluindo transporte público e rotas a pé; (3) envolver os atores locais, como a população e as lideranças comunitárias, para garantir uma apropriação efetiva da praça¹³, a partir de escutas que ajudam a definir círculos temáticos que integrem os desejos das crianças para o espaço; (4) reconhecer o patrimônio urbano, arquitetônico e cultural do entorno para a definição das zonas (áreas de atividade) da praça; (5) definir as zonas e identificar uma temática natural para a praça, com proposição de desafios, caminhos estruturantes e definição dos círculos temáticos (diferentes espaços da praça); (6) considerar uma rota acessível, assegurando que a praça seja inclusiva; (7) elencar mobiliário, brinquedos, materiais e vegetação pensando na manutenção futura; por fim, (8) sempre considerar a manutenção para a preservação da praça como um espaço vivo e acolhedor para as crianças.

Como toda descrição das políticas públicas voltadas para a primeira infância, percebe-se que a articulação entre atores é algo a ser prezado. No caso das Praças da Infância, consta a atuação da Fundação Bernard Van Leer, da Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) e da Prefeitura do Recife.

Segundo Camila Lopes (2024), a Fundação financia totalmente o Primeiro a Infância, da ARIES, que por sua vez faz a articulação e a gestão dos projetos referentes a esse tipo de política pública no Recife. De acordo com ela, a ARIES foi responsável por fazer a gestão da formulação do método do Guia, incluindo o acompanhamento do processo do projeto-piloto e da organização do guia, realizado pelo escritório de urbanismo Estúdio+1 (Fig. 107). Importante lembrar que a Agência Recife para Inovação e Estratégia também foi a responsável pelo plano estratégico de longo-prazo da cidade, o Plano Recife 500 anos. Nele, a primeira infância surge como ponto de partida para a estruturação de futuros, seguindo a premissa de que cuidar da infância é cuidar do futuro.

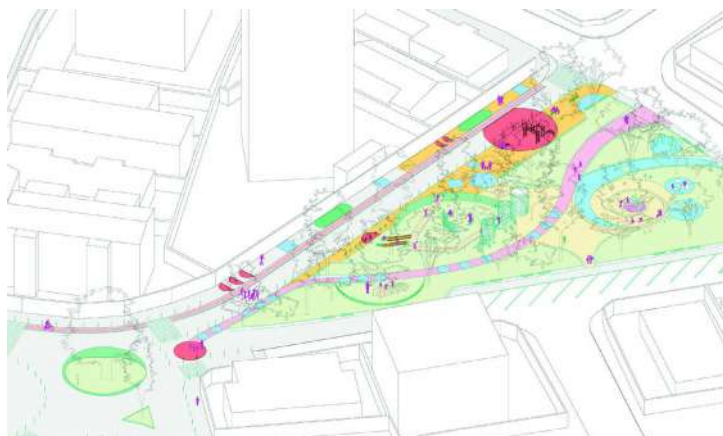


Fig. 107 - Projeto da Praça da Infância Dom Miguel Valverde. Fonte: Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância, Recife

13 No projeto da Praça Dom Miguel Valverde, destrinchado no manual, consta o processo de escuta realizado pela equipe de intervenções sociais da Secretaria Executiva de Inovação Urbana na Escola Municipal Ednaldo Miranda, localizada ao lado da Praça da Infância, para escutar as crianças e seus cuidadores.

Tipo de gestão

De acordo com Camila (2024), o *Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância* partiu desse projeto financiado pela Fundação Bernard Van Leer, com suporte técnico da ARIES. O poder público, no caso a Prefeitura do Recife, é o responsável pelo financiamento das obras das praças, a partir da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb), responsável também pela manutenção e pelo cuidado das praças.

Na investigação específica dos espaços, revelaram-se, ainda, outros atores envolvidos. Sobre a *Praça Dom Miguel Valverde*, por exemplo, veículos de comunicação noticiaram que a comunidade também exerce um papel de gestão, tendo um prédio próximo cedido um espaço para a Guarda Municipal, com banheiros, água e um local para se abrigar da chuva (Recife, 2023).

3. Materialidade

Programa e elementos de ativação

De maneira generalizada, as praças contam com um ambiente projetado para convívio, lazer e cuidado às crianças e a seus cuidadores. A infraestrutura oferece passeios, rampas de acesso e sistema de drenagem, além de iluminação para manter o espaço seguro e convidativo durante a noite. O mobiliário inclui bancos, mesas e lixeiras, e o piso é demarcado a partir de círculos temáticos, distribuindo, dimensionando e estabelecendo uma linguagem visual. Já a sinalização das praças mantém uma comunicação que relaciona e identifica todas as intervenções referentes ao projeto.

Especificamente, segundo o portal Tá Aprumado Praças da Prefeitura do Recife (2023), a *Praça da Infância do Compaz Miguel Arraes* possui elementos definidos a partir de oficinas de cocriação com crianças usuárias do equipamento. Diante da demanda por brinquedos onde pudessem “pular”, “girar”, “equilibrar” e “escalar”, foram implantados:

dois círculos identificados como vento e mais três complementares. Os que representam o vento comportam um balanço e um quadribol, que é um brinquedo com cordas. Os complementares possuem um morrote de escalada, dois pula-pulas e um gira-gira inclusivo (Tá aprumado Praças, 2023).

Com relação à *Praça da Infância Dom Miguel Valverde*, de maior porte, percebe-se que o projeto respeitou as massas arbóreas e o relevo existente. As estruturas lúdicas contam com um labirinto de troncos, com duas casas de madeira e uma passarela com escorregos, pula-pula, gangorra, balanço e um relevo em madeira. Segundo o Estúdio+1, na submissão da convocatória *Experiências Insurgentes* (2023, p. 5):

No contexto da praça, propomos três elementos temáticos: árvore, terra e fogo. Os círculos de árvore são pensados para propiciar o contato próximo entre esta e as crianças, formando um espaço de encontro e de sombra. Por sua vez, o círculo de terra conta com brinquedos que aproveitam o relevo e promovem o contato com o solo, fazendo referência aos desníveis e ao piso da praça. Por último, o círculo de fogo vem como reconhecimento desta praça como lugar de encontro, aproveitando a clareira existente.



Fig. 108 - Redesenho viário com delimitadores na Praça Dom Miguel Valverde antes da intervenção. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

Como mencionado anteriormente, há uma zona de trânsito calma no entorno do espaço para garantir a segurança viária de todos, com a utilização de delimitadores. Finalmente, em termos de segurança cidadã, a praça conta com sete câmeras de videomonitoramento e a presença permanente da Guarda Municipal (Recife, 2023).

Espacialização

As Praças da Infância no Recife são intervenções que surgem a partir de um projeto-piloto com a intenção de se espalhar para outras áreas da cidade. Até o momento de entrega desta dissertação, registramos a execução de quatro espaços: a Praça Dom Miguel Valverde, a Praça do COMPAZ Miguel Arraes, a Praça San Martin e a Praça UR-1. A quinta praça está em fase de execução e ficará dentro do Parque 13 de Maio. Logo, podemos dizer que a intervenção se especializa em rede pela cidade.

Nas páginas a seguir, as Fig. 109-115 correspondem aos registros da Praça Dom Miguel Valverde, e as 116-121 da Praça do Compaz Miguel Arrais, ambos realizados em Janeiro de 2024.



Fig. 109 e 110 - Praça Dom Miguel Valverde. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 111 e 112 - Praça Dom Miguel Valverde. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 113, 114 e 115 - Praça Dom Miguel Valverde. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 116 e 117 - Praça do Compaz Miguel Arrais. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 118 e 119 - Um dos acessos e escola municipal dentro do COMPAZ. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.



Fig. 120 e 121 - Quadra esportiva do COMPAZ. Fonte: Autora, foto de Thaís Menezes e Lara Albuquerque.

3.2.4 Correlações e aproximações teóricas

Aqui, apresentaremos os resultados das análises das três intervenções colaborativas na cidade do Recife. Primeiramente, destacaremos com atenção as correlações e singularidades entre os três casos, seguido pela relação de cada caso com a aproximação teórica dos espaços coletivos, insurgentes e comuns, além de outras interpretações do urbanismo colaborativo.

Correlações

Na análise comparativa dos três casos, observamos que tanto a RioTeca quanto o Jardim Secreto surgiram, de maneira geral, da negligência pública com relação às margens do Rio Capibaribe. Especificamente, o Coletivo Jardim Secreto atuou sobre um terreno subutilizado, onde havia descarte incorreto de resíduos. Na RioTeca, por sua vez, o morador Claudemir agiu em determinado trecho da margem por identificar o risco de reocupação com a consequente volta das habitações vulneráveis. Já a situação da Vila Santa Luzia reflete a escassez de espaços acolhedores em comunidades populares, motivo que impulsionou iniciativas refletidas nas Praças da Infância, buscando criar espaços seguros e adequados para as crianças em diversos territórios da cidade.

Sendo assim, os três casos visam a criar espaços de permanência ou produtivos, com foco no lazer infantil (RioTeca e Praças da Infância) e em temáticas ambientais e agroecológicas (Jardim Secreto). Os *tipos de espaços* variam entre os terrenos na margem do Rio Capibaribe (RioTeca e Jardim Secreto) e a suportes como praças e lotes, de acordo com as duas praças da infância analisadas.

O poder público participa de todos os casos analisados, no entanto a RioTeca e o Jardim Secreto foram conduzidos pela comunidade e, só depois, consolidados com o apoio do poder público, especialmente por parte da Secretaria Executiva de Inovação Urbana na RioTeca, que articulou projetos e doações para a intervenção, e a Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) no Jardim Secreto, que realizou a limpeza do terreno e é considerada uma parceira pelo coletivo. Quanto às Praças da Infância, a iniciativa é fruto da parceria entre mais *atores*, o poder público e organizações internacionais e locais.

A respeito do *tipo de gestão*, tanto na RioTeca como no Jardim Secreto, a comunidade possui autonomia, e o poder público atua como parceiro com algumas concessões e em determinadas demandas de manutenção. Nas Praças da Infância, há uma gestão mais convencional, conduzida apenas pelo poder público.

Com base nos desenhos de sistemas de articulação colaborativos proposto por Figueira (2016), na figura a seguir, esboçamos os seguintes sistemas com objetivo de traçar breves reflexões acerca da sustentabilidade de cada intervenção. Podemos concluir que intervenções como as Praças da Infância possui uma estrutura fortalecida, resultado de uma colaboração entre diversos atores que garantem manutenções e uma maior sustentabilidade da intervenção; as do Jardim Secreto apresenta uma sustentabilidade intermediária, pela sua estrutura aberta e dinâmica devido à horizontalidade do coletivo; e a intervenção da RioTeca a mais fraca, devido a centralidade em um único indivíduo, o que também torna o longo-prazo da intervenção o mais incerto entre todas.

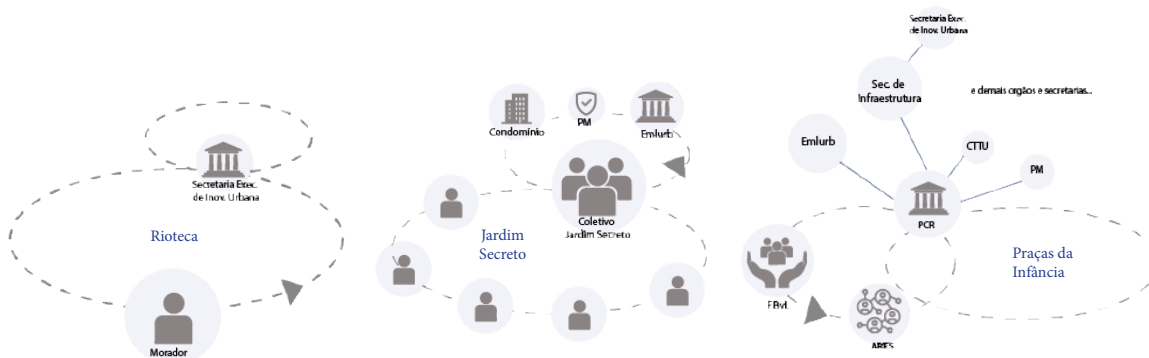


Fig. 122 - Desenho dos sistemas de articulação das intervenções. Fonte: Autora.

Cada intervenção apresenta programas, usos e atividades específicos, com elementos comuns como mobiliário, vegetação e iluminação. A RioTeca e o Jardim Secreto promovem atividades mais abertas à comunidade, como eventos, enquanto as Praças da Infância, apesar de também serem espaços abertos, não tiveram atividades participativas e culturais identificadas. Por fim, a RioTeca e o Jardim Secreto são especializados de maneira pontual, e as Praças da Infância têm uma abordagem em rede, com intervenções em outras áreas da cidade.

Aproximações teóricas

A **RioTeca** é resultado de ações individuais de um morador que, desde 2009, com seus próprios recursos e esforços, busca criar um espaço para sua comunidade e, conseqüentemente, para si mesmo. A descrição do território da RioTeca, a Vila Santa Luzia, foi essencial para entender que a intervenção surge em um contexto popular e menos favorecido, agregando diversas realidades e conflitos sociais, ou seja, é um espaço em constante disputa. Apesar da intenção do morador de melhorar o ambiente da comunidade em que vive, os conflitos relatados pelo próprio Claudemir revelam que a intervenção não é uma unanimidade no território, como apontado por Douglas (2019) ao discutir o **urbanismo-faça-você-mesmo**. Há diferenças entre aqueles que participam diretamente das ações e na forma como elas são recebidas por outros moradores. Sendo assim, originalmente, as intervenções físicas da iniciativa não autorizadas, o que evidencia que a cidadania participativa permanece limitada nesses contextos.

Isso também se alinha ao conceito de espaços públicos insurgentes, em que Hou (2010) sugere uma relação entre os espaços criados e a subjetividade de seus criadores, devido à elaboração mais ativa e espontânea desses. As ações-resistências cotidianas de Claudemir criaram um espaço que diverge dos espaços públicos convencionais, oficialmente regulamentados pela gestão pública. Na Rioteca, aliás, a atuação do poder foi ambígua, pois a intervenção foi notificada em 2019 como construção irregular, ocorrendo sua consolidação pela Secretaria de Inovação apenas em 2021.

Com relação à gestão da intervenção, constatamos que a manutenção e os cuidados gerais ficam totalmente a cargo do morador. Além disso, a articulação do poder público para consolidá-la não veio acompanhada de uma proposição de estrutura de gestão que auxiliasse não só Claudemir, como o restante da comunidade. Perpetuar a autonomia

de um morador na resolução de seus próprios problemas cotidianos, portanto, pode significar a perpetuação do sistema de desigualdade no território. Embora a resistência cotidiana de Claudemir não desafie diretamente o poder, segundo Hou (2020), sua busca por melhorar a si mesmo representa uma ruptura em relação à norma, o que faz considerarmos a RioTeca próxima ao que entendemos como **espaço insurgente**.

Já no segundo caso, do **Jardim Secreto**, a intervenção é resultado de uma ação coletiva de moradores e vizinhos do bairro Poço da Panela que se envolvem ativamente na recuperação da área degradada da margem do Rio Capibaribe. A caracterização do território revela um contexto de privilégio na cidade do Recife, com habitantes de média e alta renda que se mobilizaram enquanto grupo e se estruturaram para a criação de um espaço que se assemelha à heterogeneidade, à fluidez e à dinâmica dos espaços insurgentes (Hou, 2010). Como a margem, no referido território, representa uma interseção em que o público e o privado se mesclam, além de insurgentes, os moradores redefinem sua utilidade e seu propósito como uma reconquista do espaço para a criação de um ambiente coletivo (Solà Morales, 1992).

É importante salientar que essas condições de privilégio favorecem as articulações mobilizadas pelo grupo, que teve parcerias do poder público desde o início da intervenção e continua propondo ações e atividades no espaço. Chama a nossa atenção que o coletivo possui integrantes de alto nível educacional que atuam em diferentes frentes, preocupando-se não apenas com o contexto ambiental da margem do Rio, mas com o social, uma vez que se trata de uma região com travessia fluvial interligando o bairro com o outro lado da margem, com uma realidade menos privilegiada. Devido a essa consciência coletiva, o grupo vem desde 2017 realizando diversas ações, representando uma luta organizada na defesa da horizontalidade. Além disso, a abertura do espaço para iniciativas culturais é notável, a exemplo de ações de cinema ao ar livre e de atividades esportivas, que buscam agregar usuários de outras localidades na intervenção.

A investigação também nos mostra que, com relação à gestão da intervenção, o coletivo tem total autonomia, mostrando-se inclusive preocupado com a vigilância do espaço, por ele ser aberto, e buscando integração e diálogo com agentes e comandos da Polícia Militar que realizam as rondas na região. Todas essas características traduzem práticas que acolhem as diferenças e são compartilhadas de forma aberta, o que faz com que o Jardim Secreto também se aproxime do entendimento de **espaço comum**, de Stavrides (2016). Segundo o autor, esse tipo de intervenção caracteriza espaços produzidos pelas pessoas com seu esforço de estabelecer um mundo que expressa a comunidade que eles participam.

Por fim, o caso das **Praças da Infância** é o mais divergente entre os três, uma vez que são intervenções formais de espaços públicos com o objetivo de oferecer acolhimento e segurança para crianças, concentrando-se em bairros menos favorecidos da cidade. Esse terceiro caso foi agregado ao trabalho por ser representativo de uma colaboração que parte do ambiente institucional, enquanto os outros representam intervenções singulares e específicas, com outra modalidade de programas e experiências colaborativas.

A escolha de um objeto de estudo diverso foi intencional para mostrar como a “colaboração” pode ser entendida e materializada de variadas formas na cidade. As praças são implantadas a partir de um Guia de Princípios, que define conceitos comuns a todas. Isso pode ser interpretado como uma visão homogênea e rígida que impõe o mesmo

padrão, mas observamos que há um cuidado com relação à dimensão física e à inserção urbana do espaço-suporte a ser transformado, com melhorias no entorno propondo áreas de trânsito calmo.

As Praças da Infância foram formuladas dentro de um projeto legitimado pelo financiamento de uma organização internacional e a atuação de uma organização social qualificada municipalmente, sendo parte de um projeto-piloto em andamento para outras áreas da cidade. Nesse aspecto, a intervenção se aproxima de metodologias do **urbanismo tático** a partir da relação com incidências em políticas públicas e da elaboração de um protótipo que viabiliza a formulação do guia e de sua consequente replicabilidade.

Como nos demais espaços públicos convencionais, a gestão das praças é realizada pela Prefeitura do Recife, porém, em uma das unidades analisadas, a comunidade local também desempenha um papel na gestão. É o caso da Praça Dom Miguel Valverde, em que um edifício próximo cedeu espaço para a Guarda Municipal abrigar-se durante os trabalhos. Logo, embora as praças sejam ambientes controlados pelas autoridades, contribuem para a criação de espaços públicos acolhedores e seguros para as crianças em territórios diversos da cidade do Recife.

Apesar de divergirem das características dos espaços coletivos (absorvidos por usos particulares), dos espaços insurgentes (se opõem ao espaço público regulamentado) e dos espaços comuns (construídos e geridos por comunidades), as Praças da Infância se assemelham ao que Solà Morales chama de **projetos que expandem a esfera anterior do espaço público**. O conceito abrange intervenções projetadas em áreas que variam em escala e localização, são complexas tematicamente porque abordam o tema da infância e possuem uma relação básica com o planejamento urbano, agregando um valor técnico.



RioTeca da Vila Santa Luzia, Recife

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação, tratamos do fenômeno das intervenções colaborativas que emergem nos espaços públicos para transformá-los, no intuito de tornar as cidades melhores do ponto de vista social e ambiental. Nosso objetivo aqui não é traçar conclusões fechadas, e sim abrir questionamentos e perspectivas de debate sobre a relação entre as intervenções e os espaços públicos, além de suas expressões, papéis e limitações envolvidas.

No contexto de produção das cidades contemporâneas sob a lógica capitalista, ao observar o exemplo da formação urbana do Recife, percebemos que o século XX foi marcado pela reprodução de tendências que valorizaram os espaços fechados, privados e controlados. Dessa forma, houve um aumento significativo no número de espaços voltados ao consumo, como os *shoppings centers*, e o impulsionamento da verticalização sem preocupação com o contato com as ruas calçadas, da priorização do espaço para os automóveis, entre outros fatores. Esses fatos caracterizaram uma ambiência urbana homogeneizadora e similar àquelas retratadas pelas narrativas de “declínio”, que reforçaram o esvaziamento e o enfraquecimento da natureza pública do espaço público, como apontam os teóricos como Richard Sennett (2015 [1974]), Michael Sorkin (1992) e Teresa Caldeira (2000).

Vimos que essa noção de “público”, associada a uma perspectiva de lugar de encontros, diversidades, trocas e vivências com estranhos, foi constituída com base em princípios políticos, sociais e comunicativos, como ressaltado nos escritos de Hannah Arendt (2020 [1958]) e Jurgen Habermas (2003 [1962]). Em uma perspectiva macro, consideramos que a formação urbana do Recife está inserida em um contexto de país constituído com ênfase na valorização do espaço privado, de acordo com o que pontua autores como Jessé Souza (2018). Por outro lado, vimos brevemente que o espaço público pode ser enxergado a partir de outras perspectivas e, especificamente na cidade do Recife, há diversas manifestações culturais materializadas em espaços públicos, não obstante a forte especulação imobiliária e a tendência à privatização.

É com esse olhar otimista que percebemos o papel facilitador das tecnologias no século XXI, promovendo a mobilização de debates da sociedade civil sobre questões urbanas relacionadas ao direito à cidade (Harvey, 2008). No Recife, isso se refletiu no envolvimento de acadêmicos e profissionais na elaboração de planos e projetos com o **espaço público como ponto central** ao longo da última década. Vimos iniciativas que se capilarizaram em diversas frentes de atuação na cidade, apoiando-se em instituições de ensino, organizações, ONGs, coletivos, além da própria atuação do poder público executando e articulando ações.

Desse modo, ao articular diferentes atores, relacionamos a atuação com os princípios da **colaboração**, que, embora careça de bibliografias estabelecidas no campo do urbanismo, possui preceitos notáveis, distintos dos referentes à participação. Enquanto a participação frequentemente se associa a momentos de comunicação, escuta e informação, a colaboração está relacionada ao conceito de cocriar, que envolve criar junto (Sanders e Stappers, 2008) implicando em troca e complementaridade, como os conceitos de

cooperação e coprodução (Sennett, 2020; 2018).

No primeiro capítulo deste trabalho, vimos como são diversas as características que as intervenções nos espaços públicos podem ter e, a partir do levantamento de casos no Recife, presentes no terceiro capítulo, observamos variadas **expressões de intervenções colaborativas** capilarizadas em toda a cidade. São elas: as intervenções efêmeras do evento *Praias do Capibaribe*, que converteram as margens do rio em novos usos artísticos e culturais; a instalação pontuais de *Parklets*, que convertem vagas de automóvel em pequenas praças públicas; a *Horta de Casa Amarela*, que converteu a margem de um canal em uma área produtiva que, atualmente, é consolidada como uma praça pública; as ativações e trechos executados do *Projeto Parque Capibaribe*, que converteram trechos da margem do rio em espaços e parques públicos; o *Programa Mais Vida nos Morros/Mais Vida*, que realiza intervenções de baixo custo e rápida implementação na tentativa de melhorar espaços degradados e subutilizados de comunidades; as intervenções do *Massapê*, uma organização criada por estudantes, hoje arquitetos e urbanistas, que realiza diversas intervenções; o projeto *Primeiro a Infância*, que realizou a conversão de praças subutilizadas em praças voltadas para primeira infância; o projeto *CITInova*, que realizou projetos piloto de espaços de convívio e jardins filtrantes nas margens do Capibaribe; o *Urbanismo Tático* implementado pela CTTU, que realiza intervenções de redesenho viário para testar investimentos maiores e trazer maior segurança aos pedestres e ciclistas; e as praças do *Programa Tá Aprumado Praças*, que revitaliza espaços públicos da cidade com a participação e a colaboração da população.

Ao analisarmos de maneira geral essas diversas intervenções, foi necessário mergulhar em conceitos diferentes, porém conectados com o objetivo de transformação do espaço público. Sendo assim, contribuimos para a análise detalhada de conceitos, como o urbanismo insurgente e o urbanismo tático, relacionando e diferenciando um do outro. Essa parte teórica pretende contribuir para futuros trabalhos do campo que busquem analisar de forma atenta e não generalizante tais atuações nas cidades.

Por outro lado, tendo em vista a perspectiva de que as ações de qualificação dos espaços públicos, independentemente de suas escalas, repercutem nos seus entornos caindo nas mãos dos interesses privados (Harvey, 2014), não foi possível mensurar os impactos das intervenções do ponto de vista econômico neste trabalho. As pesquisas futuras, no entanto, podem ser orientadas para compreender os seguintes aspectos: quanto ao *Jardim Secreto*, se a intervenção contribuiu para a valorização do Poço da Panela; se a Rioteca, localizada em um território onde já existe pressão imobiliária, amplifica essa força; por fim, no caso das *Praças da Infância*, mais recentes, as repercussões econômicas no seu entorno.

Com relação aos **papéis** que podem ser atribuídos às intervenções colaborativas, o componente constância no tempo é um diferenciador que nos trouxe mais reflexões quanto ao *Jardim Secreto* e à *RioTeca* do que quanto às *Praças da Infância*. Nas intervenções realizadas na margem do Capibaribe, fica evidente a sua capacidade de **atrair sujeitos diversos** devido às características físicas dos espaços. Além do componente comum das intervenções terem formas abertas, livres, próximas ao Rio, na RioTeca, há um contexto mais popular, com o acolhimento de crianças que moram próximas à intervenção, e iniciativas locais, que usufruem dos espaços mantidos por Claudemir. No Jardim Secreto, o fator da travessia fluvial garante o movimento diário de pessoas que moram do outro lado da margem, além de usuários que se aproveitam do aspecto

“escondido” da área para o consumo de *cannabis* e interações sociais informais. Em contrapartida, intervenções como as *Praças da Infância*, devido ao programa fechado, apresentam outra visibilidade na cidade, expressando-se de maneira mais limitadora quanto à diversidade de usuários.

Sobre a diversidade de usuários, percebe-se que é um aspecto decisivo para a *RioTeca* e o *Jardim Secreto* se consolidarem como intervenções relevantes para o **fortalecimento do tecido social das suas vizinhanças**. No caso da *RioTeca*, embora tenha uma estrutura menos colaborativa, conta com a fruição das iniciativas da vizinhança do espaço. O Jardim Secreto, por outro lado, apoia-se em um coletivo que promove ações ambientais, culturais e sociais, tendo como exemplo concreto de conquista para o entorno a mobilização contra o empreendimento imobiliário que usava indevidamente uma área de proteção ambiental.

Quanto às **limitações**, consideramos válido pontuar que, nas três intervenções, a preocupação com o controle e o policiamento nos espaços revelou que, apesar de se aproximarem dos conceitos dos espaços coletivos, insurgentes e comuns, não se distanciam totalmente dos desafios presentes nos espaços públicos como um todo. Entretanto, dentro de um contexto de cidades que realizam projetos que privatizam, cercam e policiam austeramente os espaços públicos, intervenções como as do Jardim Secreto e da RioTeca podem ser consideradas raras, por promoverem experiências mais coletivas, a partir das quais os usuários se aproximam e enxergam o Outro.

Além disso, amparada nas reflexões de Hou (2010) e Douglas (2018), a análise específica dos casos revelou que a sustentabilidade de cada um está relacionada ao contexto de privilégio em que estão inseridos. Isso se evidencia na forma como as intervenções foram legitimadas quanto às suas estruturas de gestão, que requerem manutenção e cuidados constantes. De um lado, temos a RioTeca, onde um morador fez tudo por si mesmo; do outro, o Coletivo, que foi prontamente atendido pelo poder público municipal quando as mobilizações do grupo foram iniciadas. Além disso, os relatos que evidenciam uma maior interlocução do poder público com o caso do Jardim Secreto.

Essas questões se relacionam de uma maneira mais macro com a estrutura de governança da cidade do Recife, onde não há uma gestão descentralizada a partir de subprefeituras, algo que poderia favorecer demandas locais e aprimorar os serviços públicos ofertados. Esse, aliás, é um dos aspectos que gostaríamos de explorar em futuras pesquisas, investigando instrumentos e modelos de governança que poderiam auxiliar e favorecer a colaboração.

Embora o objeto de estudo do trabalho seja esse tipo de intervenção que busca melhorar a qualidade de vida nas cidades, é importante ressaltar as contradições existentes nesses centros urbanos, inclusive no Recife. Enquanto abordamos experiências colaborativas, em sua maioria na margem do Rio Capibaribe, na ZEIS Vila Esperança, localizada no bairro do Monteiro, ao lado do Poço da Panela, casas foram derrubadas para viabilizar uma ponte no Rio Capibaribe para a implantação do anel viário para veículos. Em uma cidade que elabora projetos voltados para a mobilidade ativa, como o parque Capibaribe, coexistem tais incoerências, que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras (Felix, 2024).

A “margem” no título deste trabalho surge de uma abstração da margem do Rio Capibaribe, um rio que reflete um pouco de tudo da cidade: das palafitas até os altos edifícios,

dos primeiros parques urbanos aos espaços públicos recentes. A pesquisa revela uma diversidade de intervenções nessas áreas, que durante muito tempo estavam apenas “à margem”, ou seja, postas de lado e abandonadas pelo poder público. Hoje, as mesmas margens simbolizam novos espaços de ação e novas conexões e representam uma nova forma de se relacionar com a cidade. Sendo assim, “dar margem à colaboração” é abrir espaço para novas relações e perspectivas diversas, possibilitando modos mais inclusivos de convívio e a criação de cidades justas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÓN, Lía *et al.* **Citizen-Led Urbanism in Latin America: Superbook of civic actions for transforming cities**. Inter-American Development Bank, 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/node/32937>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ALMEIDA, André Moraes de. **Urbanismo tático: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo**. 2016. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27630>. Acesso em: 20 mar. 2024.

AMECICLO. Recuperar bicicletas em desuso para potencializar o direito à cidade por meio de sistemas de bicicletas comunitárias compartilhadas. **Ame ciclo**. Disponível em: https://ameciclo.org/projetos/bota_pra_rodar. Acesso em: 17 set. 2021.

AREFI, Mahyar; KICKERT, Conrad (org.). **The Palgrave Handbook of Bottom-Up Urbanism**. Cham: Springer International Publishing, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/978-3-319-90131-2>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020 [1958].

ARIES, Agência Recife para Inovação e Estratégia (org.). **Recife 500 anos**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022. Disponível em: https://recife500anos.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Recife-500-Anos_2edicao.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.

BARATA, Alien Fernandes. **Do micro ao macro: Urbanismo tático para transformação de espaço público**. 2018. Dissertação. Mestrado em Urbanismo – Programa de Pós Graduação em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://intervencoestemporarias.com.br/publicacao/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BISHOP, Peter; WILLIAMS, Lesley. **The Temporary City**. New York: Routledge, 2012.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. 1. ed. Barcelona: Electa, 2003.

BORSOI, Acácio Gil. **Arquitetura como manifesto**. Recife, 2006.

BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. **FOOTPRINT**, 2015. Disponível em: <https://journals.open.tudelft.nl/footprint/article/view/901>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **e-Metropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, n. 27, ano 7, p. 6–18, 2016.

CALDEIRA, Daniel; LOPES, Mathews; VANNUCHI, Luanda; *et al.* Construindo o comum em São Paulo: entre a resistência e a captura. *In: Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. 1. ed. São Paulo: FAU USP, 2018, p. 288–311.

CARNEIRO, Giovanna. MTST ocupa terreno da prefeitura, na Torre, para criar cozinha solidária. **Marco Zero Conteúdo**. Recife, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/mtst-ocupa-terreno-da-prefeitura-na-torre-para-criar-cozinha-solidaria/>. Acesso em: 17 set. 2021.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CALDEIRA, Teresa. Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space by Michael Sorkin. Review by: Teresa Caldeira. **Journal of Architectural Education (1984-)**, v. 48, n. 1, p. 65, set. 1994.

CALDEIRA, Teresa. Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space by Michael Sorkin. Review by: Teresa Caldeira. **Journal of Architectural Education (1984-)**, v. 48, n. 1, p. 65, set. 1994

CAMPO, Daniel. Tactical urbanism: short-term action for long-term change. **Journal of Urban Design**, v. 21, n. 3, p. 388–390, 2016.

CANUTO, Robson *et al.* (org.). **Plano Centro Cidadão da Unicap**. Recife: UNICAP, 2018. Disponível em: <https://www1.unicap.br/centrocidadao/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARNEIRO, Giovanna. MTST ocupa terreno da prefeitura, na Torre, para criar cozinha solidária. **Marco Zero Conteúdo**. Recife, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/mtst-ocupa-terreno-da-prefeitura-na-torre-para-criar-cozinha-solidaria/>. Acesso em: 17 set. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [1980].

COLETIVO MASSAPÊ. Caderno de Projeto | Horta Comunitária | Vila Santa Luzia. **ISSUU**, 2020. Disponível em: https://issuu.com/coletivomassape/docs/cartilha_horta_comunitaria_compressed. Acesso em: 20 mar. 2024.

COLETIVO MASSAPÊ. Caderno de Projeto | Parque Caranguejo | Comunidade do Bode. **ISSUU**, 2020. Disponível em: https://issuu.com/coletivomassape/docs/cartilha_bode_compressed. Acesso em: 20 mar. 2024.

COLETIVO MASSAPÊ. Caderno de Projeto | Pulsa Bairro: uma aproximação de Entra Apulso. **ISSUU**, 2022. Disponível em: https://issuu.com/coletivomassape/docs/caderno-final-pulsa_bairro_issuu. Acesso em: 20 mar. 2024.

CRAWFORD, Margaret. Blurring the boundaries: public space and the private life. *In: CHASE, John; CRAWFORD, Margaret; KALISKI, John*. 1999. **Everyday Urbanism**. New York: The Monacelli Press.

CRAWFORD, Margaret. Introduction. *In: CHASE, John; CRAWFORD, Margaret; KALISKI, John*. 1999. **Everyday Urbanism**. New York: The Monacelli Press.

CTTU, Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife. **Manual de desenho de ruas do Recife**. Recife: CTTU, 2023. Disponível em: <https://cttu.recife.pe.gov.br/manual-de-desenho-de-ruas-do-recife-0>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CULTURA.PE. Cineclube Secreto realiza últimas sessões no Poço da Panela. Audiovisual, Funcultura, **Cultura,PE**, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/cineclube-secreto-realiza-ultimas-sessoes-no-poco-da-panela/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DE LA MORA, Cecília. Sociabilidade nos espaços livres potenciais dos assentamentos populares: o caso da ZEIS Poço da Panela. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3204>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. 2. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2015.

DOUGLAS, Gordon C. C. Do It Yourself Urbanism. *In*: ORUM, Anthony M. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies**. 1. ed. Wiley, 2019. p. 1-3. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118568446.eurs0081>. Acesso em: 14 jan. 2024.

DOUGLAS, Gordon C. C. **The Help-yourself City: Legitimacy and Inequality in DIY Urbanism**. Oxford University Press, 2018.

FARIAS, Silvana. **O entorno dos shopping centers: do lugar ao espaço de deslocamentos - o caso do complexo comercial formado pelo Hiper Center Casa Forte e Plaza Shopping Casa Forte**. 2006. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3484>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FELIX, Marília. Uma Vila Perdida. **Marco Zero Conteúdo**, 05 jan. 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/uma-vila-perdida/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FIGUEROA, Cristian. **Libro tejeRedes: trabajo en red y sistemas de articulación colaborativos**. Santiago, Chile: tejeRedes, 2016. Disponível em: <https://sites.google.com/view/metodologiatejeredes/libro-tejeredes?authuser=0>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56, 1990.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **O que já aconteceu nas cidades da Rede Urban95 e o que vem por aí**. Mar. 2021. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Urban95_ICS_Publicacao-parcial.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

GUEDES, Rosilda. A Preservação do Cotonifício da Torre: Usos da memória e problemas urbanos. Recife-PE. 2018. 46p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31459/1/GUEDES%2C%20Rosilda%20Rem%C3%ADgio..pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [1962].
- HALLEY, Bruno. Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes: a formação dos bairros continentais na cidade do Recife. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 30, n.3 p. 59 - 81, 2013.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. The right to the city. In.: **New Left review** n. 53. Set. Out., 2008. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Brasil: Companhia das Letras, 2013.
- HORI, Paula. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. In: **Anais do XVII ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2229>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- HOU, Jeffrey (org.). **Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of the contemporary cities**. London: Routledge, 2010.
- HOU, Jeffrey. Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance. **URBAN DESIGN International**, v. 25, n. 2, p. 117-125, 2020.
- ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. Lançada na CBMC, análise de riscos e vulnerabilidades climáticas do município do Recife aponta caminhos no enfrentamento da crise climática. **ICLEI**, América do Sul, 14 de nov. de 2019. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/lancada-na-cbmc-analise-de-riscos-e-vulnerabilidades-climaticas-do-municipio-do-recife-aponta-caminhos-no-enfrentamento-da-crise-climatica/#:~:text=14%20de%20nov%20de%202019&text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Recife%2C%20Pernambuco,mudan%C3%A7a%20do%20clima%20no%20mundo>. Acesso em: 20 mar. 2024.P
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1961].
- JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. **Arquitextos**, São Paulo, n. 035.05, abr. 2003. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>. ISSN 1809-6298. Acesso em: 20 mar. 2024.
- JACQUES, Paola *et al.* Fazer por desvios. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (Org). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Modos de Fazer. Tomo II – Modos de Fazer**. Salvador: UFBA, 2019, p. 20-151.
- KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008 (1968).
- LINS, Letícia. “Pier” para o Jardim da Travessia. **Oxe Recife**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://oxerecife.com.br/pier-para-o-jardim-da-travessia/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LINS, Letícia. Horta Comunitária de Casa Amarela faz festa no domingo para comemorar sete anos. **Oxe Recife**, 25 ago. 2023. Disponível em: <<https://oxerecife.com.br/horta-comunitaria-de-casa-amarela-faz-festa-no-domingo-para-comemorar-sete-anos/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LINS, Letícia. Horta de Casa Amarela comemora cinco anos de vitória da comunidade. **Oxe Recife**, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://oxerecife.com.br/horta-de-casa-amarela-comemora-cinco-anos-de-vitoria-da-comunidade/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LIRA, José Tavares Correia. A Construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, Lisboa, v. XXIX, n. 127, p. 733–753, 1994.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: short-term action for long-term change**. Nova York: Island Press, 2015.

MIGUEL, Angela; LIMA, Lucicleia. Direito à cidade: uma análise do conjunto habitacional abençoado por deus. **Revista De Ciências Humanas**, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/10941>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 2016.

MIRAFTAB, Faranak. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. *Wagadu: A Journal of Transnational Women's & Gender Studies*: Vol. 1: Iss. 1, Article 3, 2004. Disponível em: <https://digitalcommons.cortland.edu/wagadu/vol1/iss1/3>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEIRO, Circe Maria Gama *et al.* **Parque Capibaribe: a reinvenção do Recife Cidade Parque**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022. (Coleção Recife 500 anos). Disponível em: <https://editora.cepe.com.br/livro/parque-capibaribe--a-reinvencao-do-recife-cidade-parque>. Acesso em: 20 mar. 2024

MONTEZUMA, Roberto *et al.* **Recife exchanges: Amsterdam | Holland | Netherlands**. Recife, PE: Cepe, 2022. (Coleção Recife 500 anos). Disponível em: <https://editora.cepe.com.br/livro/recife-exchanges--amsterdam--holland--netherlands>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MORAES, Katarina. Moda em outras capitais, parklets ainda são raros no Recife. Por quê? **Jornal do Commercio**, Recife, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2024/01/15657941-moda-em-outras-capitais-parklets-ainda-sao-raros-no-recife-por-que.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MORAIS, Michelle Campos. **Práticas insurgentes em planejamento urbano: as experiências de Urbanismo Colaborativo**. 2023. 283 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/265364>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MOULD, Oli. Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City. **Geography Compass**, v. 8, n. 8, p. 529–539, 2014.

NASCIMENTO, Denise Morado *et al.* O mecanismo da parceria público-privada como reforma do estado. In: **Cidade estado capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2018.

PAES, Bruna de Sousa Pedrosa. **Praias do Capibaribe**: uma experiência artística de ativação do espaço público. 2020. Dissertação. Mestrado em Artes Visuais - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49320?mode=full>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PAISAJE TRANSVERSAL. **Escuchar y transformar la ciudad**. Madrid: Los Libros de La Catarata, 2019.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 42, p. 417–434, 2001.

PREFEITURA DO RECIFE. Jardim Secreto do Poço da Panela recebe o primeiro Transplante Urbano do Recife. **Notícias**, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/10/02/2019/jardim-secreto-do-poco-da-panela-recebe-o-primeiro-transplante-urbano-do-recif-0>. Acesso em: 20 mar. 2024

PREFEITURA DO RECIFE. Prefeitura do Recife entrega a primeira Praça da Infância. **Notícias**. Recife, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/31/03/2023/prefeitura-do-recife-entrega-primeira-praca-da-infancia>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife 2020-2030**. Recife, 2020. Disponível em: <https://comdica.recife.pe.gov.br/plano-municipal-primeira-inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. RioTeca da Vila Santa Luzia recebe apoio da Prefeitura do Recife e está totalmente requalificada. **Notícias**. Recife, 22 abril 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/node/292478>. Acesso em: 20 mar. 2024

PREFEITURA DO RECIFE; ARIES - Agência Recife para Inovação e Estratégia; Fundação Bernard Van Leer; Estúdio+1 (Org.). **Guia de princípios para remodelação das praças para infância em recife**. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/09/PRE_Guia-de-Principios_R02_alta.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana**. Barcelona: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14495>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

REZENDE, Antônio Paulo; ALMEIDA, Magdalena. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. (Coleção Malungo, v. vol. 6).

ROSA, Marcos. **Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas**. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. (Org.). **Codesenhando cidades. Arquitetura e inteligência informal**. 1. ed. São Paulo: Meli-melo, 2017.

ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. **Handmade Urbanism. From Community Initiatives to Participatory Models**. 2. ed. Berlim: Jovis, 2013.

- SANDERS, Elizabeth B.-N.; STAPPERS, Pieter Jan. Co-creation and the new landscapes of design. **CoDesign**, v. 4, n. 1, p. 5–18, 2008.
- SANSÃO-FONTES, Adriana *et al.* **Urbanismo tático: um guia para as cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.
- SANSÃO-FONTES, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj, 2013.
- SANSÃO-FONTES, Adriana; DOMINGUES, Inês; Perpétuo, Maini. Táticas para adaptação de espaços públicos no contexto da Covid-19. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, VI, 2021. Brasília. Anais... Brasília: FAU-UnB, 2021
- SANSÃO-FONTES, Adriana; PINA, João Pedro; PAIVA, Larissa Martins de. **Urbanismo tático: X ações para transformar cidades**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- SASSEN, Saskia. Open Source Urbanism. In: **Domusweb**, 29 jun. 2011. Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/op-ed/2011/06/29/open-source-urbanism.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- SENNETT, Richard. **Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.
- SENNETT, Richard. **Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: edição digital**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2015 [1974].
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020 [2007].
- SOBRAL, Laura. **Fazer Juntos: Instrumentos de Cooperação para Cidades Cocriadas**. São Paulo, SP: Instituto A Cidade Precisa de Você, 2022.
- SOBRAL, Laura. **Isso não é um evento uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso - o Largo da Batata**. 2018. Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11092018-165311/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- SOLÀ-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos (1992). In: MEYER, Regina Maria Prosperi (Org.). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Associação Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Terceiro Nome, 2001.
- SOLÀ-MORALES, Manuel. The Impossible Project of Public Space (2010). In: MITRAŠINOVIĆ, Miodrag; MEHTA, Vikas. (EDS.). **Public space reader**. New York, NY: Routledge, 2021.
- SORKIN, Michael. (ED.). **Variations on a theme park: the new American city and the end of public space**. 1. ed. New York: Hill and Wang, 1992.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. 1. ed, Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

STAVRIDES, Stavros. **Common space: the city as commons**. London: Zed Books, 2016.

TEERDS, Hans. **At home in the world: architecture, the public, and the writings of Hannah Arendt**. TU Delft, Architecture and the Built Environment, Delft, 2017. Disponível em: <https://books.bk.tudelft.nl/press/catalog/book/601>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Apresentações experiências insurgentes – Insurgências (2023)

CARPEGIANI, Fernanda. Coletivo Ocupe&Abraça - Praça da Nascente. In: Insurgências – Experiências em Espaços Públicos, 2023, Rio de Janeiro. Apresentação oral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kaDVvSwkQ9w>. Acesso em: 20 mar. 2024.

KREUZIG, Bárbara. Jardim Secreto do Poço da Panela. In: Insurgências – Experiências em Espaços Públicos, 2023, Rio de Janeiro. Apresentação oral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kaDVvSwkQ9w>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TRONCOSO, Ursula. Área da Infância. In: Insurgências – Experiências em Espaços Públicos, 2023, Rio de Janeiro. Apresentação oral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=agcvT0xnx9M&t=9986s>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Entrevistas

Bárbara Kreuzig. Jardim Secreto, Poço da Panela. Entrevista concedida a Inês Domingues. Bairro Poço da Panela, Recife, 16/11/2021. Presencial.

Camila Lopes. Projeto Primeiro a Infância. Entrevista concedida a Inês Domingues. Bairro do Recife, Recife, 08/03/2024. Presencial.

Claudemir Amaro. RioTeca, Vila Santa Luzia. Entrevista concedida a Inês Domingues. Bairro da Torre, Recife, 25/10/2021. Presencial.

Filmes e Documentários

NASSAR, Gabriela (Direção, Roteiro, Produção). A Nascente Mora Aqui. [Vídeo]. Brasil, 2020. 1 vídeo (72 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1TreGrojtJ8>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MENDONÇA FILHO, Kleber (Diretor). Aquarius. Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd, Michel Merkt. Brasil, 2016.

Sites consultados

http://dados.recife.pe.gov.br/pt_BR/

<https://capibaribe.info/>

<https://citinova.mcti.gov.br/>

<https://compaz.recife.pe.gov.br/>

<https://direitosurbanos.wordpress.com/>

<https://insurgencias.com/>

<https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/>

<https://urban95.org.br/>

<https://www.ateliervivo.com/>

<https://www.janejacobswalk.org/>

<https://www.placemakingx.org/about>

<https://www.pps.org/>

<https://www.redeurbanismocolaborativo.org/>

<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-executiva-de-inovacao-urbana>

Leis e Decretos

Código Florestal - Lei nº 12.651 de 2012.

Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257 de 2001.

Lei das Organizações Sociais - Lei nº 9.637 de 1998.

Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife - Lei nº 16.176 de 1996.

Lei do Plano de Regularização Fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) de Recife PE - Lei nº 14.947 de 1987.

Lei dos 12 Bairros de Recife PE - Lei nº 16.719 de 2001.

Decreto nº 28.886 de 17 de junho de 2015 - Regulamenta a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada “parklet recife” no âmbito do município do recife e dá outras providências.

Decreto nº 31.874 de 22 de outubro de 2018 - Qualifica como Organização Social no âmbito do Município do Recife a Agência Recife para Inovação e Estratégia - ARIES.

ANEXOS

ANEXO I - TABELA COMPARATIVA ENTRE CASOS

Informações							Tipologia	
Título	Bairro	Início	Financiamento	Superfície	Abordagem	Prazo		
RioTeca	Vila Santa Luzia, Torre	2009	A RioTeca foi iniciada por um morador, a partir de recursos próprios e doações. Em 2021, recebeu um projeto da Prefeitura do Recife em parceria com o Setor privado:	956m²	de baixo para cima	longo prazo		
Jardim Secreto do Poço da Panela	Poço da Panela	maio de 2017	No Jardim Secreto todo recurso provém de doações de voluntários, através de campanhas de arrecadação e venda de alguns produtos em eventos (camisetas e mudas). A intervenção recebe apoio constante de um edifício vizinho (Villa Pasargada). Em 2019, recebeu um projeto da Prefeitura do Recife em parceria com o setor privado	3000m²	de baixo para cima	longo prazo		
Praça da Infância Dom. Miguel Valverde	Encruzilhada	março de 2023	Prefeitura do Recife, Fundação Bernard Van Leer (R\$1,8 milhões)	3900m²	de cima para cima	longo prazo		
Praça da Infância Compaz Miguel Arrais	Madalena	agosto de 2023	Prefeitura do Recife (R\$ 624 mil)	490m²	de cima para cima	longo prazo		

Título	Situação preexistente	Objetivos	Tipos de espaço-suporte
RioTeca	Risco de reocupação com a consequente rotta das habitações vulneráveis/ Escassez de espaços acolhedores e confortáveis	Espaços de permanência ou produtivos; foco no lazer infantil	Margem do Rio
Jardim Secreto do Poço da Panela	Excesso de espaços subutilizados	Espaços de permanência ou produtivos; temática ambiental e agroecológica	Margem do Rio
Praça da Infância Dom. Miguel Valverde	Escassez de espaços acolhedores e confortáveis	Espaços de permanência ou produtivos; foco no lazer infantil	Praça
Praça da Infância Compaz Miguel Arrais	Escassez de espaços acolhedores e confortáveis	Espaços de permanência ou produtivos; foco no lazer infantil	Lote vazio

Categorias de análise			
Título	Atores	Programa e elementos da intervenção	Especialização
RioTeca	<p>Comunidade - A intervenção foi iniciada por um morador (Claudemir Amaro)</p> <p>Poder público - Prefeitura do Recife, a partir da Secretaria Executiva de Inovação Urbana que foi responsável pela reforma da Rioteca e é acionada quando acontece imprevistos</p>	<p>Intervenção - Biblioteca, espaço para confraternização com copa e banheiro, escadaria com acesso à margem e uma praça infantil com brinquedos</p> <p>Mobiliário - Bicletário, lixeiras, rampa de acessibilidade, mesas e cadeiras</p> <p>Iluminação - Instalação de postes</p> <p>Arte pública - Arte urbana</p> <p>Vegetação - Requalificação do jardim existente,</p>	Pontual
Jardim Secreto do Poço da Panela	<p>Comunidade - Coletivo de moradores e vizinhos dos bairros próximos com cerca de 30 pessoas atuando regularmente, não são institucionalizados. O condomínio vizinho (Vila Pasárgada) oferece apoio para guardar materiais e energia para irrigação</p> <p>Poder público- A comunidade acionou a Emlurb para retirada do lixo e metralhas presentes no terreno (aprox. 15 caminhões de lixo). A Autarquia contribui com a capina e limpeza periódica do local. A Prefeitura do Recife, através da Secretaria Executiva de Inovação Urbana foi responsável pela doação e implantação de mobiliário para área. A polícia militar realiza rondas no espaço, segundo o coletivo "buscamos uma maior integração e diálogo com os agentes e seu comando".</p>	<p>Intervenção - Espaço de convivência com palco, bancos e mesas, horta orgânica, sementeira, composteira, espiral de ervas e um pier que permite a entrada e saída das embarcações</p> <p>Atividades participativas - Cursos, palestras e oficinas sobre temáticas da agricultura urbana; Práticas como Tai Chi Chuan e meditação</p> <p>Mobiliário - bancos, mesas, lixeiras e bicicletário</p> <p>Iluminação - Instalação de postes</p> <p>Vegetação - Plantio e manejo de árvores nativas, frutíferas e de ervas medicinais.</p> <p>Programação cultural - Ensaios de Maracatu, festas e eventos, como São João, Carnaval, Sessões de cinema ao ar livre, entre outros.</p> <p>Comércio - Comerciantes locais são convidados para participar em dias de programação cultural</p>	Pontual
Praça da Infância Dom. Miguel Valverde	<p>Poder público - Prefeitura do Recife, Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) responsável pela execução, Secretaria Executiva de Inovação Urbana responsável pela escuta;</p> <p>ONG- Organização internacional: Fundação Bernard Van Leer, responsável pelo financiamento</p> <p>OS: Organização Social Municipal: Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES), responsável pelo apoio técnico</p> <p>Comunidade - Um prédio próximo à praça colocou à disposição a estrutura do prédio para a Guarda Municipal, com banheiros, água e um local para se abrigar da chuva</p>	<p>Intervenção - Praça infantil com estruturas lúdicas, como um banco espiral, um labirinto de troncos, casas de madeira, passarela, escorregos, pula-pula, gangorra, balanço e um relevo em madeira.</p> <p>Mobiliário - Bancos, mesas e lixeiras</p> <p>Vegetação - Paisagismo respeitando as massas arbóreas e relevo existentes, implantação de canteiros</p> <p>Delimitadores - Foi criada uma zona de trânsito calma na praça utilizando balizadores</p> <p>Iluminação - Implantação de postes</p> <p>Sinalização - Placas indicando uso dos brinquedos.</p>	Rede
Praça da Infância Compaz Miguel Arrais	<p>Poder público - Prefeitura do Recife, Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) responsável pela execução, Secretaria Executiva de Inovação Urbana responsável pela escuta;</p>	<p>Intervenção - Praça infantil com estruturas lúdicas que agregam balanço, quadrífol, brinquedo com cordas, morrote de escalada, pula-pulas e gira gira.</p> <p>Iluminação - Instalação de postes</p> <p>Sinalização - Placas indicando uso dos brinquedos.</p>	Rede

ANEXO II - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

RIOTECA

Local: Rua Ciclovía República da Argélia, nº1(quadra C), Torre, Recife.

Data: 25/10/2021

Nome do entrevistado: Claudemir Amaro

Ocupação: Marceneiro e Idealizador da Rioteca

PERGUNTAS:

1. Como surgiu a RioTeca (onde; por iniciativa de quem; história)?
2. Quais são as atividades realizadas nela? Como são realizadas essas atividades?
3. Eu vi que as pessoas realizam eventos, tipo aniversário. Como é a organização dessas atividades? Tem uma agenda? É você sozinho quem organiza?
4. São pessoas da comunidade que podem realizar esses eventos ou pessoas de fora também podem? Elas pagam algum valor para isso?
5. Quais são as mudanças observadas por você ao longo desses anos após a implantação da RioTeca na comunidade?
6. E depois da intervenção da Prefeitura? Você observa algum resultado diferente?
7. A quem beneficia? Quantas pessoas, grupos ou comunidades?
8. Os moradores e crianças das palafitas ou em situação de rua frequentam esse espaço?
9. Como e por quem é feita a manutenção do espaço?
10. Ao longo desses anos, a RioTeca recebeu algum tipo de apoio financeiro?
11. E atualmente, ela recebe?
12. Você tem conhecimento de algum tipo de programa da prefeitura voltado para o incentivo desse tipo de iniciativa?
13. Quais são as dificuldades, os impasses, os conflitos e limites enfrentados no decorrer desses anos?
14. Existem outras iniciativas similares aqui na comunidade?
15. Como você acha que é possível potencializar a RioTeca? Você acha que ela é multiplicável?

JARDIM SECRETO

Local: R. Marquês de Tamandaré - Poço da Panela, Recife.

Data: 16/11/2021

Nome do entrevistado: Barbara Kreuzig

Ocupação: Arquiteta e Urbanista aposentada

PERGUNTAS:

1. Como surgiu o Jardim Secreto (onde; por iniciativa de quem; história)?
2. Quais são as atividades realizadas nele? Como são realizadas essas atividades?
3. Eu vi que as pessoas realizam eventos, tipo feiras livres. Como é a organização dessas atividades? Tem uma agenda?
4. São pessoas da comunidade que podem realizar esses eventos ou pessoas de fora também podem? Elas pagam algum valor para isso?
5. Quais são as mudanças observadas por você ao longo desses anos após a implantação do Jardim Secreto no bairro?
6. E depois da intervenção da Prefeitura? Você observa algum resultado diferente?
7. A quem beneficia? Quantas pessoas, grupos ou comunidades?
8. Os moradores e crianças das palafitas/ Zeis ou em situação de rua frequentam esse espaço?
9. Como e por quem é feita a manutenção do espaço?
10. Ao longo desses anos, o Jardim Secreto recebeu algum tipo de apoio financeiro?
11. E atualmente, ela recebe?
12. Você tem conhecimento de algum tipo de programa da prefeitura voltado para o incentivo desse tipo de iniciativa?
13. Quais são as dificuldades, os impasses, os conflitos e limites enfrentados no decorrer desses anos?
14. Existem outras iniciativas similares aqui na comunidade?
15. Como você acha que é possível potencializar o Jardim? Você acha que ele é multiplicável?

PRAÇAS DA INFÂNCIA

Local: Av. Marquês de Olinda, 126 - Bairro do Recife, Recife.

Data: 08/03/2021

Nome do entrevistado: Camila Lopes

Ocupação: Gestora de Projetos

PERGUNTAS:

1. Como surgiu o Primeiro a Infância?
2. Quais são as iniciativas do Primeiro a Infância?
3. Como as Praças da Infância se conectam com o projeto?
4. Quais foram os atores envolvidos nas Praças da Infância?
5. Como e por quem é feita a manutenção das praças?